



ISSN — 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



Nº 754
OUT/DEZ-91

OUROVIVO. O INVESTIMENTO DE BOLSO DO BANCO DO BRASIL.

O Banco do Brasil tem uma nova opção de investimento para você: OuroVivo. É uma peça em ouro puro, com 5, 10 ou 20 gramas, que você só encontra nas agências do Banco do Brasil. É nem precisa ser cliente do Banco para comprar. OuroVivo acompanha a valorização do ouro. É um ativo financeiro real e seguro que vem com certificado de garantia do Banco do Brasil e do Banco Goldmine. Você compra para poupar, colecionar, presentear, levar para casa ou guardar como quiser. E, quando quiser, transforma OuroVivo em dinheiro vivo. É só não violar o lacre que envolve a peça e o certificado que o Banco do Brasil garante a recompra. No ato, sem medir nem pesar. OuroVivo. O investimento que cabe no bolso, vale ouro e é do Banco do Brasil.



OUROVIVO



BANCO DO BRASIL





A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

O INCIDENTE TRAÍRA NA PALAVRA DO MINISTRO.....	7
Reportagem	
DA NECESSIDADE DAS FFAA.....	18
Sebastião Ramos de Castro	
A INFLUÊNCIA DO CORÃO NO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR.....	29
Dido Willy Cozza	
TECNOLOGIA: A GUERRA DO GOLFO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL.....	44
Wladimir Pirró e Longo	
GIGANTE COM ARTÉRIAS DE ANÃO.....	58
Benjamin Medeiros	
INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA.....	65
Osmar José de Barros Ribeiro	
IDENTIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO DE CICLOS (TURNING POINTS) HISTÓRICOS E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS.....	70
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

VILLAGRAN CABRITA — ACHEGAS PARA UMA BIOGRAFIA..	75
Luiz Gonzaga de Melo	
MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM CASO CONCRETO.....	94
José Lopes de Oliveira	
MISSÃO DE INSTRUÇÃO DO EXÉRCITO NA BRIGADA DO RIO GRANDE DO SUL (1909-1932).....	101
Coralio B.P. Cabeda	
A PRIORIDADE POSTERGADA E O DESCOMPASSO DAS ELITES	109
Armando Amaral Paes	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICA E TÁTICAS MILITARES

XAMBIOÁ A GUERRILHA PERDIDA.....	126
Tarcísio dos Santos Vieira	

EDITORIAL.....	5
INFORMAÇÕES.....	135
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	145

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redação — Príncipe Teodoro: BERTUOLDO ALMEIDA, ESTEVÃO LEITE DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Bertoldo Klinger, Estevão Leite de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parei Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeo Cavalcante, Estevão Figueiredo, Tanorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")

ÍNDICE DE ANUNCIANTES

2.ª CAPA.....	BANCO DO BRASIL
3.ª CAPA.....	PETROBRÁS
4.ª CAPA.....	CBA
PÁG. 4.....	GERDAU
PÁG. 17.....	FHEX
PÁG. 28.....	CHESF
PÁG. 64.....	GBOEX
PÁG. 108.....	IRMÃOS PIMENTEL
PÁG. 144.....	ASSIST. TÉCNICA SANTOS DA ROCHA



NOSSA CAPA

Monumento às vítimas da Intentona Comunista (Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ). Evocação ao 27 de novembro de 1935.

FOTO

Jorge Tadeu Rodrigues - 2.º Sgt da Div Com Soc - CEP



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Ala Marellio Dias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3.º andar
20.455 - Rio de Janeiro (RJ)

A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente: Gen Div Sérgio Ruschel Bergamaschi
Diretor-Secretário: Cel Arismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo: Ten Cel Amaro dos Santos Lima
Diretor-Tesoureiro: 2.º Ten Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros: Cel Celso José Pires
Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Fernando Barbosa Monteiro Gonçalves
Cel Humberto Caldas da Silveira
T C Raul Fernandes de Sá Filho

Suplentes: Cel Geraldo Martinez Y Alonso
Cap Gil Farias
1.º Ten Paulo Jorge de Medeiros

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe: Gen Div Sérgio Ruschel Bergamaschi
Redator-Executivo: Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis
Cel Claudio Moreira Bento
CMG José Correia de Sá e Benevides
Professor Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

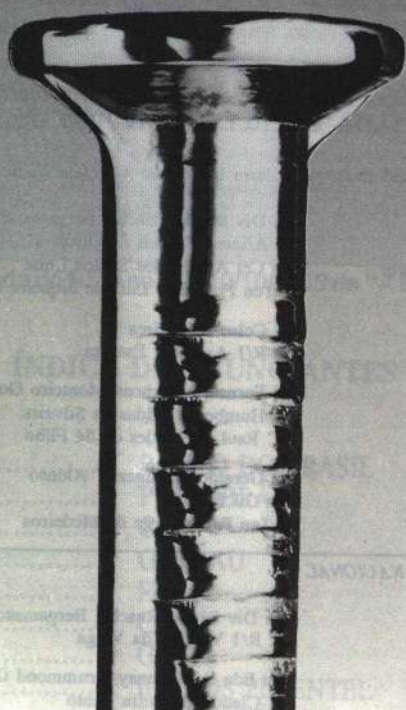
Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para *A Defesa Nacional*
Tel.: (021) 253-4628
As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20221 — Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628
A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.
Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA: Peneluc Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

HÁ 90 ANOS, NÓS BATEMOS NESTE MESMO TEMA: QUALIDADE PELA COMPETÊNCIA.



Quando a Gerdauro começou como fábrica de pregos, em 1901, tinha algo muito firme na cabeça: oferecer produtos e serviços de alta qualidade, valorizar a liberdade, a criatividade e a iniciativa como qualidades inerentes ao homem, ter seriedade com todos os públicos, ter consciência de que a eficiência do negócio está na eficiência das pessoas, buscar tecnologia atualizada, produtividade e baixo custo e, ainda, crescer com segurança e solidez, vendo o lucro como medida de desempenho e eficácia.

A Gerdauro, hoje, afinada com o mercado e com a modernidade, segue a mesma batida, produzindo pregos, vergalhões, barras, telas soldadas, arames para soldas, parafusos e perfis para a indústria, para o campo e para a construção civil. Além de processar, para inúmeras empresas, os mais avançados serviços na área de informática.

A Gerdauro confia no homem, superando crises com a resistência de aço e participando do desenvolvimento do Brasil, de ponta a ponta.



GERDAURO



QUALIDADE PELA
COMPETÊNCIA



EDITORIAL

MONUMENTO À LUCIDEZ

A derrubada dos monumentos a Marx, Lenine, Stalin, Dzerjinski, e seus êmulos, pelo povo, ilustra bem a dimensão do terremoto que varreu os regimes comunistas do continente europeu.

Durante 70 anos, na União Soviética, e 40, nos seus satélites, populações viveram sob regimes que, em crueldade e opressão, contra indivíduos e nações, pouco ou nada ficaram devendo ao nazismo.

O massacre de 12 milhões de cidadãos soviéticos, os campos de concentração siberianos e os organismos de segurança inspirados na GESTAPO constituem indicadores bastantes das afinidades entre os dois modelos de totalitarismo.

Independente de suas rotulações — repúblicas socialistas, populares, democráticas e outras — os Estados comunistas jamais conseguiram ocultar seu caráter de implacáveis ditaduras, sensíveis ao simples dissenso.

O princípio do internacionalismo, que serviu para justificar o esforço de propagação da ideologia e do regime, permitiu, na prática, construir a União Soviética e firmar sua hegemonia no mundo. O lema "hoje temos a Alemanha, amanhã o mundo" foi apropriado, mutatis mutandis, pelo comunismo internacional.

Durante longos anos, um gigantesco sistema de repressão interna conjugou-se a um enorme esforço de propaganda e desinformação do regime, em suas diversas linhas.

Desse esforço, além dos "companheiros de jornada" — pessoas que, sem pertencerem ao partido, falavam e agiam como seus adeptos — participaram os providos de "sensibilidade diferenciada", como denominou Armando Valadares, egresso das prisões de Fidel Castro, à capacidade de certos indivíduos prontos a reconhecer e condenar ditaduras nos regimes autoritários de qualquer nuança, desde que não a de esquerda.

Em função disso, muito se fala em gigantismo do Estado, economia centralizada, unipartidarismo — marcas registradas dos regimes comunistas — mas pouco, ou nada, se diz das atrocidades por eles praticadas.

Já o contrário passa a ocorrer, à mais leve manifestação autoritária fora da sua órbita. Aí se cuida logo de estigmatizar reais e supostos excessos cometidos, invocando-se os direitos humanos — expressão de conceito e amplitude maleáveis, ao sabor das conveniências.

Estas reflexões estão vindo à tona provocadas pela estampa que compõe nossa capa.

Ela retrata o monumento que existe na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, bem em frente à estação do bondinho do Pão de Açúcar. É reverência aos militares sacrificados durante o levante comunista de 27 de novembro de 1935 — alguns deles nesse mesmo local, cenário que foi da revolta do 3.º Regimento de Infantaria.

Por simplificação, é conhecido como "monumento aos mortos (ou às vítimas) da Intentona". Mais certo seria denominá-lo "monumento à lucidez".

Sem qualquer fantasia, fanfarronada ou pieguice.

É que as imolações ocorridas 56 anos atrás acabaram servindo de premonição para que o Brasil jamais se deixasse levar pelo regime político mais pernicioso deste nosso século e, certamente, seu mais ofuscante engodo.



O INCIDENTE TRAÍRA NA PALAVRA DO MINISTRO

No dia 4 de abril, o Ministro Carlos Tinoco, atendendo à convocação feita pelo Presidente do Senado Federal, compareceu àquela Casa para falar sobre a presença militar na Amazônia, enfocando, particularmente, os episódios ocorridos na região do rio Traíra, tão equivocada, ou maldosamente, explorados pela imprensa.

Em sua edição de abril de 1991, a revista *Verde-Olive*, do Centro de Comunicação Social do Exército, sob o título "Ministro leva o Incidente Traíra ao Senado", apresentou os principais destaques da exposição do titular da Pasta do Exército, que são aqui reproduzidos.

INTRODUÇÃO

O Ministro iniciou discorrendo sobre a problemática intrínseca da área, destacando: a extensão territorial, o vazio demográfico, a extensão da linha de fronteiras e as riquezas naturais. Citou, ainda, os interesses de diversos segmentos nacionais e internacionais na área. Após lembrar o Tratado de Cooperação Amazônico, assinado em 1978, por oito países do continente, teceu con-

siderações sobre a cobiça internacional com relação à região, relembrando os seguintes episódios:

- o projeto do *Sistema de Grandes Lagos Amazônicos*, elaborado em 1967/68 pelo Hudson Institute, idealizado pelo futurólogo Herman Kahn, que previa a inundação de uma área quinze vezes maior que a de todos os projetos hidroelétricos previstos para a região;

- a atuação do *Conselho Mundial das Igrejas Cristãs* (a partir de 1981)

que, em suas diretrizes, afirma claramente, ao se referir à Amazônia e à população que a habita, tratarem-se de “patrimônios da humanidade e não dos países, cujos territórios, pretensamente, dizem pertencer-lhes;

- a atuação de *parlamentares europeus*, em 1989, junto à *Comunidade Econômica Européia*, no sentido de interromper o Projeto “*Grande Carajás*”, tentando inibir a exploração organizada de nossa riqueza mineral; e

- a recente proposta (1989) de um *pais europeu* de se criar uma estrutura supranacional de defesa do meio ambiente que, apoiada na estranha *tese de defesa compartilhada*, teria o direito de intervir em nossos assuntos internos.”

PROJETO CALHA NORTE

A seguir, o mais alto prócer da Força discorreu sobre o histórico da presença militar na área em que ressaltou que “a ação pioneira do Exército foi sempre realizada com extrema dificuldade e enorme sacrifício, seja no nível institucional, seja no nível individual e familiar. Além das compreensíveis dificuldades de instalação e manutenção de efetivos, ainda que limitados, naquela região, para os Pelotões de Fronteira seguem militares, na maioria jovens, alguns acompanhados de suas famílias, sem nenhum conforto ou recompensa materialmente significativa, munidos apenas do ideal de servir”.

Lembrando aos parlamentares que o Projeto Calha Norte — instituído em 1985 pelo Governo Federal — não tem natureza essencialmente militar, o Ministro apresentou os objetivos do referido projeto:

- aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos e atrativos para o desenvolvimento da região;

- ampliação das relações bilaterais com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças;

- expansão da infra-estrutura viária, sempre no sentido de complementar a vocação natural da região, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional;

- fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da pequena presença do Estado, em função das distâncias e do isolamento;

- intensificação das campanhas demarcatórias das fronteiras, pela restauração e adensamento dos marcos limítrofes;

- promoção da assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas, através da delimitação e demarcação das terras ocupadas pelos índios e pela criação

de florestas nacionais capazes de oferecer-lhes proteção natural, em face dos contrastes de ordem cultural.”

Ainda sobre a Calha Norte, o palestrante esclareceu que o Ministério do Exército, por já dispor de estrutura na área, teve condições de responder prontamente ao desafio daquele empreendimento.

Prosseguindo, o Ministro abordou as dificuldades de estabelecer vigilância, em uma linha de fronteira terrestre com aproximadamente 9.600km de extensão, com apenas quinze pelotões, uma companhia e um batalhão, juntos a essa linha.

AÇÃO GUERRILHEIRA

No tocante ao episódio do dia 26 de fevereiro, o *Ministro Carlos Tinoco* iniciou, caracterizando a área e citando os antecedentes do fato:

Caracterização da área

A região da *Serra do Traíra*, na fronteira com a Colômbia, situa-se aproximadamente a 100km ao norte de Vila Bittencourt, onde está instalado o 3º Pelotão Especial de Fronteira, subordinado ao 1º Batalhão Especial de Fronteira, sediado em Tabatinga.

O local é região de floresta densa, cortada por rios e igarapés encachoeirados, havendo ocorrência de ouro de aluvião em vários pontos da Serra do Traíra.

O melhor meio de acesso é a utilização de helicópteros. Por via fluvial (meio normalmente empregado), o deslocamento, a partir de *Vila Bittencourt*, demora de dois a três dias, passando por duas pequenas cachoeiras, cuja ultrapassagem exige que os barcos, com as respectivas cargas, sejam retirados da água e transportados a braço através da floresta.

É importante destacar cinco áreas nesta região:

- a localidade de *Pueblo Nuevo*, na Colômbia, com uma população, basicamente de garimpeiros, que varia de 1.500 a 4.000 pessoas. Está afastada cerca de 5km da margem do rio Traíra e possui uma pista de pouso;

- a região de *Garimpito*, próxima a Pueblo Nuevo, onde se localiza uma área de garimpo colombiano. Nesse local, o ouro é encontrado sob o solo, necessitando, para sua extração, do emprego de explosivos, cuja utilização, naquela região, é proibida pelas autoridades colombianas, em face das atividades de guerrilha. Este fato contribui para a afluência de colombianos para o território brasileiro em busca do ouro de aluvião;

- a área que era explorada pela Parapanema, englobando os diferentes garimpos da Serra do Traíra;

- o garimpo dos índios Tucanos, ao norte da Serra do Traíra;

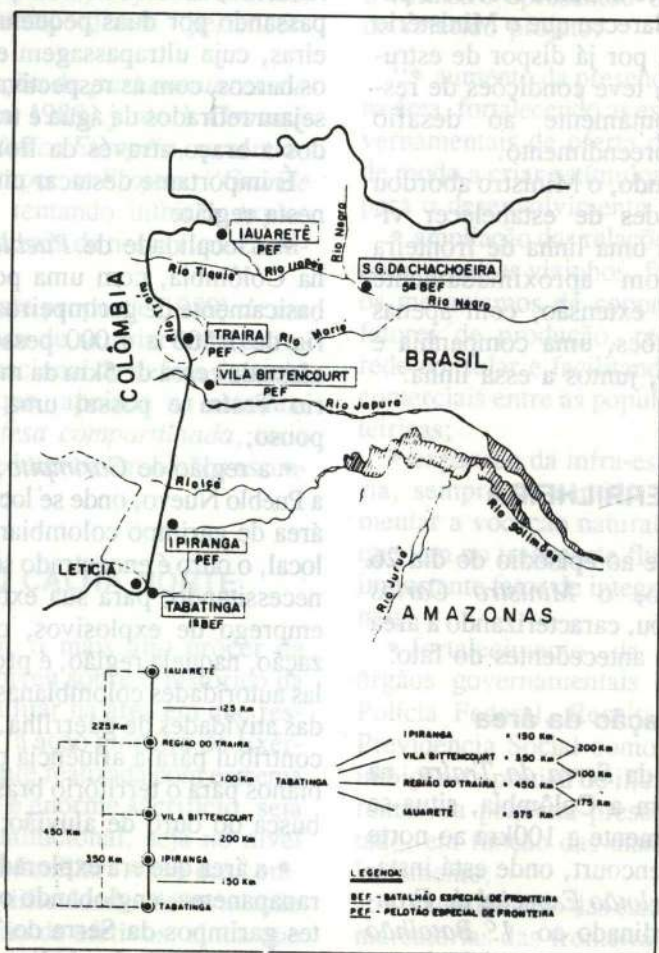
- o garimpo dos índios Makus, ao sul da Serra do Traíra.

Convém ressaltar que, além da dificuldade de acesso ao local, os efeitos adversos da vegetação tropical

dificultam o estabelecimento de sistemas de comunicações confiáveis, por provocarem variações no alcance e na emissão dos equipamentos.

e Construção, autorização para exploração mineral na região da Serra do Traíra.

Constantes incidentes entre garim-



Fronteira Brasil/Colômbia. Região do Rio Traíra

Antecedentes

Em 1985, foi concedida, à Parapanema S.A. Mineração, Indústria

peiros autônomos (brasileiros e colombianos), índios e a empresa de mineração marcaram o período de lava sob a jurisdição da Parana-

nema, o qual estendeu-se, aproximadamente, até *fevereiro de 1990*, quando a empresa decidiu retirar-se da área, alegando inviabilidade econômica da exploração.

A saída da mineradora ocasionou a retirada de um pequeno contingente da Polícia Militar do Amazonas, que por ela era mantido. Em decorrência do afastamento da Paranapanema, o *Comando Militar da Amazônia* passou a manter a área sob vigilância.

A partir de 4 de março de 1990, em face de informes sobre a presença de garimpeiros colombianos na área do Trafra, o 1.º Batalhão Especial de Fronteira/Tabatinga deslocou para a região um pequeno *Destacamento* que, alojado precariamente nas antigas instalações da Paranapanema, passou a atuar com patrulhas, buscando averiguar os fatos e, posteriormente, afastar grupos de garimpeiros. Estes grupos, inicialmente constituídos apenas por brasileiros, aos poucos foram acrescidos de colombianos oriundos de *Pueblo Nuevo*.

Acresce que, subindo o Igarapé Castanho, afluente do Trafra em território brasileiro, e a cerca de 40km da confluência, chega-se a uma área indígena (Tucanos), onde também há ouro, conhecida como Colônia Paricachoeira III.

O aprofundamento das investigações levou à constatação de que barcos colombianos subiam o Igarapé Castanho levando mantimentos, utensílios e até mulheres para negociar com os índios tucanos, em troca de "ouro".

Explicando à platéia sobre as razões de existir apenas um destacamento naquela área, o Ministro assim se pronunciou:

"No final de outubro de 1990, em virtude da informação sobre a presença de numerosos garimpeiros colombianos na *Serra do Trafra*, foi determinado, pelo Comandante Militar da Amazônia, o emprego da Companhia de Selva, orgânica do 1.º *Batalhão Especial de Fronteira*, para realizar uma operação mais demorada na área.

Nessa ocasião, foi detectada a presença de cerca de 300 colombianos, dos quais 92 foram presos, e houve a apreensão de grande quantidade de material de garimpagem."

E prosseguiu:

"Após o controle da situação, efetivou-se o retraimento da tropa, permanecendo no local um destacamento de dezessete homens comandado por um tenente."

O ATAQUE

O ataque guerrilheiro foi descrito em detalhes pelo palestrante, conforme verificamos a seguir:

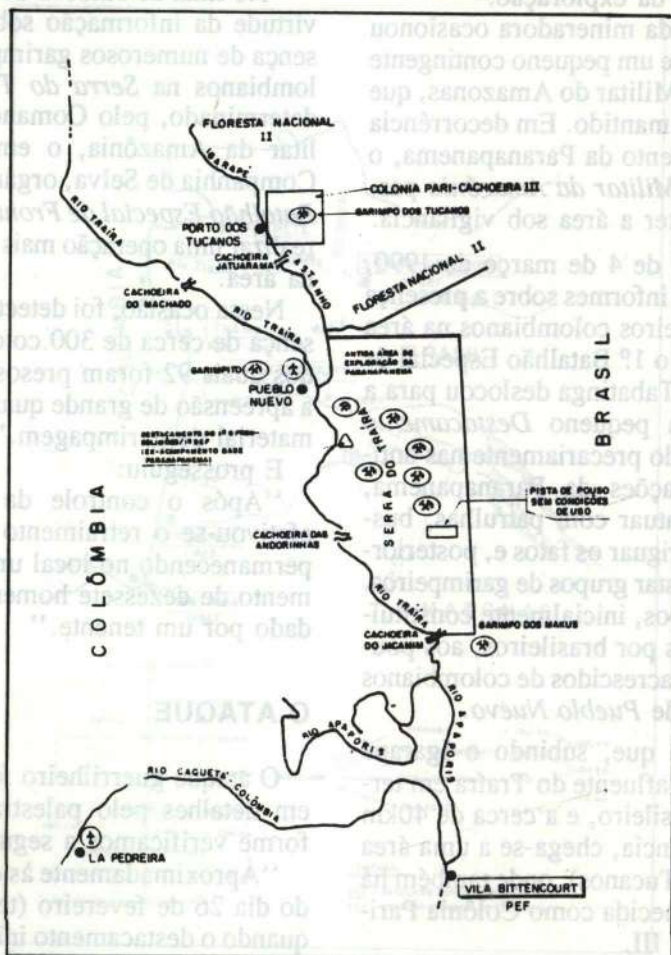
"Aproximadamente às doze horas do dia 26 de fevereiro (terça-feira), quando o destacamento iniciava o almoço, após o retorno de uma patrulha, um grupo de cerca de 34 homens, que se declararam guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) — *Comando Simon Bolívar* — *Facção Força e Paz*, realizando uma incursão em territó-

rio brasileiro, atacaram-no com fogo de armas automáticas e utilizando táticas de guerrilha.

O ataque foi realizado por três colunas, das quais uma tomou posição

sentinelas e, a seguir, desencadeado intenso fogo de armas portáteis sobre o restante do destacamento, que, sem sucesso, tentou reagir.

Do ataque, resultaram três solda-



Croqui da Região do Rio Traíra

de tiro na margem colombiana do Rio Traíra, e as outras duas, progredindo através da selva, investiram sobre o acampamento.

Inicialmente, foram eliminadas as

dos mortos (duas sentinelas) e nove feridos.

Dois garimpeiros colombianos que estavam detidos aguardando evacuação para Vila Bittencourt foram,

na ocasião, mortos pelos guerrilheiros.

Ao término da operação, os colombianos apropriaram-se de estações rádio, munição, uniformes e de todo o armamento.

Providências tomadas

Caracterizada a ação guerrilheira em território nacional contra nossa tropa, foi o fato imediatamente levado ao conhecimento do Governo Federal, através do Ministério das Relações Exteriores, a quem foram solicitadas as necessárias gestões junto ao Governo da Colômbia no sentido de que suas Forças Armadas fossem empenhadas no combate aos guerrilheiros.

Paralelamente, o Destacamento foi reforçado e intensificaram-se as patrulhas, delas decorrendo escaramuças que resultaram na morte de sete guerrilheiros e no aprisionamento de outros quatro colombianos, entregues às autoridades militares daquele País.

Das gestões desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores, resultou uma reunião entre os Comandantes Militar da Amazônia — Gen Santa Cruz — e o da 4.^a Divisão do Exército Colombiano, sediada em Villa Vicenzio — Gen Edie Alberto Pallares Cotes, realizada no dia 9 de março último.

Nessa reunião, foram discutidas as ações e acordados os procedimentos a serem desenvolvidos pelos exércitos dos dois países, com o objetivo de combater o grupo guerrilheiro e

recuperar o material e armamento brasileiros por ele levados.

Em consequência dessa reunião, toda a região vem sendo constantemente patrulhada, tanto por nós quanto pelos colombianos, nos respectivos territórios.

Nossos homens levaram o reconhecimento terrestre, com apoio aéreo, até a região da Cachoeira do Machado, a cerca de 50km ao norte de nossa base no Rio Trafra.

Toda a fronteira, até a Cabeça do Cachorro, foi sobrevoada e, em alguns trechos, fotografada.

Está ainda prevista a realização de um reconhecimento terrestre na região da Serra do Caparro, situada na Cabeça do Cachorro.

Cumprе ressaltar, nestas operações, a perfeita e total integração das nossas três Forças Singulares, por meio de seus comandos na Amazônia.

A Força Aérea instalou um Centro de Controle Aéreo em Vila Bittencourt, possibilitando a operação, em segurança, das 21 aeronaves das três Forças para lá deslocadas (dezesseis da FAB, quatro do Exército e uma da Marinha).

A Marinha de Guerra deslocou para a Vila Bittencourt um navio patrulha fluvial que, além de servir de base de apoio logístico, levou aos habitantes daquela vila, localizada na linha de fronteira, maior segurança.

Todavia, a pletera de meios para lá deslocada não poderá permanecer integralmente na área, devendo ser reduzida ao mínimo julgado imprescindível.

No momento, a situação está calma, embora da Colômbia tenham chegado notícias da possibilidade de outro ataque por parte dos "guerrilheiros".

CONCLUSÃO

Antes de colocar-se à disposição dos senadores para o debate, o Ministro do Exército concluiu:

"Atritos de fronteira entre brasileiros e nacionais dos países vizinhos, em maior ou menor escala, ocorreram do Rio Grande do Sul ao Acre, o que não impediu, com o passar do tempo, a solução dos problemas e a estabilização da linde. Os senhores se recordam que a atuação de Plácido de Castro e seus homens, no início do século, em território boliviano na região do Acre, levou o Governo Brasileiro a adquirir, da Bolívia, a área que hoje se constitui naquele Estado, como forma de solucionar a questão.

Como salientei, ao abordar o tópico referente à presença do Exército na área, somente agora se pode dizer que a Amazônia está sendo realmente ocupada. A Ilha Amazônica caminha para sua efetiva integração ao território nacional.

Mas lá existem complicadores que não ocorreram em outras épocas e em outras regiões. Além desta ocupação estar acontecendo às vésperas do III Milênio, quando os estímulos materiais decorrentes da evolução tecnológica tendem a fixar o homem nas proximidades dos centros desenvolvidos, devem ser ressaltados os fato-

res intrínsecos à Amazônia Brasileira, em sua maioria, comuns à área de toda a Bacia.

Entre esses complicadores destacamos:

- o imenso espaço geográfico da chamada Amazônia Legal, envolvendo cerca de 60% do território nacional;

- a precária rede viária, predominantemente fluvial;

- a pequena e rarefeita população;
- as dificuldades enfrentadas pelos Governos Estaduais e Federal para se fazerem presentes na área;

- a existência de índios de diferentes tribos, que desconhecem limites fronteiriços entre países;

- a presença de garimpeiros que, atraídos pelo ouro à flor da terra, atuam em diversas áreas, sem alvarás de autorização, nem sempre respeitando limites de fronteiras, acarretando sérios prejuízos ao meio ambiente, além de corromperem os índios, degradando seus costumes e levando-lhes doenças, sem a eles nada acrescentar culturalmente, senão despertar-lhes o interesse pelo ouro; e

- a ação de missões religiosas estrangeiras, nem sempre voltadas para suas funções precípuas.

Se somarmos a tudo isso:

- a grande distância existente entre os marcos fronteiriços;

- a existência de grupos de guerrilheiros organizados e de poderosos cartéis de narcotraficantes em alguns países vizinhos;

- a atuação predatória de garimpeiros de várias nacionalidades;

• a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos: ecologia, defesa dos povos indígenas, internacionalização da floresta etc.; e

• as dificuldades que têm os governos dos países vizinhos em projetarem seu poder nas áreas limítrofes, concluiremos, com absoluta clareza, que:

• a situação deverá ser enfrentada de forma global, por intermédio de decisiva ação governamental, envolvendo todos os Ministérios, Secretarias, Iniciativa Privada e Organismos com responsabilidade no encaminhamento da solução dos diferentes problemas;

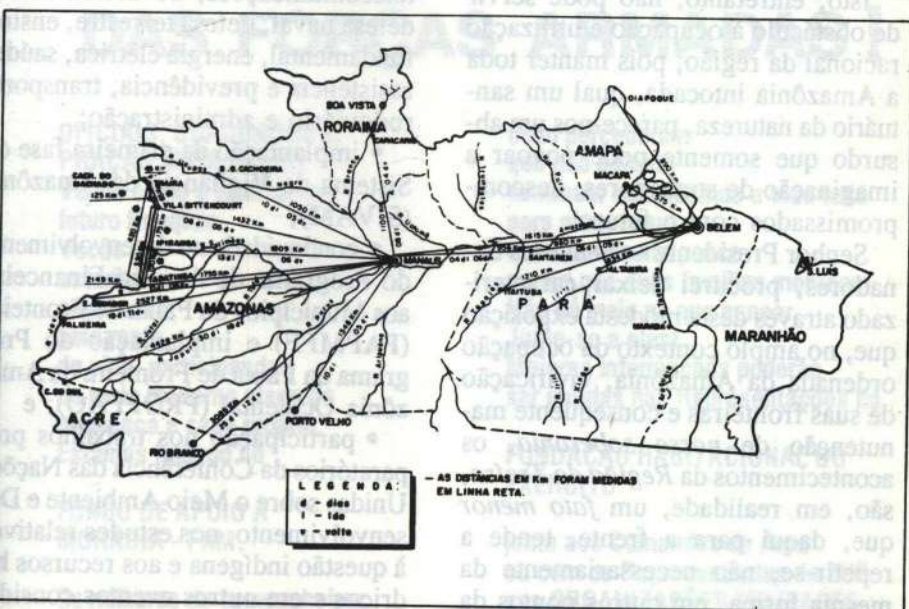
• é de fundamental importância acelerar os entendimentos com os pa-

íses vizinhos em torno do Pacto Amazônico.

O Programa Calha Norte veio ao encontro desses objetivos. Erradamente, tem sido acusado de ser um programa puramente militar; a verdade é que a estrutura do Exército, já de há muito presente na área, possibilitou uma pronta resposta às solicitações em sua esfera de atuação, o que não ocorreu com outros setores.

Tal fato tem acarretado a acusação de nos imiscuirmos em assuntos cuja responsabilidade não nos cabe, nos quais nos envolvemos por sermos, invariavelmente, os únicos presentes.

Acredito que a total implementação do Programa Calha Norte, envolvendo todos os setores responsáveis,



Distâncias para o
transporte
fluvial/marítimo

é de fundamental importância, não só para evitar tais acusações, mas principalmente para criar todas as condições que possibilitem a ocupação de tão extensa área, de forma ordenada, com a correta utilização de suas terras agricultáveis, e a preservação das áreas onde seja mais conveniente o extrativismo e a exploração organizada de suas imensas riquezas minerais e hídricas, em benefício de toda a sociedade.

Há sérios desafios a vencer em busca desse desiderato, particularmente no que diz respeito à defesa dos sistemas ecológicos naturais e à incorporação de técnicas agrícolas adequadas aos trópicos úmidos.

Isto, entretanto, não pode servir de obstáculo à ocupação e utilização racional da região, pois manter toda a Amazônia intocada, qual um santuário da natureza, parece-nos um absurdo que somente pode povoar a imaginação de sonhadores, descompromissados com o futuro.

Senhor Presidente — Senhores Senadores, procurei deixar caracterizado através desta modesta exposição que, no amplo contexto da ocupação ordenada da Amazônia, vivificação de suas fronteiras e conseqüente manutenção de *nossa soberania*, os acontecimentos da *Região do Traíra*, são, em realidade, um *fato menor* que, daqui para a frente, tende a repetir-se, não necessariamente da mesma forma, em outros pontos da fronteira, à medida que for se intensificando a presença humana na região.

Diante dos fatos, ousou afirmar que o Programa deve abarcar toda a Amazônia e não exclusivamente a Calha Norte.

É importante ressaltar, nesta oportunidade, que o Presidente Collor, em sua recente mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura, evidenciou sua intenção de conferir prioridade às seguintes ações, que dizem respeito à Amazônia:

- continuidade no desenvolvimento do Projeto Calha Norte, conferindo-lhe a feição de programa de governo, com previsão de ações nas áreas de telecomunicações, de defesa aérea, defesa naval, defesa terrestre, ensino fundamental, energia elétrica, saúde, assistência e previdência, transporte rodoviário e administração;

- implantação da primeira fase do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM);

- continuidade no desenvolvimento do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (PAFMFF) e implantação do Programa da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO); e

- participação nos trabalhos preparatórios da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, nos estudos relativos à questão indígena e aos recursos hídricos e em outros eventos considerados de natureza estratégica.

Nesse contexto insere-se, também, o zoneamento ecológico-econômico

da região, previsto desde o lançamento do Programa Nossa Natureza, em 1988.

Finalmente, convém aduzir que muitos falam sobre a Amazônia sem nunca a terem sequer visitado. É, pois, de fundamental importância que essa imensa região de nosso território seja cada vez mais conhecida dos

brasileiros, particularmente daqueles que detêm alguma parcela de responsabilidade nos destinos do País, já que só assim muitos falsos conceitos serão desmistificados e os problemas da região, melhor compreendidos, poderão ser adequadamente equacionados e resolvidos, criando as defesas necessárias contra a cobiça estrangeira.

COMPANHEIROS DAS FORÇAS ARMADAS !

OFICIAIS, GRADUADOS E PRAÇAS ENGAJADAS!

Vejam como é fácil ter um futuro tranqüilo.

Vocês
estarão
segurados
pelo resto
da vida, participando
do mais moderno plano de
poupança e casa própria.
Estamos falando do

FUNDO DE APOIO À MORADIA - FAM.

Os milhares de companheiros,
das Forças Armadas,
que já aderiram ao FAM,

cedo perceberam
que não adianta
continuar contribuindo a vida toda
para planos que
oferecem muito pouco
para o que suas famílias merecem.
Não há mais no que pensar.
Junte-se a eles!
Maiores informações poderão
ser obtidas nas Representações da

FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

junto aos Comandos de Área
ou com os Representantes da FHE
nas ORGANIZAÇÕES MILITARES
DO EXÉRCITO
mais próximas de sua Unidade.



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO



DA NECESSIDADE DAS FFAA

Sebastião Ramos de Castro

Reprodução de palestra proferida, pelo autor, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), em 28 de maio do corrente ano.

INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, desde seus primórdios, quando os homens, movidos pela necessidade de defesa grupal, passaram a se organizar para esse fim, surgiu o germe das formações militares do futuro.

Durante séculos, desde a antiguidade até os dias de hoje, à medida que o homem e o conceito de Estado-Nação evoluíam, também, e aceleradamente, a instituição de organizações militares destinadas a garantir os interesses das nações acompanhava essa evolução.

Até a Primeira Guerra Mundial, as forças militares eram essencialmente de natureza terrestre e naval e tinham, como finalidade primordial, a defesa da soberania das nações a que pertenciam e, por várias vezes, eram empregadas como instrumento

de força para a consecução de objetivos políticos, mesmo quando esses objetivos implicavam em guerras com fins expansionistas e de conquista. Foi na Primeira Guerra Mundial que o emprego de aeronaves mais pesadas que o ar para fins militares teve surgimento e, a partir daí, o desenvolvimento dos meios aéreos para fins militares ocorreu de maneira jamais prevista. Consolidou-se, então, a partir dessa evolução, a existência nas nações de um Poder Militar, traduzido pela existência e organização de Forças Terrestres, Navais e Aéreas.

A PRESENÇA MILITAR NA HISTÓRIA DO BRASIL

A presença militar na História do Brasil tem sido constante, desde o descobrimento, durante todo o pe-

modo colonial e após a independência, estendendo-se até os dias atuais. Não é nosso objetivo analisar pormenorizadamente a participação militar conduzida, inicialmente, pelos portugueses e, depois, pelos luso-brasileiros e, finalmente, apenas por brasileiros nos mais diversos eventos de nossa História. Mas é fato inquestionável que foi a ação de soldados que promoveu a expansão territorial brasileira, que repeliu as invasões estrangeiras, que demarcou, com seu sangue, nossas fronteiras, que repeliu as afrontas contra a dignidade e soberania nacionais, e que defendeu os princípios de liberdade e de democracia contra tentativas totalitárias de conquista do poder.

INTERVENÇÕES MILITARES NO PERÍODO REPUBLICANO

Após a proclamação da República, ocorreram vários episódios envolvendo a participação militar. Eclodiram diversos movimentos revolucionários motivados pelas ambições de certos segmentos políticos para a conquista do poder. Especialmente a partir de 1922, surgiram várias revoltas contra o poder central e que culminaram com a Revolução de 1930.

Quase todas tinham, como inspiração, o desejo de ascensão de uma classe média que se chocava contra o rígido esquema de poder estruturado pelas oligarquias agrárias.

Nessas revoltas era normal que uma parcela das Forças Armadas permanecesse fiel ao poder central, en-

quanto que outra se aliasse aos revoltosos. Não havia propriamente uma base ideológica formal e o programa dessas revoluções era bastante vago, insistindo principalmente na necessidade do voto secreto e da moralização dos costumes políticos.

A primeira revolta calcada em bases realmente ideológicas veio ocorrer em 1935, quando do episódio que ficou conhecido como a Intentona Comunista. Decorreu como consequência da radicalização ideológica que se desenrolava no mundo. A sublevação levada a efeito em vários pontos do País foi dominada pelas forças fiéis ao Governo, mas deixou marca inesquecível na História Militar do Brasil.

Em 1938, ocorre outra revolta de conotação nitidamente ideológica, embora de menores proporções, também dominada rapidamente pelas forças legais, mas, agora, fundamentada nos princípios do nazi-fascismo. Foi a Revolta Integralista.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o regresso ao Brasil daqueles que tinham combatido o nazi-fascismo, aceleraram-se as condições para a derrubada do longo período ditatorial de Getúlio Vargas. Mas mesmo a restauração da democracia não acarretou a pretendida estabilidade política e a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, ensejando a posse de João Goulart, veio a se constituir nas raízes do Movimento Revolucionário de 1964.

Essa Revolução foi uma consequência da ação do poder central, com o apoio das correntes de es-

querda, para criar uma república sindicalista de forte conteúdo ideológico socialista.

Após 1964, sucederam-se vários governos presididos por militares. Durante esse período os partidos políticos de esquerda, considerados ilegais, e várias correntes que surgiram como organizações militaristas desenvolveram intensa atividade, tanto de guerrilha urbana como rural, obrigando a que as Forças Armadas fossem empregadas para derrotá-las.

Finalmente, ocorreu o processo de abertura política e que teve seu auge na eleição por via direta do Presidente da República atual, em 1989.

CONSEQUÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES MILITARES NO PERÍODO REPUBLICANO

A ativa participação de militares em movimentos de natureza política levou a que, por muitas vezes, o profissionalismo deixasse de ser considerado com a atenção que deve merecer. Por outro lado, muito influenciou para que os militares passassem a se interessar pelos problemas nacionais. Talvez, no entanto, a consequência mais importante tenha sido a criação de uma verdadeira consciência com relação ao perigo para as liberdades democráticas representado pelas forças de esquerda, adeptas da ideologia marxista-leninista ou do trotskismo e, até mesmo, do processo do "foquismo", idealizado por Régis Debray e posto em prática com êxito em Cuba. Mas, por outro lado, tam-

bém nas correntes de esquerda consolidou-se a consciência da dificuldade em alcançar seus objetivos, a menos que fosse devidamente neutralizada e anulada a atuação das Forças Armadas.

Com a evolução do processo de normalização da vida democrática, as forças de esquerda deram início a um sistemático e metucioso trabalho destinado a influenciar a opinião pública, no sentido de demonstrar que a instabilidade política no Brasil tem sido uma consequência da intervenção dos militares na vida nacional. Para esse fim, adotaram a linha de ação de criar certas idéias-força e difundi-las ao máximo. Dentre estas, destacamos as seguintes:

- campanha contra o conceito de Segurança Nacional que passou a ser apresentado como uma *ideologia* e uma *doutrina alienígena* para servir aos propósitos imperialistas dos Estados Unidos;

- campanha contra o preceito constitucional que atribui às Forças Armadas a responsabilidade da garantia da lei e da ordem, na manutenção da Segurança Interna;

- campanha destinada a procurar redefinir o papel das Forças Armadas e redimensioná-las, explorando aspectos da conjuntura internacional e nacional atuais.

A primeira das campanhas citadas, como iremos procurar demonstrar, foi exitosamente concluída. Quanto à segunda, embora o sucesso não tenha sido absoluto, ainda não deixou de ser levada em conta. Com respeito

à terceira, encontra-se em pleno curso de execução.

A CONSTITUCIONALIDADE DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

As origens da atual Missão Constitucional das Forças Armadas do Brasil confundem-se, especialmente no caso do Exército, com as próprias raízes do surgimento da Força Terrestre. Quando nos Guararapes, brancos, negros e índios lutaram juntos para expulsar o invasor holandês, já estava sendo amalgamada a estrutura militar com o fim de combater o inimigo externo.

Após a Independência do Brasil, foi elaborado, no ano de 1823, o primeiro projeto de Constituição do País. No que se refere às Forças Armadas e, com respeito ao Exército, era estabelecido que:

- a missão primordial do Exército de Linha era a defesa externa, devendo, por isso, ser desdobrado nas fronteiras;
- o Exército de Linha deveria atuar no campo interno no caso de revolta declarada.

O acerto dessa medida é inquestionável.

O fato de o Exército de Linha ter, como missão primordial, a defesa externa, devendo por isso ser desdobrado nas fronteiras, era perfeitamente lógico, dado que a jovem nação herdava todo o antagonismo luso-espanhol que já havia provocado nu-

merosos e sangrentos choques militares.

A missão de atuar internamente, no caso de revolta declarada, era medida prudente e aconselhável em face das condições existentes, e que viria criar as condições para que o Brasil não viesse a se fragmentar, como ocorreu com a América Espanhola.

Essas medidas foram consagradas na primeira Constituição do Brasil, datada de 1824, e perdurariam até a Proclamação da República, em 1889.

Durante todo o período republicano e nas diferentes Constituições, essas idéias fundamentais foram mantidas. As Constituições brasileiras, ao atribuírem, às Forças Armadas, a missão constitucional de defesa da Pátria e de garantidoras dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, têm seguido uma tradição de resultados altamente proveitosos para o País.

Com o término do período de governos presididos por militares, iniciado em 1964, e com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para elaborar uma nova Constituição para o País, teve início o desenvolvimento das duas campanhas anteriormente citadas, correlacionadas com o conceito de Segurança Nacional e Missão Constitucional das Forças Armadas.

O então Presidente da República, José Sarney, criou a chamada Comissão Provisória de estudos Constitucionais, formada por elementos considerados como "os cinquenta notáveis", com a missão de preparar um projeto de Constituição a ser en-

caminhado à Assembléia Nacional Constituinte.

No âmbito dessa Comissão, surgiu o Comitê 10 — Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas. As correntes de esquerda, com os partidos já legalizados e contando com o apoio de correntes liberais, consideravam que Segurança Nacional era uma ideologia responsável pelo período de exceção que o País atravessara. A campanha obteve sucesso, pois do Relatório do Comitê 10 consta o seguinte:

“1 — Houve consenso, por parte do comitê, no sentido de que a segurança da Nação, que compreende a defesa externa e a ordem interna, em um regime democrático, deve desvestir-se da ‘ideologia da segurança nacional’.”

Houve, entretanto, divergência quanto à substituição de Segurança Nacional por Defesa Nacional, sustentando o Conselheiro José Alberto de Assumpção a tese de que deveria permanecer Segurança Nacional que seria redefinida, por não ter o mesmo significado técnico e doutrinário de Defesa. O comitê decidiu adotar a proposta de substituição por Defesa Nacional, apesar de aceitar as ponderações do Conselheiro, na parte técnica e doutrinária, mas entendendo que a substituição se deveria fazer por questões de oportunidade.

A redação final da proposta para o Título Forças Armadas, aprovada nas reuniões plenárias dos dias 05 e 06 de maio de 1986, da Comissão

Provisória de Estudos Constitucionais, foi a seguinte:

“As Forças Armadas destinam-se a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade de seu território e os poderes constitucionais.”

De nada adiantaram as críticas a essa decisão e, não fora a atuação atenta e vigilante dos Ministros Militares de então, particularmente dos Ministros da Marinha e do Exército, e o êxito pretendido teria sido alcançado.

No entanto, com respeito ao conceito de Segurança Nacional, não obstante o jurista Ney Prado ter demonstrado que se tratava de mero “revanchismo semântico”, o sucesso foi obtido pelas esquerdas. Nos dias atuais, a palavra Segurança e, especialmente, a expressão Segurança Nacional estão estigmatizadas e como que proibidas de serem pronunciadas.

Na atual Missão Constitucional das Forças Armadas, os aspectos fundamentais e essenciais foram mantidos, o que se constituiu em grande vitória contra o “sentimento revanchista” por parte de alguns constituintes. Mas as forças de esquerda ainda não consideram a batalha como inteiramente perdida, tendo em vista a possibilidade da reforma constitucional decorrente do plebiscito previsto para 1993.

É necessário manter-se vigilante a esse respeito.

A CAMPANHA ATUAL: — CRISE EXISTENCIAL DAS FORÇAS ARMADAS

Tomando como pretexto aspectos conjunturais recentes, tanto no campo interno como no internacional, surgiu uma nova e virulenta campanha fundamentada no que seria uma crise existencial das Forças Armadas brasileiras.

Argumenta-se que, com os acontecimentos na União Soviética e nos países do Leste Europeu, o comunismo simplesmente acabou e que, como tal, não mais há um inimigo interno.

Esse é um argumento falacioso.

Uma ideologia não se extingue da noite para o dia. Exemplo evidente está na ideologia nazi-fascista, presumida como esmagada após o término da Segunda Guerra Mundial, e que está presente nas manifestações neo-nazistas que ocorrem em várias partes do mundo. Mesmo em nosso País, ainda que não se queira dar veracidade ao trabalho dos órgãos de informações, é bastante ler as publicações das esquerdas nacionais, ou tomar conhecimento do que ocorre com entidades e organizações adeptas da ideologia marxista, em sua luta permanente para a implantação do socialismo como etapa intermediária para o comunismo.

Por outro lado, afirma-se que, em face das atuais condições de relacionamento com os países vizinhos da América do Sul, nada há que temer com relação a inimigos externos.

Como resultado, insinua-se que não mais existem hipóteses de guerra capazes de justificar a manutenção dos efetivos atuais ou seu incremento e também o dispêndio de recursos para o reequipamento bélico. Assim sendo, os efetivos deverão ser reduzidos a um mínimo necessário, e serem as Forças Armadas redirecionadas para a execução de missões de caráter social e assistencial.

Entretanto é essencial ter em vista que não são hipóteses de guerra que fundamentam a necessidade da existência de Forças Armadas e sim a Missão Constitucional que a elas é atribuída.

Essa campanha ocorrerá quando o Congresso Nacional elaborar Lei Complementar estabelecendo as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas, traduzindo-se em uma bem orquestrada atuação para tentar obter êxito em mais uma tentativa de modificar a Missão Constitucional fixada pela Constituição Federal.

A REAÇÃO CONTRA A CHAMADA CRISE EXISTENCIAL

Felizmente, pode-se observar que essa campanha despertou as atenções de militares e civis que, através de artigos publicados pela imprensa, com argumentação sólida e consistente, têm desmascarado os objetivos visados por determinadas correntes políticas.

É muito confortador para os soldados profissionais ao ler na edição Jan/Mar do ano corrente da revista *A Defesa Nacional* o artigo "Forças Armadas — Para Quê?" extraído do *Noticiário do Exército* n.º 8.078, de 04 de outubro de 1990. E mais confortador ainda é ler um artigo do major Sérgio Paulo Muniz Costa, denominado "Exército em Crise?", no qual esse jovem oficial, com extrema clareza e objetividade, analisa a atual discussão sobre a propalada Crise Existencial das Forças Armadas brasileiras. De extrema valia são suas considerações sobre "Os Falsos Argumentos" dessa campanha, bem como suas Conclusões.

Os Chefes militares da Reserva, os civis responsáveis que têm se debruçado sobre a questão merecem o respeito e a admiração dos homens que fizeram da carreira militar seu ideal e que lutaram e lutam por uma Nação livre, soberana e democrática.

O PORQUÊ DA EXISTÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Durante todo o período do Império Brasileiro, suas Forças Armadas (Marinha e Exército) estiveram empenhadas em lutas contra o inimigo externo, na defesa da soberania e da integridade do território nacional, repelindo as agressões. Foram as campanhas no Sul do Brasil e, finalmente, a participação decisiva na Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai.

E o que dizer de sua atuação no campo interno? Como poderia ser o Brasil de hoje, se o Patrono do Exército Brasileiro, o Duque de Caxias, não houvesse debelado com energia e determinação, demonstrando, após a vitória, extraordinária generosidade, as revoltas conhecidas em nossa História como a Abrilada, a Setembrada, a Novembrada, a Cabanagem, a Balaiada, a Revolta de Sorocaba, a Rebelião de Minas Gerais e a Guerra dos Farrapos? Teríamos o Brasil com as dimensões continentais atuais ou teria ocorrido uma fragmentação em várias nações, a exemplo do que aconteceu com a América Espanhola, perdendo a coesão e unidade que hoje ostenta e que nos foi legada?

Ao ser proclamada a República, em 1889, foi elaborada a primeira Constituição republicana de 1891, que consagrou, com grande sabedoria, os princípios relativos às Forças Armadas que constavam da Constituição imperial.

O que teria ocorrido com as Revoltas do Contestado e de Canudos, se o Exército não tivesse sido empregado para debelá-las? Poderia sequer imaginar-se subjugar a revolta comunista de 1935, eclodida em vários pontos do País, sem a participação do Exército Nacional? O mesmo pode ser indagado com relação à tentativa integralista em 1938.

Seria lógico deixar que a guerrilha urbana e rural realizada por elementos adeptos da doutrina marxista-leninista, que agiam seqüestrando representantes diplomáticos, assaltando

bancos, assassinando civis e militares, prosseguisse em sua ação contra a liberdade e a democracia sob os olhares passivos das Forças Armadas?

Como deixar de considerar a participação das Forças Armadas brasileiras no gigantesco conflito conhecido como Segunda Guerra Mundial, no qual os agravos à soberania nacional foram respondidos com o heroísmo e o sacrifício dos que integraram as Forças Expedicionárias Brasileiras?

Pode-se ignorar que a ação militar brasileira em defesa dos interesses nacionais não se fez apenas através de ações armadas? O que dizer da atuação das Forças Armadas como fator de integração nacional e de assistência sempre que isso se faz necessário?

São essas algumas das razões que impõem a necessidade de Forças Armadas convenientemente organizadas, equipadas, instruídas e adestradas, possuidoras de elevado espírito profissional, prontas para cumprir as tarefas decorrentes da Missão Constitucional.

CONCLUSÕES

- O ideal de uma paz mundial e de um desarmamento global é ainda uma utopia. Nenhuma nação abdica do direito de possuir forças armadas para a defesa de sua soberania e integridade.

Ainda está longe o dia em que as nações poderão considerar-se imunes

a possíveis agressões por países vizinhos. O recente conflito no Golfo Pérsico é uma prova dessa afirmação.

- Muito embora o clima de relacionamento do Brasil com seus vizinhos na América do Sul seja, no momento, excelente, isso não significa que os mesmos estejam dispostos a reduzir ou enfraquecer suas Forças Armadas.

Vale a pena lembrar as palavras do almirante argentino Antonio Mazarrelli, subcomandante da Marinha Argentina, destituído do seu cargo recentemente, por ter declarado que "o país está *indefeso* e que o soldo dos militares não dá para chegar ao fim do mês". Também o brigadeiro da reserva da Aeronáutica Argentina, Ernesto Crespo, que foi Comandante da Força Aérea durante o governo Alfonsim, foi punido pelo Presidente Menem por ter feito duras críticas à decisão governamental de desativar o projeto do míssil de médio alcance Condor II, que estava sendo desenvolvido com a colaboração de alemães e egípcios. O brigadeiro declarou que "a Argentina corre o risco, não de ser um país de terceira, mas de converter-se em um país bananeiro se ceder às pressões dos Estados Unidos no sentido de desativar o Condor II".

- A presença de representantes de organizações guerrilheiras e de partidos e organizações de esquerda latino-americanas no Brasil em Congressos, Encontros e Seminários promovidos por organizações de esquerda brasileira é motivo de pre-

ocupação, especialmente quando se considera a vinculação de algumas delas com o narcotráfico.

Não nos esqueçamos do que foi dito recentemente, em reuniões ocorridas nos dias 1º e 12 de maio do corrente ano em um desses encontros, no Instituto Cajamar, em São Paulo e que repetimos, textualmente: "O caos gera a anarquia, a anarquia gera uma nova ordem para então se implantar o socialismo e, após, o comunismo. Represas, hidrelétricas, transportes, abastecimento são os objetivos para obter o que desejamos em nossas metas a prazo médio."

São fatos como esse, aliados à violência das invasões de terras, as agitações urbanas, que mostram a necessidade de preparo de nossas Forças Armadas para uma eventualidade de emprego na manutenção da lei e da ordem e dos poderes constitucionais.

- É essencial que o Congresso Nacional bem compreenda o valor e a importância das Forças Armadas e de sua eficiência, de modo a se constituírem em fator de dissuasão contra possíveis inimigos externos ou internos e, mais do que isso, como reais garantidoras dos poderes constitucionais e do regime democrático. Justamente por tais razões é que se torna imperativo que o relacionamento das Forças Armadas com o Congresso Nacional se processe na forma de respeito mútuo, lealdade, harmonia e cooperação.

- As Forças Armadas, como sempre fizeram, devem participar das

chamadas "ações complementares" que concorrem para uma permanente integração com o povo. Julgamos, no entanto, que o emprego nesse tipo de atividade não deve atingir tal magnitude que desvie as Forças Armadas de sua atividade-fim primordial e que é a preparação para enfrentar conflitos.

- A melhor resposta que os militares brasileiros podem dar aos que pretendem denegrir a imagem das Forças Armadas e limitar sua capacidade operativa com propósitos políticos incompatíveis com os preceitos de liberdade e democracia é a defesa intransigente dos termos da Missão Constitucional. Obedecidos os princípios basilares da disciplina e da hierarquia cabe, a nosso ver, aos Chefes Militares o empenho permanente para a obtenção dos recursos imprescindíveis à existência de Forças Armadas modernas e eficientes e para dar continuidade aos projetos de pesquisa e desenvolvimento destinados a garantir a modernização de seus materiais, através de tecnologia nacional, evitando-se a dependência a fontes externas de suprimentos.

- Finalizamos, citando o seguinte trecho da famosa Circular de 20 de março de 1964, do General Humberto de Alencar Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército. Disse ele:

"Entrarem as Forças Armadas em uma revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo

para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, seria antipátria, antinação e antipovo

“Não, as Forças Armadas não podem atrair o Brasil. Defender os privilégios das classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou comunistas.”

• Com esta citação, queremos enfatizar que o objetivo governamental de ingressar o Brasil no seio dos países considerados do Primeiro Mundo implica, obviamente, em crescimento do Poder Nacional, e conseqüentemente, de Estatura Político-Estratégica, o que torna aconselhável que sejam proporcionados os recursos necessários para que as Forças Armadas possam atingir uma efetiva capacidade operacional condizente com o fortalecimento da Segurança Nacional.



O Gen SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO - Pertence à Turma de 1º de Março de 1943, da Escola Militar do Realengo, Arma de Cavalaria. Integrante da FEB como 2º Tenente, Comandante do Regimento Andrade Neves, Chefe da AC/SNI, Instrutor da ECEME, Comandante da 5ª Bda Inf Bld, da 3ª RM, da 3ª DE e do II Exército e CMSE, Vice-chefe do DMB, Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Adido do Exército na Argentina.

HIDRELÉTRICA DE XINGÓ GERA ENERGIA EM 1994



A Usina Hidrelétrica de Xingó, em construção no rio São Francisco, na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — Chesf, será inaugurada no segundo semestre de 1994. Informa o presidente da Empresa, engenheiro Marcos Lopes, anunciando, ainda, que as obras estão rigorosamente dentro do cronograma definido no início do Governo Collor.

Xingó vai produzir anualmente, na primeira etapa, com 3 mil megawatts instalados, 18,4 milhões de megawatts/hora, o que representa 25% do potencial hidrelétrico do Nordeste. Numa segunda fase serão instalados mais 2 mil megawatts. Mas, já com a conclusão da primeira etapa, estará garantido o abastecimento de energia elétrica ao Nordeste até o início do próximo século.

O reservatório da Hidrelétrica de Xingó ficará inteiramente encaixado no canyon e se estenderá da barragem até o canal de fuga da Usina de Paulo Afonso IV, numa extensão de 60 quilômetros, cobrindo áreas dos Estados da Bahia, Alagoas e Sergipe. Apenas um povoado — Canavieiras, na margem esquerda — com 12 famílias terá de ser relocado, sendo inundadas parcialmente cerca de 70 propriedades rurais, com pouca ou nenhuma atividade agropecuária.

Baixo Custo — O custo da energia a ser gerada na Hidrelétrica de Xingó será um dos mais baixos do País, em face de praticamente inexistirem relocações de populações e benfeitorias, e das condições topográficas locais que propiciam adequado arranjo das estrutu-

ras do aproveitamento hidrelétrico e seu custo-índice é de cerca de US 24,00 por megawatt/hora produzido.

O próximo ano será fundamental para que a Usina esteja gerando energia em 1994. O pique da obra ocorrerá em 1992, quando cerca de 9 mil homens estarão no canteiro de obras, e inclusive serão iniciados os trabalhos de montagem dos equipamentos eletro-mecânicos. O enchimento do reservatório somente acontecerá em 1994.

Sistema — No submédio São Francisco a Chesf opera hoje as Usinas de Sobradinho, com potência de 1.050 megawatts, de Apolônio Sales, com 440 megawatts, do Complexo de Paulo Afonso I, II, III e IV, com 3.984 megawatts e Luiz Gonzaga (Itaparica), com 1.500 megawatts, na sua primeira etapa.

A Usina de Sobradinho, com um reservatório de 34 bilhões de metros cúbicos, proporciona uma regularização plurianual do sistema, garantindo uma vazão mínima a jusante de 2.060 metros cúbicos por segundo. No baixo São Francisco, a jusante do Complexo de Paulo Afonso, o aproveitamento energético da queda disponível de 140 metros foi previsto através das Usinas de Xingó e de Pão de Açúcar.

Os estudos energéticos realizados pela Chesf mostraram que o conjunto Xingó — Pão de Açúcar apresenta disponibilidade de energia firme de 2.260 megawatts médios anuais e de energia de ponta garantida de 3.305 megawatts correspondentes à primeira etapa da construção.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Ministério da Infra-Estrutura
SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA

Eletrobrás





A INFLUÊNCIA DO CORÃO NO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR

Dino Willy Cozza

BIBLIOTECA DO EXÉ
Palácio Duque de Caxias - Ala Ma
Praça Duque de Caxias, 25 - 3
20-455 - Rio de Janeiro (

Qual seria a importância da religião islâmica na personalidade e conduta do militar que tem, no Corão, sua Bíblia?

Em torno de uma resposta a sua indagação é que se desenvolve a matéria deste ensino.

INTRODUÇÃO

Sob o título “A Influência do Corão no Pensamento Estratégico Militar”, é nossa intenção tentar divagar sobre qual seria a importância da religião islâmica na mentalidade, personalidade e conduta dos generais, e dos militares em geral, que professam a lei de Maomé.

Para alcançar tal propósito, senti-mos a necessidade de recordar alguns dados históricos. Porém, nos perguntamos: “Caberia, em Estudos Estratégicos buscar fatos históricos e tratar de teologia?” Cremos que sim, quando oportuno.

O mestre Arnold Joseph Toynbee, no seu excelente trabalho “Um Estudo da História” frisa “a necessidade de um estudo abrangente dos assuntos humanos”. Afirmo o ilustre professor, textualmente: “Os mesmos avanços científicos e tecnológicos que miram o mundo ao ‘anular a distância’ deram à humanidade também o poder de se destruir, guerreando com armas atômicas.”

Que a História é subsídio para ilações de natureza estratégica nos mostra a revista *Time*, edição internacional de 24 de dezembro de 1990, de número 52. Sob o título “Eco de uma Crise Antiga”, Howard G.

Chua-Eoan faz uma análise da Quinta Cruzada, de 1213 a 1221, de como a sua desorganização e desunião nos forneceram uma lição de que uma colização multinacional pode entrar em colapso.

No artigo citado, o autor pinta um quadro de oitocentos anos atrás, que evoca a recente crise no Golfo Pérsico.

Creemos que, em rapidíssimas pinceladas, mostramos como o conhecimento histórico pode ser útil para as conclusões estratégicas de um porvir, seja ele breve ou mais distante.

No que diz respeito à religião, iremos pedir auxílio a um italiano, Tomás de Aquino, nascido em 1225, perto de Aquino, e falecido em sete de março de 1274, com apenas 49 anos de idade.

São Tomás, também chamado Doutor Angélico, Divino Tomás e Anjo das Escolas, foi o construtor do tomismo e responsável pela cristianização da filosofia de Aristóteles. Tentando mostrar que a razão pode provar a existência de Deus através de cinco vias, usa a terceira via para afirmar que "todos os seres estão em permanente transformação, alguns sendo gerados, outros se corrompendo e deixando de existir.

"Mas, poder ou não existir não é possuir uma existência necessária e sim contingente, já que aquilo que é necessário não precisa de causa para existir. Assim, o possível não teria em si razão suficiente de existência e, se nas coisas houvesse apenas o possível, não haveria nada. Para que

o possível exista é necessário, portanto, que algo o faça existir.

"Ou seja: se alguma coisa existe é porque participa do necessário.

"Este, por sua vez, exige uma cadeia de causas, que culmina no necessário absoluto, ou seja, Deus."

Não nos cabe agora discutir filosofia e menos ainda teologia.

Todavia, concordamos com Tomás de Aquino: "Deus é o necessário absoluto." A humanidade está impregnada de Deus e as religiões formam a base filosófica sobre a qual a maioria dos homens é formada, sofre influências, altera suas condutas, e condiciona seu pensamento, seja ele litúrgico, social, político e, até, econômico e militar.

ALGUNS DADOS HISTÓRICOS SOBRE O NASCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO ISLÃ

Época: primeiras décadas do século VII da era cristã. Cenário: Oriente Médio. Dois grandes estados imperiais confrontavam-se. O Império Bizantino, paladino do cristianismo, herdeiro de Roma, mantinha sob controle o Mediterrâneo Oriental. Embora com muitos problemas no ocidente, provocados pelos invasores germânicos, Constantinopla ainda era a sede da maior potência do mundo, senhora da Anatólia, do Egito, da Síria e de toda a Europa Oriental, ao sul do Danúbio. Nessa época, os cidadãos de Constantinopla acreditavam, firmemente, que moravam no

coração da civilização. Essa convicção era contestada por seu principal rival, o Império Persa. De Ctesifonte, sua capital junto ao rio Tigre, no berço mesopotâmico da cultura humana, os soberanos persas controlavam um território que ia das fronteiras de Bizâncio, às estepes de Rússia e às montanhas do Afeganistão. A dinastia Sassânida estava enredada num debilitante e intermitente esforço de guerra contra Bizâncio, disputando o controle do Oriente Médio.

Nesse ambiente, surge Muhammad Ibn Abdulla, mais conhecido como Maomé, nascido em 570 da nossa era e falecido em 632, chegando à meia idade como um obscuro mercador. Dizendo-se tocado pela inspiração divina começou a pregar, tal como novo messias. Sua mensagem era simples, e constitui-se o dogma do Islã*:

- Deus é único e onipotente;
- promessa da ressurreição dos mortos, juízo final com recompensa ou punição, o Inferno (a "Geena") e o Paraíso;
- Maomé é o Mensageiro de Deus, encarregado de transmitir sua palavra aos homens;
- o Corão não classifica os homens conforme sua raça, cor, nacionalidade, cultura, posses econômicas ou classes sociais; e, ainda,
- cinco deveres que são prescritos aos muçulmanos: a prece, o jejum, o pagamento do tributo dos pobres,

ou seja, a caridade, a peregrinação à Meca e a *guerra santa*.

O Islã explodiu sobre o mundo com a força súbita de um furacão no deserto. Com o grito de *Allahu Akbar*, Deus é grande, atravessando as areias, exércitos árabes começaram a penetrar na Síria e na Mesopotâmia em 633, um ano após o falecimento de Maomé, o Profeta. Em uma década, tinham conquistado a Pérsia e o Egito, e tomado a cidade três vezes santa de Jerusalém. Em 674, estavam às portas de Constantinopla. No início do século seguinte, as bandeiras do Islã tremulavam da Espanha à Índia, uma extensão do território que tornava pequenos todos os impérios anteriores, espalhando o islamismo por três continentes.

A tradição islâmica traçou sua linhagem até Abraão, o patriarca ancestral de árabes e judeus. A cidade sagrada de Meca nasceu em torno do poço de Zem-zem graças ao calcanhar de Ismael, filho de Abraão e sua escrava Agar. O santuário, que séculos depois tornar-se-ia o lugar mais sagrado do islamismo, a "Caaba", encravando em sua parede a Pedra Negra sagrada de origem meteórica, teve origem com Abraão e Ismael. O filho mais velho de Abraão casou-se com mulher dos novos povoadores. Desse casamento nasceram os árabes. Do outro lado, os filhos de Isaac viriam a ser os israelitas.

Com o passar do tempo, o povo se afastara do Deus único de Abraão, para o qual o santuário da Caaba fora construído. Nele passou-se a celebrar

* Islã, em árabe, significa "submeter-se à vontade de Deus".

Hubal, a principal divindade do local, 360 ídolos menores. Meca estava sob controle dos coraixitas, uma poderosa tribo do Hedjaz que adorava vários deuses. Na virada do século VII, Meca era uma das principais cidades da Arábia.

Corria o ano de 610. Mês de "ramadã". Maomé meditava em uma caverna no deserto. Ouviu o tilintar de sinos. De repente o arcanjo Gabriel recitou-lhe o que seria o início do Corão.

À medida que Maomé ganhava seguidores, chamados "Muçulmanos", literalmente, aqueles que se rendem, o poder nascente mas crescente do Islã começou a alarmar os governantes de Meca. Os decretos do Profeta contra a idolatria atingiram duramente o sistema de peregrinação à Caaba, fonte fundamental de riqueza. Sua defesa dos pobres desagradou os ricos. Uma das propostas islâmicas que achavam particularmente odiosa era a "Zakat", uma contribuição obrigatória anual como caridade de 2,5 por cento do excesso de riqueza de uma família. "Zakat" significa, literalmente, purificar. Os próceres da cidade, liderados pelo poderoso ramo omíada da tribo coraixita, lançaram, primeiro, uma campanha de ridicularização e, depois, de intimidação pessoal. Um dignatário do próprio clã hachemita de Maomé voltou-se contra ele.

Enquanto isso, duas tribos árabes hostis, da cidade de Latribe, um oásis a cerca de quatrocentos quilômetros a norte de Meca, os *Aws* e os *Kha-*

zaraj estavam sempre lutando entre si ou com vários clãs judeus que viviam na região. Em peregrinações a Meca, árabes de ambas as tribos ouviram a mensagem de Maomé e converteram-se ao Islã. Nos anos seguintes, esses novos muçulmanos chamaram Maomé para morar na cidade deles, pois, como já verificamos, em Meca sua liberdade e sua vida estavam ameaçadas.

Em 622, ele partiu para Latribe. Esse êxodo de Meca ficou conhecido como *Hijra*, literalmente fuga, em português hégira. Os muçulmanos passaram a contar os anos a partir daquela data, e o oásis ganharia um novo nome: Medina, a cidade do profeta.

Maomé pregava a mensagem e seus seguidores memorizavam suas palavras ou inscreviam-nas em pedaços de pergaminho, folhas de palmeiras ou couro. Mais tarde, estudiosos islâmicos recolheriam esses fragmentos orais e escritos para compilar o Corão.

Inicialmente, os muçulmanos rezavam prostrados, à maneira dos judeus, com a cabeça voltada para Jerusalém, cidade significativa na vida de Abraão e de Jesus. Mais tarde, o profeta transmitiu uma ordem de Alá para que orassem na direção da Caaba, em Meca.

Enquanto isso, os muçulmanos tinham, como inimigos naturais, seus antigos perseguidores, os coraixitas de Meca. Os homens de Maomé começaram então a atacar caravanas coraixitas a caminho da Síria. Em 624,

os coraixitas organizaram uma grande caravana escoltada por uma força de 950 guerreiros armados. O bando de Maomé, composto por cerca de trezentos homens, escondeu-se em torno de um poço em Badr, vilarejo próximo a Medina. Nessa ocasião, o Profeta baixara um decreto: "Ninguém que lute neste dia e se comporte com coragem inabalável encontrará a morte sem que Alá o leve para o Paraíso!" Entusiasmados com essa promessa, os islamitas caíram sobre os soldados de Meca, pondo-os em fuga. A batalha de Badr deu enorme impulso ao moral e ao prestígio de Maomé e seus seguidores, sendo vista como um sinal tangível do favor de Deus, um endosso divino do Islã. Em 627, dá-se a batalha do Fosso, que pode não ter sido um grande triunfo militar, mas confirmou o *status* de Maomé como líder a ser considerado, além de despertar sua má vontade contra o último grupo de judeus residentes em Medina, acusados de colaborar com os inimigos de Meca. Os muçulmanos, numa reação implacável, passaram os homens judeus na espada e venderam as mulheres e crianças como escravos.

Entre muçulmanos e judeus se estabelecia uma atitude de intensa animosidade mútua que se tornaria um recorrente traço debilitador da vida e da política no Oriente Médio. Em 630, Maomé, com um exército de dez mil homens tomou Meca. Em massa, seus habitantes abraçaram a nova religião. A *Hagg*, peregrinação a Meca, tornou-se obrigatória para todos os

crentes. Maomé voltou em triunfo para Medina, sua capital de adoção.

Em troca da garantia de independência e do direito de continuar em sua vida nômade, os beduínos concordavam em prestar lealdade a Maomé e pagar a *Zakat*. Aparentemente, a maioria também aceitou o Islã. Pela primeira vez, a maior parte da Arábia estava unida sob a mesma bandeira, a do Islã e de seu carismático líder. Em uma exortação final, Maomé declarou: "Saibam que cada muçulmano é irmão de outro muçulmano e que agora sois uma única irmandade." A oito de junho de 632, Maomé com mais de sessenta anos, morreu.

A morte de Maomé mergulhou a comunidade muçulmana numa crise. Na sociedade árabe tradicional escolhiam-se os líderes tribais, xeques, por consenso. O velho amigo do profeta, Abu Bakr, assumiu o título de *Califa*, sucessor. Em 634, após dois anos de conflito sangrento, a bandeira do Islã flutuava de novo, triunfalmente, em toda a Arábia e nas regiões fronteiriças da Síria e do Iraque. O califa seguinte, Omar Ibn al-Khattab sustentou o princípio islâmico do *Gihad*, a luta no caminho de Deus. *Gihad* implicava, de início, uma batalha da consciência contra as tentações de Satã. Mas logo assumiu feições militares e heróicas: uma guerra santa contra os incrédulos. Os muçulmanos invadiram a Mesopotâmia, a Palestina e a Síria. Em 635, tomaram Damasco. Em 637, tomaram Jerusalém.

Depois invadiram a Pérsia. Em menos de uma década, os muçulmanos chegaram até a fronteira da Índia. Em 642, todo o Egito estava em mãos árabes. Na maioria dos casos, a mudança para o domínio muçulmano foi notavelmente suave e indolor. Foi permitido que os povos conquistados mantivessem suas próprias leis e crenças religiosas. Ninguém foi forçado a converter-se ao islamismo. Os administradores locais continuaram em seus postos, sob a supervisão de um oficial árabe graduado. Os impostos eram geralmente mais leves do que sob os regimes imperiais e cumpria-se a justiça à risca. Em 644, Omar foi assassinado por um escravo persa. Sucedeu-o Othman, membro do clã omíada, o ramo mais poderoso e aristocrata dos coraixitas. Com ele, o domínio muçulmano expandiu-se para a Armênia, Ásia Menor e Ásia Central.

Todavia, a austeridade do Islã começou a desaparecer. Em 655, irrompeu a primeira revolta no atual Iraque. Seguiram-se outros motins. O califa Othman foi assassinado no palácio, enquanto lia o Corão. Esse ataque regicida abriu uma ferida no Islã que não cicatrizaria. O próximo califa a ser escolhido foi Ali, o primo do profeta, que perdera a primeira eleição muitos anos antes. Novamente houve motim.

No Iraque, Ali comandou a batalha que ficou conhecida como a do Camelo. Treze mil sublevados morreram. A batalha do Camelo foi o primeiro grande choque entre muçul-

manos, estabelecendo um precedente agourento.

Em 661, Ali tombou sob uma adaga carijita. O Islã era, nessa época, o maior império do mundo. Dividia-se entre sunitas e xiitas. Mas surgiu um problema com o número crescente de súditos estrangeiros que se convertiam ao Islã. A quantidade de não-árabes que abraçava a nova fé logo se tornou mais que a de árabes. Depois de muita contravérsia, os *Mawali*, muçulmanos não-árabes permaneceram cidadãos de segunda classe.

Bem abaixo na pirâmide social, estavam os judeus e cristãos, o "povo do livro", como os designava o Corão.

Gozavam de completa liberdade religiosa e, ao pagar o imposto individual, ganhavam isenção do serviço militar. Esse benefício mais tarde foi estendido aos zoroastristas monoteístas da Pérsia. O povo do deserto maravilhava-se com a sofisticação cultural desses três grupos, que tendiam a ocupar as fileiras da administração governamental, mas, que eram socialmente inferiores aos árabes. Na base da pirâmide estavam os escravos, gregos, turcos, armênios, berberes e africanos negros, capturados nas conquistas, geralmente vendidos.

Em 696, o califa Abd Al-Malik decretou o árabe como língua oficial do império. Foi o mesmo que construiu a Cúpula da Rocha, em Jerusalém.

Em 711, espalharam-se pela Espanha e atravessaram os Pirineus, pe-

netrando na França. Chegaram até 160 quilômetros de Paris.

As dissensões internas no Islã, contudo, continuaram. Em seus ataques fratricidas chegaram a causar o incêndio da tão sagrada Caaba e a rachadura do meteorito. Um foco perpétuo de descontentamento era o Iraque.

O único neto do profeta chegou a ser decapitado e ter sua cabeça exposta. Surgiu um movimento político chamado *Xiat Ali*, o partido de Ali dedicado a restaurar a linhagem de Ali. Células xiitas irromperam em todo o império Muçulmano. Os xiitas viriam a ser uma das duas seitas primárias do Islã, menor apenas que a dos sunitas, nome dado mais tarde aos muçulmanos ortodoxos, que consideravam os primeiros quatro califas como sucessores legítimos do Profeta. Em 786, assume o califa abássida Harun Al-Rashid, com sua capital em Bagdá, que deu mais poder e energia ao Islã até a virada do século 809. Era o fim das "mil e uma noites".

Somente em 2 de janeiro de 1492, os cristãos tomam Granada, último baluarte mouro na Espanha, dois anos antes do tratado de Tordesilhas.

O CORÃO E SUA INFLUÊNCIA RELIGIOSA NO COMPORTAMENTO PESSOAL E SOCIAL

O Corão, a leitura por excelência, foi revelado a Maomé no decorrer dos 23 últimos anos de sua vida. Parte

antes da Hégira, treze anos em Meca e a outra depois, dez anos em Medina. O Corão era, e continua sendo, o centro da cultura islâmica, dos movimentos filosóficos e de todas as suas atividades intelectuais.

O Corão é dirigido a toda humanidade, sem distinção de raça, cor, região ou tempo. Dá diretrizes para o campo espiritual, material, individual e coletivo. Contém orientação para a conduta do Chefe de Estado, para o homem comum, para o rico e para o pobre. Mostra o caminho para a paz e para a guerra, para a cultura espiritual, para o comércio e bem-estar material. Dá normas para a vida social, comercial, matrimonial — para a herança, a lei penal e internacional, o asseio pessoal, as relações íntimas entre marido e mulher, a maneira de saudar, andar e responder aos insensatos, o repúdio à esposa, à poligamia, os juros, o vestuário feminino, o testamento, a filiação, os alimentos permitidos e proibidos, a atitude para com adeptos de outras religiões, o vinho, os jogos de azar, a caça e muitos outros.

Com suas quatrocentas páginas, 114 Suratas ou Suras ou capítulos, e 6.236 versículos, é considerado a palavra textual de Deus por oitocentos milhões de muçulmanos e representa, para quarenta países, a constituição e lei civil, penal e moral. E tudo isso transmitido por um profeta que não sabia ler ou escrever: Maomé! Persiste inalterado por quatorze séculos.

O mundo do Corão é um mundo

masculino. Deus fala aos homens e fala-lhes das mulheres.

Assim, sem recorrer explicitamente à letra do Corão, mencionamos o que nos é revelado de sua leitura exercendo influência no comportamento pessoal e social do muçulmano, constituindo-se na base do conflito de civilizações mais agudo de nosso tempo entre as concepções ocidentais da vida e as islâmicas, "chave indispensável para acompanhar a marcha do mundo numa das zonas mais explosivas das contendas internacionais, onde começará, sem dúvida, a terceira guerra mundial, se é que ainda não começou", nas palavras de Mansour Challita.

O CORÃO E SUA INFLUÊNCIA NO CAMPO MILITAR DOS MUÇULMANOS

"São realmente crentes os que crêem em Deus e em seu Mensageiro, que não duvidam e que *lutam*, com sua vida e suas posses, pela causa de Deus." (49:15)

Entre os cinco deveres que o Corão prescreve ao muçulmano, um é o da *guerra santa*.

Sobre este assunto, citaremos os versículos em que o livro trata da guerra e suas conseqüências. Para maior fidelidade à palavra revelada através do Profeta, procuraremos observar literalmente o Corão.

Maomé foi perseguido e exilado pelos habitantes de sua cidade natal, Meca, quando começou a pregar a nova religião. Só pela força pôde ele

ganhar prestígio e a ela voltar mais tarde. Pela força das armas o Islã aumentou o número de seus adeptos. Pela força das armas aumentaram as riquezas do Império Islâmico. O temperamento do beduíno era irrequieto e combativo. O Corão contém, portando, muitas disposições relativas ao comportamento dos muçulmanos na *guerra*, aos cativos, aos despojos, aos inimigos, aos aliados, às dispensas de combater e numerosos outros assuntos de *caráter militar*. Sabemos todos como a formação religiosa condiciona o pensamento e a conduta dos humanos. Não seria diferente com os crentes muçulmanos. Além disso, constitucionalmente, o Estado que o Corão parece favorecer é um Estado teocrático, baseado na orientação de um Comandante Supremo justo que aplica a palavra de Deus.

Passemos à leitura do Corão:

Logo na Segunda Surata, chamada "A vaca", encontramos no versículo 190:

"*Combatei* pela causa de Deus àqueles que vos *combatem*; porém, não os provoqueis, porque Deus não estima os agressores."

Verificamos que o combate pela causa de Deus é estimulado. Tal princípio manipulado por um líder político ardiloso pode tornar-se um risco de guerra santa para defender uma causa de diferente natureza.

Em seguida, no versículo 191:

"*Combatei-os* onde quer que os encontréis e expulsai-os de onde vos expulsaram, porque a intriga é mais grave que o homicídio. Não os *com-*

bateis nas cercanias da Sagrada Mesquita, a menos que vos *ataquem*. Mas, se ali vos *combaterem*, combatei-os. Tal será o castigo dos incrédulos.”

O verbo combater e atacar são empregados em abundância. O contra-ataque é uma obrigação.

O homicídio não é o pior dos males. Os lugares sagrados devem ser preservados, a menos que o inimigo o force. Logo, as restrições ortodoxas vistas em outras religiões não devem ser impeditivas de um bom emprego tático.

No versículo 194:

“Se vos *atacam* no mês sagrado, *combatei-os* no mesmo mês, e todas as profanações serão *castigadas* com o talião. A quem vos provocar, rechaçai-os tal como vos havia rechaçado; porém, temei a Deus e sabeis que Ele está com os que O temem.”

A advertência é do mesmo teor da anterior para que a metafísica não atrapalhe o físico. A lembrança do talião como diretriz é uma filosofia que convém à natureza militar.

Versículo 216:

“Está-vos prescrito o *combate* pela causa de Deus, embora o repudieis. É possível que repudieis algo que seja um bem para vós e, quiçá, gosteis de algo que vos seja prejudicial; todavia, Deus sabe e vós ignorais.”

O versículo é autoexplicativo. O livre arbítrio é colocado sob suspeita.

Versículo 217:

“Quando te perguntarem se é lícito *combater* no mês sagrado, dize-lhes: a *luta* durante ele é um grave

pecado; porém, o desviar os crentes da senda de Deus, o negá-lo, o privar os demais da Sagrada Mesquita e o expulsar dela (Meca) seus habitantes é mais grave ainda aos olhos de Deus, porque a intriga é pior que o homicídio. Os incrédulos, enquanto podem, não cessarão de vos *combater* até vos fazerem renegar vossa religião; porém, aqueles dentre vós que renegarem a sua fé e morrerem incrédulos desmerecerão suas obras neste mundo e no outro, e serão condenados, ao fogo infernal onde permanecerão eternamente.”

É repetitivo, e os profissionais da propaganda sabem o valor da repetição: ameaça do inferno para aqueles que não cumprirem o estabelecido.

A experiência pessoal do Profeta é colocada na boca do arcanjo Gabriel, como a palavra de Deus, de maneira que a intriga, a perseguição, o exílio e os combates voltem aos crentes como ensinamento de luta e perseverança. Eis por que para melhor entender o Corão, faz-se mister conhecer a história de Maomé e do Islã.

Versículo 218:

“Aqueles que creram, migraram e *combateram* pela causa de Deus podem esperar d’Ele a misericórdia, porque é indulgente, misericordiosíssimo.”

A presença da dicotomia prêmio-punição é uma constante. Por vezes, chega a ser paradoxal, quando se encontram no mesmo versículo.

Versículo 244:

“Combatei pela causa de Deus e

sabei que Ele é oniuovinte, sapientíssimo.”

Na Terceira Surata, versículo 169:

“E não creais que aqueles que sucumbiram pela causa de Deus estejam mortos; ao contrário, vivem, agraciados ao lado de seu Senhor.”

É a promessa de bem-aventurança aos combatentes.

Na Quarta Surata, chamada “As mulheres”.

Versículo 76:

“Os crentes *combatem* pela causa de Deus; os incrédulos, ao invés *combatem* pela do sedutor. *Combatei*, pois, os aliados de Satanás, porque a argúcia de Satã é débil.”

Versículo 84:

“*Luta*, pois, pela causa de Deus, porque tu és somente responsável por ti mesmo; e esforça-te em estimular os crentes; quisesse Deus, conteria a violação dos incrédulos, porque é mais poderoso ainda e mais punidor.”

Versículo 94:

“Ó crentes, quando marchardes para o *combate* pela causa de Deus sede ponderados; não digais a quem vos propõe a paz. Tu não és crente com o intento de auferirdes (matando-o e despojando-o) a transitória fortuna da vida terrena. Sabei que Deus vos tem reservado numerosas fortunas. Vós éreis como eles em outros tempos; porém Deus vos agraciou (com o Islã). Meditai, pois, porque Deus está bem inteirado de quanto fazeis.”

Neste versículo, ao tratar do combate, prevê uma condição de paz, embora, pressupondo o ato de matar e fazer despojos. É mais um aspecto da guerra.

Versículo 101:

“Quando viajardes pela terra não sereis recriminados por abreviardes as orações, temendo que vos *ataquem* os incrédulos; em verdade eles são vossos *inimigos* declarados.”

Mais uma vez é a prática substituindo a gramática. Neste versículo os não muçulmanos são colocados explicitamente como inimigos declarados.

Versículo 102:

“Quando estiverdes entre eles e os convocardes a observarem a oração, que uma parte deles deixe suas *armas* e a pratique contigo; e, quando se prostarem, que a outra, armada, se ponha à vossa retaguarda; ao concluírem, que se retire e se ponha de guarda e suceda-lhe a parte que não tiver orado ainda, e que reze contigo. Que tomem precauções e levem suas *armas*, porque os incrédulos ansiarão para que negligencieis de vossas *armas* e provisões, a fim de vos atacar de surpresa. Tampouco sereis recriminados se depuserdes as armas quando a chuva a isso vos obrigar, ou estiverdes enfermos; mas tomai vossas precauções. Sem dúvida que Deus destina aos incrédulos um castigo ignominioso.”

Parece até que estamos diante de um manual para combatentes.

Versículo 104:

“E não desfaleçais na *perseguição ao inimigo*; porque se sofrerdes, eles sofrerão tanto quanto vós; porém vós podeis esperar de Deus o que eles não podem; sabeis que Deus é Sapiente, Prudentíssimo.”

Este conceito pode ser repetido em qualquer Academia Militar.

Na Quinta Surata, chamada "A mesa servida", no Versículo 82:

"Constatarás que os piores inimigos dos crentes, entre os humanos, são os judeus e os idólatras. Constarás que aqueles que estão mais próximos do afeto dos crentes são os que dizem: 'somos cristãos!' porque possuem sacerdotes e monges que não se ufanam de coisa alguma."

Verificamos que o ódio pelos judeus é quase atávico. Mais uma vez, a experiência de Maomé conduz, como no caso da tolerância com os cristãos.

Na Oitava Surata, nominada *Os espólios*, encontramos no Versículo 15:

"Ó crentes, quando enfrentardes (em batalha) os incrédulos, não lhes volteis as costas (em debandada)."

No Versículo 16:

"Aquele que nesse dia voltar-lhes as costas — a menos que seja por estratégia ou para reunir-se com outro grupo — incorrerá na ira de Deus e sua morada será o inferno. Que funesto destino!"

Aqui encontramos o termo estratégico e, mais uma vez, a ameaça de punição caso haja fracasso.

No Versículo 17:

"Vós não os aniquilastes, ó muçulmanos! Foi Deus que os aniquilou; e apesar de seres tu (o Apóstolo) quem arremessou, o efeito foi causado por Deus. Ele o fez para provar rigorosamente aos fiéis, porque é oniuvinete, sapientíssimo."

Neste versículo, Maomé relembra

a batalha de Badr contra os coraixitas, quando uma tempestade de areia afugentou o inimigo.

No Versículo 18:

"Fê-lo, para que saibais que Deus desbarata os *planos* dos incrédulos."

Aqui, pressupõe-se a existência de um planejamento.

No Versículo 60:

"Aprontai quantas forças puderdes e mantende os cavalos preparados para aterrorizar o inimigo de Deus e vosso inimigo e outros inimigos que vós não conheceis, mas que Deus conhece. Tudo que gastardes no caminho de Deus ser-vos-á retribuído. E não sereis lesados."

No Versículo 19:

"Ó incrédulos, se almejais a *vitória*, sabeis que a mesma só será dos crentes; se desistirdes, será melhor para vós; porém, se reincidirdes, voltaremos a vos *combater* e de nada servirá vosso *exército*, por numeroso que seja, porque Deus está com os crentes."

Neste, encontramos um esboço de guerra psicológica e não seria espantoso ouvirmos este versículo recitado em dias recentes, na área do Golfo Pérsico.

No Versículo 41 é dito como dividir os despojos do adversário.

No Versículo 45:

"Ó crentes, quando vos enfrentardes com o *inimigo*, sede firmes e mencionai muito a Deus, para que triunfeis."

No Versículo 56:

"Aqueles com quem tenhas feito pacto e, sistematicamente, quebram

seus compromissos, não temem a Deus.” E no Versículo 57:

“Quando os encontrares na guerra, impõe-lhes um duro revés para que se atemorizem, o mesmo para aqueles que os seguem, para que se recordem.”

No Versículo 58:

“E se suspeitas de traição, rompe teu pacto do mesmo modo, porque Deus não estima os traidores.” E no Versículo 59:

“Não pensem os incrédulos que poderão se safar. Jamais o conseguirão.”

Na Nona Surata, a do “Arrependimento”, a única que não se inicia com a expressão “Em nome de Deus, clemente, misericordioso”.

No Versículo 25:

“Deus vos secundou em muitos campos de batalha — como aconteceu, no dia de Hunain quando vos ufanáveis de vossa maioria, que de nada voz serviu; e a terra, com toda sua amplitude, pareceu-vos estreita para empreenderdes a fuga.”

Outra vez o profeta aproveita fato vivido por ele transformando-o em ensinamento dentro do Corão.

No Versículo 29:

“Combatei aqueles que não crêem em Deus e no Dia do Juízo Final, nem se abstêm do que Deus e seu Apóstolo proibiram, não professam a verdadeira religião daqueles que receberam o livro, até que eles, submissos, paguem o tributo.”

No Versículo 36:

“Para Deus, o número dos meses é de doze, como reza o livro Divino,

desde o dia em que ele criou os céus e a terra. Quatro deles são sagrados; tal é o cômputo exato. Durante estes meses não vos condeneis; e *combatei* igualmente os idólatras, tal como eles vos *combatem*; e sabeis que Deus está com os tementes.”

No Versículo 38:

“Ó crentes, que vos sucedeu quando foi-vos dito para partirdes ao *combate* pela causa de Deus, e vós ficastes apegados à terra? Acaso, preferíeis a vida terrena à outra? Que ínfimos são os gozos deste mundo comparados com os do outro!

No Versículo 39:

“Se não marchardes para o *combate*, Ele vos castigará severamente, suplantar-vos-á por outro povo, e em nada podereis prejudicar-Lo, porque Deus é onipotente.”

No Versículo 41:

“Quer estejais leve ou fortemente *armados*, marchai para o *combate* e sacrificai vossos bens e pessoas pela causa de Deus! Isso será preferível para vós se quereis saber.”

Este versículo, no nosso entender, é dos que contém o mais forte apelo ao combate e ao sacrifício pela causa.

No Versículo 52:

“Dize-lhes ainda: esperais que nos aconteça algo? Só nos ocorrerá uma das duas sublimes coisas (a vitória ou a morte). Nós, em troca, aguardamos que Deus vos inflija seu castigo, ou então o faça por nossas mãos. Aguardai, pois que aguardaremos convosco.”

O versículo complementa o anterior.

O 90 trata dos que pedem para serem eximidos da luta, e no 91:

“Estão isentos: os inválidos, os enfermos, os baldos de recursos, sempre que sejam sinceros para com Deus e seu Apóstolo, porque luzentes são os caminhos do bem, e Deus é indulgente, misericordiosíssimo.”

E assim, como se fosse uma Lei do Serviço Militar continua a tratar da isenção nos versículos, do 92 ao 96. O versículo 111 é repetitivo e também trata da guerra.

Na Surata 33, no Versículo 16:

“Dize-lhes: a fuga de nada vos servirá, porque, se escarpardes à morte ou a matança, não desfrutareis da vida, senão transitoriamente.”

Este conceito acreditado firmemente transformar-se-á em sério problema para o opositor. E continua pelos versículos 25 e 26.

Na Surata 42, no Versículo 41:

“Contudo, aqueles que se vingarem quando houverem sido vituperados, não serão incriminados.”

Este tanto serve para a vida militar como civil. É corolário da lei de talião. Contrapõem-se aos ensinamentos de “dar a outra face, quando esbofetado”. Algo semelhante encontra-se no 39.

Na Surata 48, Versículo 22:

“E ainda que os incrédulos vos *combatassem*, certamente debandariam, pois não acharão protetor nem defensor.”

O dogma é sempre útil, em qualquer combate com não-muçulmanos.

Na Surata 49, temos os versículos 9 e 10 que tratam do combate entre

crentes. Na Surata 52, dos versículos 17 ao 27, o profeta transmite as promessas de Deus para os crentes cumpridores do Corão. São elas:

- “viver em jardins e em delícias;
- preservação do suplício infernal;
- comida e bebida;
- permanecer deitado sobre leitos e desposar com húrís (odalisças), de olhos maravilhosos;
- reunião com a prole, em existência com abundância;
- provisão de frutos e carnes, bem como do que lhe apetercer;
- ter à disposição um néctar que não lhe causará inebriamento nem o incitará ao pecado;
- será servido por mancebos, formosos como se fossem pérolas em suas conchas;
- viver em tertúlia; e
- preservação da pena da canícula.”

É uma prática e objetiva motivação para um homem que vive nos rigores secos e calorentos do deserto. Tais promessas, em linguajar mais poético, continuam na Surata 55, do versículo 46 ao 76.

E, novamente, na Surata 56, do versículo 27 ao 39, encontraremos as promessas do Paraíso aos crentes, inclusive virgens amantíssimas, amigáveis e afáveis. Em contrapartida, a canícula, a água fervente e as trevas da negra fumaça, sem frescor nem refrigério, são as promessas para os condenados. Na Surata 76, versículos 12 a 21 prometido aos muçulmanos, vestimentas de seda, vergel, e deitados sobre almofadas não sen-

tir o calor equatorial nem o frio glacial, e taças de prata.

Na Surata 60, versículo 1, o assunto é contra-informação, onde é aconselhado a não fazer-se confidência aos inimigos. Deixo de registrar este pela sua extensão. Nos versículos 7, 8 e 9 o tema é a aliança com amigos e ex-inimigos.

Na Surata 61, versículo 4, encontramos:

“Em verdade, Deus aprecia aqueles que *combatem*, em fileiras, por sua causa, como se fossem uma sólida muralha.”

Eis aqui uma lição de tática e ordem unida, adequada para a época.

Assim, verificamos que das 114 Suratas do Corão, onze tratam de assuntos militares, portanto dez por cento deles. Dos 6.236 versículos 45 deles tecem instruções sobre a guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos como os dogmas baseados na religião condicionam a mentalidade e a conduta das pessoas. Verificamos como os muçulmanos são dotados de uma natureza agressiva e belicosa, conforme foi demonstrado no sumário sobre o estabelecimento e o desenvolvimento do Islã.

Verificamos como o Corão, o código por excelência dos muçulmanos, sua base doutrinária nos campos político, econômico, psicossocial e militar trata com veemência e insistentemente do assunto guerra.

Assim, é de se esperar que os generais e os militares muçulmanos pensem e ajam conforme os ditames e exemplos de seu Livro Sagrado, o *Corão* em toda e qualquer circunstância.

Da mesma forma, a leitura e o conhecimento do Corão talvez devesse ser assunto de conhecimento necessário para os Comandantes e Oficiais de Informações e Operações das Forças que, porventura, venham a ter um exército com chefes e militares islâmicos do outro lado da trincheira.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. CHALLITA, Mansour. *O Alcorão ao alcance de todos*. Associação Cultural Internacional Gibran. Rio de Janeiro. 103 p.
2. EL HAYEK, Samir. *Alcorão sagrado*. Versão portuguesa diretamente do árabe. Otto Pierre Editores Ltda. Rio de Janeiro. 1980. 493 p.
3. TOYNBEE, Arnold Joseph. *Um estudo da História*. Tradução de Isa Silveira Leal e Mi-roel Silveira de "A study of history" Editora Universidade de Brasília — Brasília; Martins Fontes, São Paulo. 1986. 592 p.

GLOSSÁRIO

- | | |
|-------------------|--|
| 1 — AIÚB (AIIOUB) | : Job. |
| 2 — ALLAHU AKBAR | : Deus é grande. |
| 3 — ALQUIBLA | : Diretriz. |
| 4 — BECA | : Nome do local da Mesquita Sagrada; Meca é o nome da cidade. |
| 5 — CAABA | : A Casa Sagrada. |
| 6 — CALIFA | : Sucessor. |
| 7 — CORÃO | : Leitura por excelência, recitação. |
| 8 — DHOW | : Embarcação árabe com velas latinas triangulares. |
| 9 — GEENA | : Inferno. |
| 10 — GIHAD | : A luta no caminho de Deus. |
| 11 — HAFIZ | : Aquele que sabe todo o Corão de cor. |
| 12 — HAGG | : Peregrinação a Meca. |
| 13 — HIJRA | : Fuga, emigração, hégira. |
| 14 — HÚRI | : Odalisca. |
| 15 — IÁHIA | : João. |
| 16 — IBLIS | : Satã. |
| 17 — ISLÃ | : Submeter-se à vontade de Deus. |
| 18 — MAWALIS | : Muçulmanos não-árabes. |
| 19 — MUÇULMANO | : Aquele que se rende, que se submete à vontade de Deus; é derivado da palavra Islã. |
| 20 — MUSHAF | : Encadernação, cópia decente do Corão. |
| 21 — ZAKAT | : Purificação. |



DINO WILLY COZZA — É Capitão-de-Mar-e-Guerra. Possui todos os cursos regulares da carreira. Membro efetivo da Associação Brasileira de Educação. Sócio fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Sócio efetivo remido da Sociedade Brasileira de Geografia, onde participa do Conselho Diretor. Sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, onde exerce o cargo de Segundo Secretário. Possui diversos trabalhos publicados em revistas, Boletins e Anais.



TECNOLOGIA: A GUERRA DO GOLFO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA O BRASIL

Waldimir Pirró e Longo

Trabalho apresentado, pelo autor, no simpósio "As Lições da Guerra do Golfo Pérsico", realizado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no período de 24 a 28 de julho de 1991.

Aprecia aspectos científico-tecnológicos ligados ao conflito.

CENÁRIO ESTRATÉGICO-TECNOLÓGICO GLOBAL

O recente conflito no Golfo Pérsico envolvendo, de um lado as forças armadas do Iraque e, do outro lado, uma "força multinacional" liderada pelos Estados Unidos da América do Norte (EUA), deve ser analisado sob o ponto de vista tecnológico dentro de um quadro estratégico amplo, envolvendo praticamente todo o planeta.

Esse quadro, que será exposto mais adiante, tem como fator determinante a capacitação científica e tecnológica nacional.

Em princípio, e a grosso modo, poderíamos dividir os países em geradores/exportadores/importadores de tecnologias e em essencialmente usuários/importadores de tecnologias. Os primeiros, geralmente situados no hemisfério Norte, dominam o sistema financeiro mundial, exportam bens e serviços de alto conteúdo tecnológico (valorizados), são credores nas contas internacionais e apresentam elevados padrões de consumo e de bem-estar social. Os segundos, basicamente localizados no hemisfério Sul, não têm peso na formulação das regras econômicas que regem o mundo, exportam bens primários ou

serviços manufaturados de baixo conteúdo tecnológico (desvalorizados), são devedores e enfrentam sérios problemas sociais (má distribuição de renda, baixo grau de escolaridade, má nutrição etc.). Tal situação define o que tem sido denominado de "Conflito Norte-Sul", uma vez que os países do Norte têm procurado, por todos os meios políticos, econômicos e militares, manter a divisão internacional da riqueza e do trabalho que lhes é favorável, e onde os países do Sul sofrem toda sorte de cerceamentos, principalmente econômicos e tecnológicos.

Até recentemente, sobrepondo-se a esse primeiro cenário estratégico, tivemos um outro, também impregnado do fator tecnológico: o conhecido "Conflito Leste-Oeste", tendo em campos opostos os países membros da OTAN e os signatários do Pacto de Varsóvia. De um lado, a liderança norte-americana e, do outro, a russa. Estabeleceu-se entre os dois blocos uma vertiginosa corrida tecnológica, empreendida principalmente por estas lideranças. Nenhum dos dois blocos poderia ser surpreendido por tecnologias novas e que não dominassem e que representassem flagrante superioridade, principalmente no campo militar. A arma desconhecida pelos demais contendores desequilibra, em favor do seu criador, a batalha, a guerra ou, até, o poder global.

Travou-se, assim, uma verdadeira guerra entre os dois blocos, não nos campos-de-batalha, mas nos labora-

tórios científicos e nos centros de pesquisas aplicadas.

Na década de 80, tornou-se claro que o Ocidente havia vencido esta guerra e, como consequência, a União Soviética mudou completamente de postura, procurando o diálogo, a negociação e, principalmente, reformulações internas que permitissem voltar a competir no campo tecnológico. Assim, esse conflito está em vias de abrandamento, dependendo muito da evolução da situação interna das repúblicas que compõem a União Soviética.

Porém antes que se configurasse o fim da *Guerra Fria* que caracterizou o Conflito Leste-Oeste, um novo cenário estratégico se delineava também no hemisfério Norte e tendo, como parte central da sua lógica, a capacidade científica e tecnológica dos países envolvidos.

As tecnologias de uso no mundo moderno resultam, basicamente, de aplicações de conhecimentos científicos. Alta tecnologia e tecnologia de ponta são hoje expressões correntes que significam, respectivamente, aquelas tecnologias intensivas no uso de conhecimentos científicos e aquelas cujos conhecimentos utilizados estão na fronteira da ciência.

A geração de tecnologias de maneira sistemática, a partir dos conhecimentos científicos preexistentes, é um fato recente na história da humanidade, ocorrendo somente a partir do século passado.¹

Até então, e mesmo por ocasião da chamada Revolução Tecnológica

ou Industrial do século XVIII, as tecnologias surgiam, via de regra, como fruto do empirismo ou da intuição de artesão inteligentes. O progresso dependia de inovações produzidas pelos chamados inventores. Os inventos de então, por serem de base empírica e intuitiva, eram facilmente compreendidos e copiados.

Em contraposição, as tecnologias da base científica são, normalmente, resultantes do esforço coletivo de complexas e custosas estruturas de pesquisa. Por serem frutos da aplicação de conhecimentos científicos, as tecnologias modernas não são facilmente entendidas e são de difícil cópia. Em outras palavras, são altamente discriminatórias, pois exigem acúmulo de capital para investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento, massa crítica com competência científica e tecnológica em amplo espectro de campos de conhecimento, e capacidade gerencial no sentido de uma vez produzido algum conhecimento científico novo, agregá-lo rapidamente em inovações tecnológicas. Quem não reúne essas condições não consegue nem copiar, e muito menos competir.

Como consequência dessa realidade, um dos fenômenos econômicos mais comuns neste final de século é a fusão de empresas com o intuito de sobreviverem à competição tecnológica. Empresas em desvantagem tecnológica e que, portanto, não acumulam suficiente capital para investirem em pesquisa e desenvolvimento experimental são absorvidas

por empresas líderes do desenvolvimento tecnológico do ramo em questão.

As empresas que inovam acumulam capital e investem altos percentuais do seu faturamento em novas pesquisas. Tendo sucesso nas pesquisas, inovam novamente e como consequência tomam maior fatia do mercado, acumulam capital e reinvestem em mais pesquisa, numa verdadeira espiral crescente. As empresas competidoras e que não são capazes de inovar, não acumulam capital, decrescem os investimentos em pesquisa, tendendo a desaparecerem ou serem absorvidas.

Assim, tem ocorrido no mundo uma forte concentração do poder econômico num número decrescente de empresas. Quanto maior o conteúdo científico de uma dada tecnologia, menor o número de empresas competindo no mercado. A concentração empresarial tem sido tão grande que as mil maiores empresas industriais dos Estados Unidos são responsáveis por cerca de 2/3 de toda produção privada de bens e de serviços daquele país.

De uma certa maneira, a mesma coisa está acontecendo com muitos países. Com a globalização dos mercados e da produção a nível mundial neste final de século, agravou-se a competição internacional e a prosperidade passou a depender cada vez mais da capacidade de inovação e muito menos das vantagens comparativas tradicionais entre países: dis-

ponibilidade de matérias-primas e de mão-de-obra barata.

Estas vantagens têm sido superadas por outras vantagens criadas pelo avanço tecnológico, como bem demonstram países como o Japão. Este país importa a maioria das matérias-primas que transforma, importa energia e alimentos, e agrega aos seus produtos mão-de-obra das mais bem remuneradas do mundo. Assim, junta o que seriam desvantagens com muita capacidade tecnológica e é uma das potências econômicas dos nossos dias. Tais países especializam-se em produtos nos quais o conteúdo tecnológico constitui elevada parcela do seu preço de venda, face aos fatores de produção que lhes são escassos.

Por outro lado, países dotados de vasto território com abundância de matérias-primas, terras agriculturáveis e energia, além de mão-de-obra barata, mas sem capacidade científica e tecnológica, são periféricos na ordem econômica mundial. Estes estão localizados normalmente no hemisfério Sul e exportam bens de baixo conteúdo tecnológico e altamente consumidores de energia, matérias-primas e mão-de-obra.

Assim, os países estão se aglomerando em torno das lideranças tecnológicas mundiais, todas situadas no hemisfério Norte, ampliando ou formando novos pólos de poder. Tudo indica que teremos um mundo quadripolar.

A Europa unifica-se em torno da liderança científica e tecnológica da Alemanha, França e Inglaterra, agre-

gando o poder potencial² de inúmeras pequenas nações que, isoladamente, poderiam estar em vias de subdesenvolvimento.

Os Estados Unidos, por sua vez, estão formando a "Norte-América" com o Canadá e o México, agregando ao potencial próprio, maior mercado, mais energia e mais matérias-primas.

A União Soviética, embora momentaneamente combatida e perdendo satélites, deverá marchar, reformulada nos seus princípios econômicos, sob a liderança da Rússia, cujo potencial científico e tecnológico é respeitável.

Na Ásia, é provável a formação de uma Federação Asiática. A estratégia do Japão na bacia do Pacífico Norte é o de agrupar os países recentemente industrializados da área em torno da sua liderança tecnológica incontestável. É fato sabido que a tecnologia japonesa unida ao mercado chinês criaria imediatamente o quarto pólo de poder do novo mundo que se desenha. Aparentemente o Japão negociará o eixo Tóquio-Pequim após consolidar uma posição mais forte na área.

A indagação óbvia diante desse cenário é a respeito dos demais países localizados primordialmente no hemisfério Sul: na América, na África, no Oriente Médio, na Oceânia e em parte da Ásia. Todos países sem liderança científica e tecnológica nas suas regiões, sem peso específico nos foruns internacionais, repletos de problemas sociais, além de devedores nas contas mundiais. Evidentemente

serão fortemente atraídos pelos quatro blocos, pois estarão sujeitos a toda sorte de pressões num mundo altamente cartelizado.

Os Estados Unidos deverão pressionar a América do Sul na tentativa de unir a América toda sob sua liderança. A Europa deverá atrair a África, historicamente ligada a sua esfera de influência. Ficam sobrando áreas de superposição de interesses onde dois ou mais blocos buscam a hegemonia.

Numa dessas áreas fica o Oriente Médio. Aí se desenrolou a chamada Guerra do Golfo.

TECNOLOGIAS E A GUERRA NO GOLFO

No nosso entender, a primeira consideração que deve ser feita sobre a Guerra no Golfo é a respeito da capacitação tecnológica nacional dos contendores.

No aludido conflito tivemos, de um lado, liderando uma coalizão de exércitos nacionais, a maior potência científica e tecnológica do planeta. Os EUA são os responsáveis por, aproximadamente, metade de todos os investimentos em pesquisa e desenvolvimento experimental realizados pelo mundo, gerando a maioria dos conhecimentos científicos e tecnológicos em uso pela humanidade. Suas forças armadas são dotadas de equipamentos que incorporam os últimos avanços da ciência e da tecnologia, todos fabricados por seus nacionais.

Do outro lado, tivemos o Iraque, essencialmente um país usuário da tecnologia e de produtos criados e comercializados por terceiros, inclusive pelos seus inimigos na guerra. A história da humanidade não registra nenhum caso em que um país dependente tecnologicamente do exterior conseguisse fazer frente a outro que estivesse entre os líderes do desenvolvimento tecnológico, principalmente na área bélica. O Iraque poderia ser considerado em condições de lutar com possibilidades de sucesso face a outro país também importador de tecnologias e de produtos. Um país tecnologicamente avançado não só dispõe de equipamentos bélicos que produziu, mas de outras vantagens que esta condição geralmente lhe confere: poder econômico, alto nível educacional do povo, moral elevado, grande capacidade gerencial, logística avançada etc...

Sob o ponto de vista tecnológico, outro aspecto que deve ser trazido à luz é o papel da televisão e da imprensa na formação da percepção do público em geral. A mídia, principalmente a eletrônica, focalizou o lado sofisticado, espetacular e televisivo da guerra, dando a impressão de ter ocorrido um conflito acionado e travado inteiramente por controle remoto.

Na realidade, travou-se uma guerra em que se utilizou um espectro contínuo de tecnologias, indo da pistola individual até o avião invisível. Outros prefeririam dizer que houve uma superposição de tecnologias anterior-

mente usadas, portanto já convencionais, e de tecnologias pouco ou nunca utilizadas e, portanto, inovadoras. As forças de ocupação desempenharam, como sempre, papel central no conflito.

Com relação aos equipamentos inovadores, estes foram resultantes basicamente das aplicações dos avanços recentes nas seguintes áreas: microeletrônica; fotônica ou optoeletrônica; informática; telecomunicações; espacial; laser; mecânica de precisão; e novos materiais (fibras, cerâmicas, conjugados etc.).

Mas não foram só as aplicações desses avanços nos produtos que inovaram os equipamentos. Importantisímas também foram as alterações que esses avanços provocaram nas tecnologias de projeto e de produção dos artefatos bélicos. Não nos esqueçamos que por trás dos sofisticados produtos gerados estão inovações como: projeto assistido por computador (PAC), fabricação assistida por computador (FAC), computação gráfica, simulação matemática, automação industrial, controle de processos, robótica etc.

Em resumo, seja nos produtos, seja no projeto ou na produção, houve o predomínio de tecnologias intensivas no uso de conhecimentos científicos.

Os equipamentos resultantes das inovações propiciaram:³

- extraordinária capacidade de realizar operações noturnas, através de navegação à baixa altura e designação de alvos por meio de laser e infra-vermelho;

- enorme precisão dos sistemas de armas, graças ao posicionamento de alvos por satélites, usando o GPS (Global Positioning System) e à navegação por giro inercial a laser;

- capacidade de penetrar nas defesas aéreas, através da ação de aviões invisíveis aos radares; da ação de mísseis anti-radar e da interferência nos radares.

Como resultado, tais inovações conferiram uma extraordinária capacidade ao Poder Aéreo, que permitiu moldar a estratégia global empregada pela coalizão multinacional. Em outras palavras, o desenvolvimento científico e tecnológico recente teve grande impacto na Força Aérea.

Além disso, as novas tecnologias permitiram um uso nunca visto das possibilidades de obter e comunicar informações entre todos os escalões "em tempo real". Comando, controle, comunicação e informação (C³I) foram executados utilizando, desde satélites, até computadores pessoais distribuídos pelos mais diversos escalões. Alguns analistas consideram que, no global, o maior impacto do progresso tecnológico observado na guerra em questão ocorreu na esfera do C³I.

Paralelamente à evolução dos equipamentos, houve uma inegável demonstração de progresso no que poderíamos chamar de "tecnologia gerencial", envolvendo a mobilização, o rápido deslocamento a longa distância, a cadeia de suprimento e as exigências de manutenção dos sofisticados sistemas de armas.

Finalmente, os avanços tecnológicos tornaram mais visíveis as profundas alterações no espectro de competências do pessoal empregado e na organização dos serviços exigidos por uma guerra moderna. Uma quantidade nunca vista de técnicos civis e militares compunham o contingente deslocado para o Golfo.

Basta lembrar que uma unidade de 300 e 400 pilotos de combate necessita hoje do suporte de 3.000 a 4.000 homens com as mais diversas especializações para torná-la operacional. A grande maioria desses homens jamais verá o inimigo e jamais entrará em combate.

Além disso, a própria complexidade tecnológica dos equipamentos em uso passou a exigir do combatente maior preparo intelectual, principalmente no campo das ciências aplicadas. Assim, pode-se dizer que houve um crescimento de importância da relação soldado x máquina frente à relação soldado x soldado.

A INDÚSTRIA BÉLICA NACIONAL

Para compreensão dos aspectos estratégico-tecnológicos da guerra para o Brasil, precisamos de uma rápida visão da indústria bélica nacional.

A história de seu crescimento é recente. O desejo de atingir uma menor dependência externa em equipamentos cresceu com a industrialização do pós-guerra, nos anos 50 e

60. Até esse período, a indústria de material de emprego militar existente era predominantemente estatal. Não havia preocupação com a pesquisa e o desenvolvimento de maneira institucional; a grande preocupação era fabricar, em geral, o que havia sido desenvolvido alhures.

A atual indústria bélica, basicamente privada, que substituiu a indústria bélica estatal — em grande parte obsoleta, na ocasião — surgiu e cresceu em condições favoráveis que se somaram nas décadas de 60 e 70.

Segundo observadores, tal indústria que surge nos anos 60 não se implantou especificamente para exportar. Propunha-se, na realidade, a atender à demanda local, originária de vários fatores que se sucederam ou se superpuseram, a saber:

- a política de substituição de importações, facilitada pela dificuldade de suprimento pelos EUA em guerra no Vietnã, e facilidades oferecidas por fornecedores europeus na formação de *joint-ventures* e na transferência de tecnologias;
- desejo brasileiro de maior independência da política exterior em contraposição a qualquer alinhamento automático;
- situação interna relacionada com a segurança do Estado;
- desafios à soberania nacional no mar, no espaço aéreo e na Amazônia;
- situação na América Latina (Bahia do Prata, Canal de Beagle, Malvinas etc.);
- ação cubana na América Latina e na África;

- presença soviética no Atlântico Sul;
- finalmente, o rompimento do acordo de defesa mútua com os EUA em 1976.

Por volta de 1975, da ordem de duas dezenas de empresas estatais e mais outras tantas dezenas de empresas privadas estavam envolvidas no suprimento das Forças Armadas. Na segunda metade dos anos 70, parte das empresas estatais foram fechadas ou privatizadas, sendo criada a IMBEL.

O direcionamento da nascente indústria bélica nacional para as exportações começa por ocasião da crise do petróleo, ou seja, entre 73 e 74. A partir desse período, firma-se uma aliança Forças Armadas — Itamaraty — empresários, no sentido de viabilizar a ocupação de mercados exteriores. Elabora-se, nessa ocasião, o Plano Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM).

A primeira exportação significativa foi para a Líbia, em 1973, envolvendo 300 *Cascavel* e 100 *Urutu* que foram testados com sucesso contra o Egito. Segue-se a conexão com o Iraque, de tal sorte que, entre 1977 e 1983, trinta por cento das exportações destinaram-se à Líbia e quarenta para aquele país.

Paulatinamente, o Brasil passa a exportar para 42 países espalhados pelo Mundo. A partir de 1977, 50% das vendas são para o Oriente Médio, sendo o Iraque o melhor mercado entre 1980 e 1988. De 1988 para cá, aparentemente, a Arábia Saudita

tornou-se o maior comprador.

Observadores externos consideram que o Brasil procurou firmar uma posição de estreita atuação comercial, fazendo transações sem conotação política. A única exceção é considerada a exportação para o Suriname.

Os dados numéricos sobre as exportações brasileiras são controvertidos. A tabela abaixo fornece dados divulgados nos Estados Unidos, aonde consta que, entre 1980 e 1987, exportamos da ordem de três e meio bilhões de dólares. Provavelmente, desse total, um bilhão destinou-se ao Iraque.

TABELA 1

VENDA DE ARMAS PARA O TERCEIRO MUNDO 1980-1987 (em Cr\$ 1.000,00)

PAÍS	TOTAL
URSS	122.425
USA	55.567
FRANÇA	32.330
REINO UNIDO	17.265
CHINA	11.060
ITÁLIA	8.535
RFA	6.130
TCHECOSLOVÁQUIA	4.190
ESPANHA	3.835
BRASIL	3.545
CORÉIA DO SUL	3.270

Fonte: Richard F. Grimmett *Trends in conventional arms transfers to the third world by major supplier 1980 — 1987* (Washington D.C. Congressional Research Service, 9 may 1988), 51.

Com o fim da guerra Iraque-Irã, as vendas decresceram, e o Iraque, em 1989, deixou de pagar seus débitos aos fornecedores, com sérias consequências para algumas empresas brasileiras.

Particularmente, com relação ao Iraque, nossas relações não se restringiram somente aos materiais de emprego militar, mas foram gradativamente envolvendo a venda de produtos manufaturados de uso civil, serviços e assistência técnica, inclusive na área nuclear.

Durante todo esse período, nossas relações com os EUA agravaram-se em questões comerciais (GATT), de propriedade industrial (Acordo de Paris) e de defesa. Todas com sérias implicações tecnológicas e agravamento do cerceamento e retaliações que temos sofrido.

No tocante às questões de defesa, as razões do contencioso são três:

- não assinatura pelo Brasil do TNP (Tratado de Não Proliferação);
- a não aceitação pelo Brasil dos termos do General Security of Military Information Agreement (GSOMIA) que tem por objetivo impedir a transferência não autorizada de tecnologia dos EUA para terceiros;
- vendas pelo Brasil de armas para "estados irresponsáveis", para não estados, e a não restrição à intermediação.

Em 1988, por pressão norte-americana, o Brasil se viu obrigado a recusar uma venda de cerca de um e meio bilhão de dólares de equipamentos bélicos para a Líbia.

No tocante às mudanças externas no final dos anos 80, acresce-se àquelas já descritas, o fim da chamada *Guerra Fria* e o conseqüente alívio de tensões em inúmeras regiões, envolvendo potenciais compradores de armas brasileiras.

Finalmente, para encerrar o quadro, não podemos nos esquecer da crise interna que o Brasil atravessa: desequilíbrio das finanças públicas, empresas descapitalizadas e falta de poupança. Os programas de capacitação tecnológica de interesse para a defesa bancados pelo governo foram desativados ou estão caminhando a passos incompatíveis com a modernidade que se deseja. As empresas, por seu turno, estão sem encomendas suficientes para cobrir custos de novos desenvolvimentos.

Em resumo, o quadro que se desenhava para o setor industrial voltado para a defesa não era dos mais promissores mesmo antes da Guerra do Golfo.

Segundo E.B. Kapstein⁶, sob o ponto de vista estritamente tecnológico, as firmas brasileiras, até recentemente, produziram equipamentos considerados *low-tech*, incluindo veículos blindados sobre rodas, aviões leves, barcos de patrulha, canhões e armamentos leves.

A preocupação com a futura competição com a indústria bélica de outros países em desenvolvimento e a projetada demanda de seus clientes impulsionaram as nossas empresas para o desenvolvimento de sistemas mais avançados, incluindo tanques,

aviões a reação, mísseis e corvetas. Nesses mercados, a indústria brasileira enfrentará a competição dos produtores do Primeiro Mundo.

Assim, segundo E.B. Kapstein,⁶ o Brasil está numa fase de transição de supridor de material barato para produtos de equipamentos de alta tecnologia. Essa transição, segundo aquele autor, não se faz sem substancial risco.

O destino da nossa indústria está ligado ao sucesso dos grandes programas em desenvolvimento ou em fase de comercialização: o tanque Osório da ENGESA, o caça AMX da EMBRAER, a corveta classe *Inhaúma* da CENABRA, e os mísseis mais avançados da AVIBRAS.

Voltando à Guerra do Golfo, podemos assim dizer que a mesma ocorreu durante a tentativa brasileira em realizar importante transição tecnológica.

CONSEQUÊNCIAS ESTRATÉGICO- TECNOLÓGICAS DA GUERRA PARA O BRASIL

Maior clareza no cenário estratégico mundial

Conforme exposto na primeira parte deste trabalho, o quadro estratégico mundial aponta para a consolidação de quatro pólos de poder na virada deste século: a América do Norte, a Europa unificada, a União

Soviética, e uma possível Federação Asiática. Tais pólos formam-se a partir de incontestes lideranças tecnológicas: Estados Unidos, na América do Norte, Alemanha, França e Inglaterra, na Europa; Rússia, na União Soviética, e Japão, na Ásia.

Acontece que, presentemente, os Estados Unidos estão na dianteira científica e tecnológica frente aos demais líderes. Graças a esta condição, deixaram claro, no episódio da Guerra do Golfo, que assumiram uma posição de momentânea hegemonia mundial que procurarão manter.

Novo ator no cenário militar

A partir da Guerra do Golfo, cristaliza-se no cenário militar a formação do que tem sido chamada de *shifting coalitions* (coalizões flutuantes ou móveis). Aparentemente este ator já havia sido esboçado anteriormente na Guerra das Malvinas.

As coalizões têm objetivos consensuais militares e políticos específicos e limitados, voltados para: rearranjos geoestratégicos, emergências étnicas, religiosas ou questões nacionais que afetam a segurança global.⁷ Vulgarmente essas coalizões se traduzem em "forças multinacionais", dotadas de alta mobilidade e extraordinário poder de destruição, graças às mais avançadas tecnologias.

Aparentemente, tais forças serão formadas e atuarão nas interfaces de interesses dos blocos de poder anteriormente aludidos e, em consequência, terão composições diferentes para

cada caso. Dentro de cada bloco, caso surja algum conflito, este será resolvido pela sua liderança tecnológica, sem interferência dos demais pólos de poder.

Exemplo recente desta assertiva foi a intervenção norte-americana em Granada e no Panamá.

Dentro dessa nova realidade, justifica-se a decisão da OTAN de realizar deslocamentos extrajurisdicionais, ou seja, a decisão de poder atuar fora de seu espaço territorial.

Assim, o conflito Leste-Oeste poderá ser substituído por intervenções Norte-Sul.

No caso do Golfo, a coalizão foi capitaneada pelos EUA, com o apoio das lideranças européias e asiáticas, e a aquiescência da URSS.

Como resultado de tudo que foi exposto, conclui-se que começa a tomar forma o estabelecimento de um sistema de soberania limitada sobre amplas áreas do planeta, sob os mais variados pretextos como o narcotráfico, a degradação ambiental, os recursos energéticos etc.⁸

Cerceamento tecnológico

Como consequência da Guerra do Golfo, deverá ocorrer um maior cerceamento ao fluxo de conhecimentos das lideranças tecnológicas dos pólos de poder para a periferia, essencialmente do Norte para o Sul. A justificativa continuará sendo a não proliferação de fornecedores de armas que, com suas vendas, poderão armar "governos irresponsáveis" ou desestabilizar o equilíbrio reinante em

regiões sensíveis.

A esse respeito cabe perguntar: quem, afinal de contas, armou o Iraque? Foi por acaso o Brasil? Não. Segundo pesquisa norte-americana, a URSS forneceu 41%, os EUA 26% e a Europa Ocidental 19%.⁹

No tocante ao cerceamento tecnológico, é difícil traçar a fronteira entre tecnologias de uso militar e aquelas de uso civil. O controle acaba ocorrendo indiscriminadamente sobre as tecnologias mais avançadas, cumprindo assim um outro objetivo dos países desenvolvidos: não permitir o surgimento de competidores na periferia.

Restrições por questões pretensamente relacionadas com defesa, pressões no GATT sobre serviços e pretendidas alterações nas bases dos acordos sobre propriedade intelectual promovidas pelos países que detêm a liderança tecnológica, acabarão por criar um verdadeiro *apartheid* tecnológico,⁹ no qual os países do hemisfério Sul serão confinados sem a menor possibilidade de desenvolvimento autônomo.

Evidentemente, no que diz respeito à indústria bélica nacional, o agravamento dos controles sobre o fluxo de conhecimentos é desastroso, pois colhe a mesma no exato momento do seu *up-grade* tecnológico. Já não tínhamos facilidades; deveremos ter, agora, severo policiamento. Exemplo: as imposições recentes para a venda de supercomputadores para o Brasil e o controle do seu uso.

Cerceamento comercial

Há, na imprensa mundial, um movimento orquestrado contra o surgimento de países como o Brasil no mercado de armas. Esse movimento, paradoxalmente, tem eco na imprensa local. Ao mesmo tempo, sofremos toda sorte de pressões para não realizar vendas que contrariem interesses estabelecidos, principalmente dos EUA.

Paralelamente, não temos meios para oferecer condições de financiamento das vendas de armas comparáveis às daquelas dos países economicamente mais avançados.

Como consequência da Guerra do Golfo, ou seja, do nosso envolvimento com o Iraque e a não participação da "força multinacional", deveremos sofrer maiores cerceamentos comerciais impostos pelas lideranças dos pólos de poder envolvidos no conflito.

Além disso, o mercado do Oriente Médio deverá ser saturado pelos EUA que, provavelmente, não repatriarão os equipamentos deslocados para aquela área. Grande parte dos mesmos deverá ser vendida para países da região, enquanto o restante deverá ser estocado lá mesmo, constituindo-se em disponibilidade para vendas futuras, quando conveniente.

Reflexão sobre as nossas estratégias

Outra consequência da Guerra do Golfo é que ela nos obriga a refletir sobre a atual situação brasileira.

Em primeiro lugar, indagamos qual a nossa posição face à formação dos blocos de poder?

Evidentemente, com o poder potencial que possuímos, poderíamos aspirar a uma posição de maior peso específico, se conseguíssemos uma razoável autonomia no campo científico e tecnológico que nos garantisse um desenvolvimento auto-sustentado do setor produtivo. Provavelmente, nesse caso, poder-se-ia imaginar um pólo de poder formado pela união da América do Sul. Sem uma liderança científica e tecnológica, este pólo de poder é inviável.

Qual a alternativa? Aceitar a proposta do Presidente Bush de união da América em torno dos Estados Unidos? Aceitar a soberania limitada que essa situação pode nos impor?

Durante as décadas de 60 e 70 caminhamos, seguramente, na direção da capacidade científica e tecnológica. Nesse período, o setor de ciência e tecnologia foi estruturado, a comunidade científica foi expandida e a infra-estrutura de pesquisa ampliada. Durante a década de 80 houve uma verdadeira estagnação do setor, comprometendo seriamente o projeto de um Brasil menos dependente tecnologicamente do exterior.

Até o presente, não se vislumbra a possibilidade de reversão do quadro negativo herdado dos anos 80. Ao que tudo indica, não temos, no momento, uma clara visão da importância da ciência e da tecnologia como fator central para um projeto nacional que busque preservar a pos-

sibilidade de o Brasil vir a criar um pólo alternativo de poder.

A segunda indagação é com relação a nossa indústria bélica e à sua situação após a guerra em questão. Seus problemas são de natureza tecnológica e de mercado.

A primeira questão se insere no quadro geral de capacitação tecnológica visando à maior autonomia possível. Em todo o mundo, a pesquisa militar é conduzida por entidades estatais ou privadas, e custeada por verbas públicas. E, no Brasil, não será diferente, se quisermos continuar possuindo uma indústria bélica nacional competitiva. As forças armadas normalmente fazem licitações públicas para o desenvolvimento de equipamentos por elas definidos, correndo assim a maior parte do risco envolvido. Estamos dispostos a fazer isso? Dinheiro externo para custear o desenvolvimento local é uma excepcionalidade que poderá não se repetir.

Quanto ao problema comercial este poderá ser equacionado, uma vez definido o custeio ao desenvolvimento dos produtos até os níveis do protótipo e de cabeça-de-série. Solucionando o problema da definição dos produtos e do risco com o seu desenvolvimento, a produção ocorrerá em pequenas ou grandes séries, dependendo das compras internas — sempre necessárias — e da demanda externa. Afinal, chegamos a vender para 42 países e não somente para o Oriente Médio. Talvez tenhamos que nos preparar para encomendas menores e mais diversificadas.

Também na comercialização, a ação do governo é fundamental não só garantindo um efetivo mercado local e o apoio diplomático às negociações externas, mas criando também mecanismos de financiamento competitivos.

Por fim, há que se definir ou redefinir claramente o papel que está reservado à indústria bélica estatal nas atuais circunstâncias. O Estado, no meu entender, deve manter uma capacidade de produção bastante flexível no que diz respeito à diversidade de produtos e de quantidades possíveis de atender, para fazer frente a um cenário mundial dinâmico, cambiante e cheio de incertezas, que se reflete na saúde de suas empresas privadas.

Paralelamente, dentro de suas atribuições, o Estado deve manter uma moderna e atuante infra-estrutura de pesquisa, desenvolvimento experimental, normalização, teste e homologação de equipamentos de emprego militar. Certas pesquisas e muitos serviços, quer pelo vulto, quer pela finalidade, são atribuições indelegáveis das próprias Forças Armadas.

Em resumo, a Guerra do Golfo nos obriga a refletir sobre a estratégia global do País e a estratégia particular para a sua indústria bélica.

REFERÊNCIAS

1. LONGO, W.P., *Ciência e Tecnologia: evolução, inter-relação e perspectivas*, Anais do 9º Encontro Nacional de Engenharia de

- Produção (ENESEP), vol. 1, 42 (1989).
2. GALBRAITH, J.K., *Anatomia do poder*, Editora Pioneira, São Paulo, 1986.
 3. LONGO, W.P., *Panorama científico e tecnológico mundial e perspectivas para o Brasil*, publicação comemorativa do Dia do Quadro de Engenheiros Militares, Quartel General do Exército, Brasília, 31 de março de 1991.
 4. *Tecnologia Militar na Guerra do Golfo*, Apresentação Periódica nº 4, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Ministério do Exército, 20 de março de 1991.
 5. GRIMMETT, R.F., *Trends in conventional arms transfers to the third world by major suppliers 1980-1987*, Congressional Research Service, 51, Washington, 1988.
 6. KAPSTEIN, E.B. *The brazilian defense industry and the international system*, Political Science Quarterly, vol 105, nº 4, 1990-91.
 7. DREIFUSS, R.A., *Transformações globais: uma visão do hemisfério Sul*, 5º forum Internacional de Organizações Não-Governamentais sobre Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Washington, 1990.
 8. CARRASCO, L., *Iraque e a Nova Ordem Mundial*, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1991.
 9. *Office of Technology Transfer*, in: Informe JB, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1991.

WALDIR MIR PIRRO E LONGO — Formação acadêmica: Academia Militar das Agulhas Negras, 1955; Engenheiro metalúrgico, Instituto Militar de Engenharia, 1959; M.E. e Ph.D. pela Universidade da Flórida, 1970; Livre Docente pela Universidade Federal Fluminense, 1974; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1977; Escola Superior de Guerra, 1986. Exerceu várias atividades profissionais, entre as quais: Engenheiro do Arsenal de Guerra de São Paulo; Coordenador de Pesquisa e Pós-graduação do IME; Chefe do Centro de Pesquisa de Materiais do IPD; Diretor Técnico da Fundação de Tecnologia Industrial; Vice-Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP; Secretário Executivo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico — PADCT; Chefe da Divisão de Assuntos de Ciências e Tecnologia da ESG; Subsecretário Adjunto de Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro; Presidente da FLUTEC. Atualmente é Professor Titular e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.



GIGANTE COM ARTÉRIAS DE ANÃO

Benjamin Medeiros

A precariedade do sistema de transporte terrestre nacional é o assunto a que se refere o sugestivo título deste artigo.

O Brasil é um gigante com artérias de anão. Em seu vasto território acham-se espalhadas inúmeras e pujantes zonas e centros de produção e consumo de produtos agropecuários, minerais e industriais como se fossem órgãos vitais de um gigantesco indivíduo. A ligação entre esses diversos centros é, entretanto, precária, e além de inibir o seu desenvolvimento torna os seus produtos extremamente caros ao chegarem aos consumidores, gerando um estado de anemia geral para o País. Não corre bastante sangue nas artérias do Brasil; não pela exigüidade da produção, mas pela mediocridade dos seus sistemas de transporte que há decênios vêm sendo, gradativamente, abandonados até atingirem o presente estado de quase completa obsolescência e dilapidação. O resultado disso é o estado de debilidade do Brasil. O País está, sem motivos naturais

que o justifiquem, pobre, descapitalizado, devedor remisso, ineducado, indefeso, quando pelos recursos naturais de que dispõe, pela vastidão de seu território, pela variedade de climas e pela sua abundante mão-de-obra poderia ser uma potência industrial e comercial. A situação do Brasil hoje é de alto risco. O hemisfério norte está superpopulado e, em parte, faminto; seus recursos naturais quase todos estão em vias de esgotamento, não mais dentro de séculos mas dentro de decênios; sua população representa 90% da população do globo, suas terras representam 75% das terras habitáveis do planeta.

É inevitável e natural que os países fortes do hemisfério norte lancem olhares cobiçosos para os vastos recursos e as vastas áreas praticamente inaproveitadas por negligência e incompetência das nações pobres do hemisfério sul. Podemos ter certeza de

que nos encontros fechados dos Sete Grandes esse tema já é discutido. Houve tempo em que o antagonismo entre a Rússia e os Estados Unidos nos garantia uma certa segurança. Em caso de agressão poderíamos nos colocar sob a proteção de um ou de outro. Isto acabou. Hoje teríamos que lutar e, certamente, seríamos derrotados. Pouco poderíamos fazer em nossa defesa, porque não temos líderes para nos encorajar, não temos tecnologia nem pujança econômica para nos armar e, mesmo que a tivéssemos, não teríamos estradas para deslocar nossas forças e armamentos. Entre os eventos prováveis no mundo a médio prazo está uma tentativa das potências do Norte de dominarem a Amazônia em nome da ecologia e da "preservação das centenas de milhares de mini e microorganismos aí existentes e ainda não estudados pelos cientistas", como dizem as revistas americanas.

É inadiável o início da reabilitação do sistema de transportes do Brasil, sem a qual não se recuperará a economia nem nos poderemos sentir seguros contra intentos hegemônicos externos.

O sistema rodoviário está em estado calamitoso. Cerca de 30% da extensão das estradas federais são considerados não operáveis comercialmente, segundo os padrões internacionais. Dependendo a reparação dessas estradas, trecho por trecho, de alocações de recursos pelo Congresso, obedecem essas alocações, em grande parte, a pequenos interes-

ses políticos e não a critérios técnicos ou de interesse nacional. Além disso, as decisões dos representantes do povo são de tal maneira demoradas que as autoridades rodoviárias federais vêm-se, praticamente, impotentes para reparar o sistema onde e quando necessários. Um exemplo chocante foi o fracasso do *selo de pára-brisa*. Planejado para gerar cerca de US\$ 300 milhões por ano, gerou apenas metade disto, soma que, inerte no Tesouro aguardando alocações, desvalorizou-se com a inflação e, por fim, foi distribuída pelos estados proporcionalmente à influência dos políticos estaduais no Congresso e não conforme as exigências do transporte no País.

No início dos anos 40 o Brasil era o penúltimo país latino-americano em extensão de rodovias pavimentadas. Em situação pior só havia uma pequena ilha no Caribe. Em 1945, com a criação do imposto único sobre os combustíveis e formação do Fundo Rodoviário Nacional (Lei Joppert, nº 8.465, de 27.12.45) destinado à expansão e melhoramento da rede rodoviária brasileira, o DNER tornou-se uma possante e eficaz organização e, em poucos anos, deslocou o Brasil de sua vexatória posição para a de primeiro país latino-americano em extensão de rodovias pavimentadas. Os diretores do DNER eram, então, homens de grande prestígio e capacidade; havia por toda a parte canteiros de obras do DNER e sentia-se, a cada dia, o progresso rodoviário do País, o que levou mui-

tos a proclamarem que o Brasil tinha-se passado, inteiramente, para uma política rodoviária, abandonando as ferrovias. Isso, porém, não traduzia, corretamente, a situação. O Brasil, simplesmente, tentava recuperar o tempo perdido e prover-se de uma rede rodoviária consistente com seu tamanho e suas atividades produtivas. Infelizmente, a certa altura dos governos militares, acabou-se a destinação específica do Imposto Único para as rodovias e este foi para o chamado Fundo Geral. Daí em diante começou a decadência do sistema rodoviário brasileiro, que se vem intensificando, ao ponto de consistir hoje um risco, centenas de vezes maior, para pessoas, veículos e cargas, viajar pelas rodovias do que pelas aerovias.

Das rodovias estaduais só São Paulo cuida com proficiência. Só nesse estado são encontradas estradas que podem ser classificadas como auto-estradas de padrão internacional. O Estado do Rio de Janeiro é paupérrimo em estradas, e as que o atravessam em demanda do interior do Brasil via Petrópolis, Belo Horizonte e Brasília, são, positivamente, ridículas, como a BR-040, conhecida como a Rio—Petrópolis, que mantém até hoje os padrões com que foi construída em 1928 por Washington Luiz e está, presentemente, em estado de pré-colapso, com a pavimentação trincada, infiltrada e ameaçada de grandes deslizamentos.

Das rodovias municipais nem é bom falar. Quando pavimentadas são,

na maioria, meros caminhos de terra compactada com uma *glace* de asfalto em cima, indignos de serem chamadas estradas de rodagem.

Nos países avançados é aceita a regra de que, grosso modo, para cada dólar investido na manutenção de boa pavimentação nas rodovias corresponde um acréscimo de cerca de 4% no PNB, se todos os benefícios e ausência de perdas forem computados. Esse aumento, obviamente, se reflete no nível de vida da população.

O sistema ferroviário, salvo por raras exceções, está em deplorável estado de dilapidação. Salvam-se as estradas administradas pela CVRD, isto é, a Vitória—Minas e Carajás, alguns trechos da bitola larga da antiga E. F. Central do Brasil, principalmente a “Linha do Centro” na rota Belo Horizonte, o ramal de São Paulo e alguns trechos da FEPASA. O restante da rede ferroviária é toda obsoleta e pouco coopera para o transporte de carga no Brasil. Enquanto a porcentagem típica para o transporte ferroviário no mundo avançado é da ordem de 40%, no Brasil é de 21%, sendo 14% devidos ao transporte de minério de ferro, carvão e calcário para as companhias siderúrgicas e para exportação. O transporte de carga geral e grãos é, assim, de apenas 7%, o que pode ser considerado desprezível à vista do que deveria ser em um país de nossa extensão, com um PIB de US\$ 230 bilhões.

A rede nacional, quase toda construída no século passado e até os anos 30, endereçava-se na época às zonas

e centros de produção então existentes, às poucas grandes cidades e aos portos de exportação. Visava, além disso, ao transporte de passageiros. A produção do Brasil de granéis e de produtos industriais era pequena. Embora de modesta capacidade de transporte, as estradas de ferro, principalmente da região sul e sudeste do Brasil, davam conta do recado. A Central do Brasil, a Cia. Paulista de Estrada de Ferro, a Mogiana, a Sorocabana, a Santos, a Jundiaí e outras menos importantes, transportavam considerável volume de carga. Com o enorme desenvolvimento do Brasil após 1964, a rede ferroviária tornou-se inteiramente inadequada. As grandes regiões produtoras expandiram-se e/ou deslocaram-se para outras paragens do País. Numerosos novos centros de produção industrial e extrativa surgiram por todo o território. Nossa rede ferroviária ao invés de expandir-se e ir ao encontro desses novos focos de produção e consumo retraiu-se, mirrou como um ser humano em idade provecta. Os 36 mil quilômetros que já tivemos foram reduzidos a apenas 30 mil, e esses trinta mil não mais se ajustam geograficamente à atual localização de nossas novas zonas e centros produtores e consumidores. Como se diz nas artes gráficas, a malha ferroviária brasileira não está mais *em registro* como a malha produtiva e consumidora do País.

Essa situação levou um brasileiro espirituoso a dizer: "Deus foi malvado com o Brasil. Colocou nossas estradas de ferro longe de nossas minas e de nossos centros de produção."

A reconstrução das estradas de ferro brasileiras é tarefa absolutamente inadiável. É preciso que seja dada alta prioridade à recuperação e/ou substituição das linhas e equipamentos imprestáveis, em seguida suprimir os grandes gargalos que hoje estrangulam a produção brasileira e encarecem todos os seus produtos, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

É indispensável construir-se uma nova descida de Curitiba para Paranaguá, onde está, provavelmente, o maior gargalo ferroviário brasileiro. É imensa também a importância de construir-se um novo tronco principal sul, vindo de Candiota até Belo Horizonte, com capacidade mínima de 50 milhões de toneladas/anos em cada sentido, capaz de operar com trens de mais de 5 mil toneladas/úteis e uma velocidade de percurso superior a 50km/h, sob quaisquer condições atmosféricas. O tronco principal sul atual tem uma capacidade média anual de apenas dois milhões de toneladas, o que no concentrado período das safras de grãos nada significa.

O que adianta o Governo conceder para este ano financiamento para o que se espera ser a maior safra de grãos do País (100 milhões de toneladas), se grande parte da mesma vai ser perdida por falta de transporte, silagem, uma vez que nem mesmo a nossa frota de caminhões é capaz de transportar tal tonelagem.

Têm grande prioridade, também, as estradas de ferro no sentido leste-oeste já projetadas e em início de

construção, ligando Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais com os grandes centros de consumo e portos de embarque do leste brasileiro.

A equipe que dirige os destinos do Brasil hoje não conhece *o trem*. A idéia que dele fazem é a de um mecanismo obsoleto, desengonçado, que descarrila em cada curva, tomba nos precipícios e provoca *déficits* terríveis cada ano. Mas não é desse trem que falamos. Quem quiser ver trens modernos, mesmo no Brasil, basta visitar a Vitória—Minas e Carajás, onde operações ferroviárias de alta produtividade e economicidade têm lugar, dirigidas por dedicados brasileiros que fazem dessas estradas exemplos para o mundo. Embora menos provida de recursos, a velha Central do Brasil e mesmo a FEPASA têm trechos que podem ser considerados bem equipados e bem operados. Essa equipe dirigente precisa pôr-se a par do que está acontecendo no mundo. Para isso não é preciso gastar verbas imensas em viagens; basta que assinem algumas revistas, como a *Railway Age*, americana, a *Railway Gazette* e a *International Railway Journal*, inglesas, e outras. Vê-se por essas revistas como crepita no mundo inteiro o desenvolvimento ferroviário.

Nos EUA têm sido desenvolvidos vagões com desenhos inteiramente diferentes dos modelos clássicos, com relação extremamente favorável de peso útil e tara e com configuração tal que os torna extremamente manejáveis e econômicos. A indústria bra-

sileira tem capacidade não só mecânica como tecnológica para, em pouco tempo, produzir esse material. Na Europa as revistas especializadas sobre o assunto transbordam de novidades no setor de locomotivas e trens de passageiros rápidos e econômicos. O transporte de passageiros por via ferroviária não é problema urgente no Brasil. Não afeta tão profundamente a economia. Não temos vias para tráfego de alta velocidade; o avião e o ônibus ainda são meios aceitáveis. O nosso problema magno é o transporte de cargas, que hoje, excluído o minério, o calcário e o carvão para as siderúrgicas, resume-se a 7% do total transportado no Brasil.

A intensificação do transporte ferroviário no Brasil por meio de trens modernos traria imensas vantagens econômicas. De uma maneira geral, pode-se considerar que o transporte de cargas via ferroviária por trens modernos e competentemente aproveitados pode ser feito a um custo que varia de 1/4 a 1/8 do custo do transporte por caminhões.

Nas rotas citadas no início deste artigo, enorme economia poderia ser obtida substituindo-se o caminhão pelo trem, pois em tais trechos há os milhões de toneladas de carga para justificar os investimentos requeridos pelas ferrovias.

Uma experiência pode ser feita para comprovar a existência do volume de tráfego que poderia ser desviado para as ferrovias. Se na rodovia BR-116 Rio—São Paulo—Curitiba e

na BR-110 de Curitiba para o sul, ou na BR-381 São Paulo—Belo Horizonte for interrompido o tráfego por uma hora em cada direção formar-se-ão filas quilométricas de caminhões que aí ficarão, impacientemente, esperando a liberação, com seus motores queimando precioso óleo diesel, e equipagens altamente dispendiosas à espera de se movimentarem. Cada fila de cem a cento e cinquenta caminhões equivale, aproximadamente, a um trem de 40 a 60 vagões que poderiam oferecer o mesmo transporte por um preço muito mais baixo. Ao invés de termos cerca de 100 a 150 motores diesel de até 240 cavalos teríamos uma ou duas locomotivas de 2.000 HP e uma equipagem de dois homens. O consumo de óleo diesel no transporte rodoviário no Brasil representa 74% do consumo total de óleo no Brasil. O consumo das estradas de ferro representa 4%. A substituição de caminhões por trens reduziria, drasticamente, o consumo de óleo diesel, que constitui, atualmente, um ônus enorme para o País, uma vez que a produção de um barril de óleo diesel acarreta, inevitavelmente, uma produção de meio barril de gasolina que não tem aplicação no Brasil e é vendida para o estrangeiro a preços não remuneradores.

A exposição acima não é um apelo às autoridades para que cuidem do aspecto técnico dos meios de transportes, mas sim um apelo veemente para que cuidem do aspecto econômico-social da questão de transportes,

que é uma das mais descuidadas do País.

O transporte é um elo indispensável no mecanismo produtivo do País, constituído pela seqüência *Produção-Transporte-Comercialização*. As duas extremidades dessa seqüência estão bem cuidadas pela iniciativa privada e por algumas estatais. O elo intermediário — o transporte — naquilo que depende do Governo, está, totalmente, abandonado. É o *missing link* da cadeia. Tão descuidado é este elo no Brasil que seu uso custa muitas vezes mais do que os custos da produção e/ou da comercialização. Somando-se a esses custos os sufocantes impostos brasileiros, tidos como os segundos maiores do mundo após os da Suécia, a abundância potencial deste País é transformada em penúria, miséria e fome para grande parte de sua população.

O mais grave é que este estado de coisas não se deve à falta de dinheiro recolhido do povo, mas sim ao seu esbanjamento para prover às elevadas categorias da burocracia do governo remuneração e privilégios mirabolantes, em troca dos quais pouco fazem de útil para o País. Na maioria bacheleiros ou, simplesmente, *mazombos*, como dizia Viana Moog, parecem nem sequer perceber que são empecilhos ao progresso do País.

Nota: Não foram abordados neste trabalho os transportes marítimo e hidroviário que, por si só, constituem tão vasto assunto que merecem um artigo separado. É, entretanto, promissor o progresso de transporte em barcas feito no

complexo Tietê-Paraná descrito na *Revista Ferroviária* de abril próximo passado que trata do assunto de maneira extremamente informativa.

Quanto à cabotagem, salvo pelos petroleiros, está morta devido à legislação relativa à marinha mercante e à operação dos portos.



O Professor BENJAMIN AGUIAR DE MEDEIROS é engenheiro civil-eletricista, dedicando-se, como atividade principal, ao projeto e fabricação de equipamentos eletrônicos e ferroviários. É presidente da firma Fonseca Almeida Comércio e Indústria S.A. O estudo ora publicado data de março do corrente ano, mas continua perfeitamente válido como uma abalizada contribuição para o grande debate econômico em curso no País.

Quem trabalha pela segurança do país tem que ter mais tranqüilidade.

Quem trabalha tanto pela segurança do país sabe que a qualquer momento pode contar com a agilidade e eficiência do GBOEX. Planos de saúde, seguros ou pecúlio, faça o seu

com a maior empresa de previdência privada da América Latina, ao lado das Forças Armadas há 78 anos. Na hora de pensar no futuro, a experiência do GBOEX é a sua segurança.

GBOEX. CONFIANÇA NO PRESENTE, SEGURANÇA NO FUTURO.



**GRÊMIO
BENEFICENTE**



INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Osmar José de Barros Ribeiro

Pelo desfecho do conflito do Golfo Pérsico, a neutralidade do Brasil em relação a ele tem sido considerado um equívoco. Essa atitude teria sido a adotada, caso se dispusesse de informações (inteligência) estratégicas adequadas?

O presente artigo trata da importância desse instrumento de governo, incipiente, ainda no País.

INTRODUÇÃO

Os exemplos históricos de derrotas militares, fracassos políticos e desastres econômicos, sofridos tanto pela ausência de Inteligência Estratégica quanto por deficiência na sua elaboração, balizam, sem exagero, boa parte da História Universal.

Deles, o mais recente foi a frágil derrota sofrida pelo Iraque na Guerra do Golfo Pérsico. Sua magnitude talvez não tenha ainda sido alcançada pelo grande público, muito embora profundas modificações estejam em curso naquela região e mesmo em outras partes do mundo. Assim, por exemplo, no mês de maio de

1991, todos assistimos à virtual anexação do Líbano pela Síria, aparentemente com o beneplácito norte-americano e à revelia dos interesses de Israel, tradicionalmente apoiados pelos EUA. Por outro lado, em termos econômicos, após o Iraque, talvez tenha sido o Brasil o maior derrotado naquele confronto: uma equivocada neutralidade acabou por afastar-nos dos promissores mercados da Arábia Saudita, do Kuwait e de outros não tão importantes, além de termos perdido aquele representado pelo Iraque, o qual, vergado ao peso de reparações de guerra a serem pagas não terá, tão cedo, condições sequer de indenizar o nosso País por obras já entregues.

Um outro exemplo, este mais antigo (1982), ocorreu em nosso próprio Continente, quando a Guerra das Malvinas mostrou o trágico preço pago pela Argentina por não haver o seu governo, segundo o Relatório Rattenbach, recorrido aos conhecimentos produzidos pela Inteligência Estratégica, quando decidiu pela invasão das ilhas.

Contudo, há que salientar não ser a Inteligência Estratégica uma “bola de cristal” a ser oferecida a este ou àquele governante. Ela é, isto sim, um valioso e imprescindível auxílio na tomada de decisões e no acompanhamento dos fatos que se sucedem, em função ou apesar delas. Para ser correta, os dados a serem utilizados devem ser bem fundamentados, sob pena de induzirem o responsável pela tomada da decisão a fazê-lo de forma incompleta ou totalmente equivocada.

A Inteligência Estratégica não é assunto para amadores e sim o resultado do trabalho de elementos altamente qualificados, conhecedores dos problemas e das peculiaridades das diferentes Expressões do Poder Nacional, tanto no Campo Interno quanto no Externo. Nem por outra razão, nos países que se preocupam com o assunto, o Órgão encarregado da elaboração das estratégias governamentais está situado no mais alto escalão, de forma a bem auxiliar a autoridade decisória na superação dos óbices, dos antagonismos e das pressões que se contrapõem à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais.

A VISÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

A ESG que, em silêncio, ano após ano, vem buscando dar às nossas elites não só uma visão de Brasil mas, também, a compreensão de ser necessária a adoção de um Método para o Planejamento da Ação Política, com vista a racionalizar as macrodecisões sociais e a sua execução, no Manual Básico (1989) assim se expressa sobre o assunto:

“A arte de governar tornou-se cada vez mais difícil e complexa. Não basta a simples persuasão; o consenso quanto aos resultados nem sempre significa a concordância na participação; o valor da liderança e o prestígio da autoridade são insuficientes para vencer determinadas resistências. Impõe-se uma decidida luta contra os obstáculos que se antepõem aos interesses nacionais, luta que abrange tanto o sentido restrito do vocábulo — choque entre vontades opostas — como o seu sentido lato — esforço contínuo e pertinaz até a obtenção do fim desejado. E isso ocorre tanto no âmbito nacional, como no internacional.

.....
“Essa luta ou esforço da Nação, modernamente, se chama Estratégia e... (pode) exigir o concurso de elementos de múltiplos setores da sociedade. Pode-se igualmente, dizer que a forma mais elevada de concepção de aplicação do Poder Nacional e a visualização dos seus grandes rumos constituem a Estratégia Nacional.”

Daf, facilmente conclui-se que a Política e a Estratégia devem ser coordenadas e ajustadas, seja qual for o momento, ao nível e à área de atuação. A ausência de tal condicionamento tem marcado, ao longo da nossa História, o fracasso de não poucos Planos e Programas. Na verdade, no mundo moderno, o completo domínio do emprego da Política e da Estratégia é que distingue os grandes estadistas, marcando a notável diferença existente entre eles e os governantes sem grandeza.

E conclui a ESG no já referido Manual:

“A Estratégia é a arte de preparar e empregar os meios do Poder Nacional para realizar o esforço nacional de superar os obstáculos de toda ordem que dificultam ou impedem a satisfação dos interesses nacionais. É o instrumento de que se utiliza a Política Nacional para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais no mundo conflituoso e intranquilo dos nossos dias, que torna difícil o caminho a percorrer para a consecução do Bem Comum.”

Salvo melhor juízo, é dentro de tal enfoque que a Inteligência Estratégica pode e deve ser implementada. Ela deve atuar tanto no Campo Interno quanto no Campo Externo, posto que a Política e a Estratégia Nacionais estão sempre sujeitas à evolução da conjuntura nacional e internacional. E qual seria a sua forma de atuação? Identificando os óbices e as vulnerabilidades atuais ou potenciais de forma a manter, objetiva e imparcial-

mente, bem informado o seu principal cliente, o Presidente da República.

INTELIGÊNCIA COMO ORGANIZAÇÃO

Até aqui, vimos a importância da Inteligência Estratégica para a consecução da Política Nacional, quer no Campo Interno quer no Externo. Agora, cabe acrescentar uma idéia de como nos organizar com vista a atingir tal desiderato. Antes de mais nada, há que se pensar em grandes linhas, sem a preocupação de cuidar dos detalhes, relevantes sem dúvida, mas sem lugar neste trabalho.

Uma campanha, inicialmente conduzida de forma discreta mas, depois, às escâncaras, de forma maldosa e freqüentemente adulterada, terminou por dar margem à pura e simples extinção do SNI e também das AESI, DSI e ASI existentes nos diferentes escalões governamentais. Não se trata, aqui, de discutir se algumas ações empreendidas ao longo do tempo por aqueles órgãos foram ou não legais, tinham ou não objetividade. O fato é que foi desfeito todo um sistema de grande valia para o exercício das atividades de Inteligência, posto que permitia a troca de conhecimentos entre os diversos escalões do governo, em seu nível mais elevado. Será que hoje, a SAE e seus Departamentos subordinados contariam com uma organização capilar que pudesse permitir, em tempo útil, salvo talvez na Capital Federal, o acesso àqueles conhecimentos im-

portantes para a elaboração da Inteligência Estratégica?

Enquanto Organização, a Inteligência Estratégica é formada por um conjunto de pessoas voltado para a produção de conhecimentos relevantes, tanto interna quanto externamente. No Campo Interno, os Analistas de Inteligência devem debruçar-se sobre os problemas das Expressões Política, Econômica e Psicossocial, com especial destaque para as que forem capazes de influir, positiva ou negativamente, nas Estratégias voltadas para a implementação das ações políticas do Governo. No campo Externo, a Organização deverá ser constituída com pessoal habilitado a fazer levantamentos de países estrangeiros e em condições de não só descrever o seu passado e o seu presente, mas o futuro provável, com especial atenção para aquilo que, direta ou indiretamente, tenha a ver com os interesses brasileiros. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que, em um mundo cada vez mais interdependente, os conhecimentos obtidos, quer em um Campo quer em outro, interagem e, no mais das vezes, trazem consequências internas e externas. Como simples exemplo, consideremos o seguinte: tudo indica que, no próximo século, os centros econômicos do mundo estarão em países banhados pelo Oceano Pacífico. Destarte, é do nosso maior interesse a obtenção de uma saída marítima no litoral oeste do Continente. Contudo, a simples menção de construirmos

uma estrada que nos ligasse ao Peru, possibilitando o desejado acesso, resultou em uma grita geral dos "ecologistas" nacionais e estrangeiros. Um exercício de Inteligência Estratégica seria, por exemplo, verificar a possibilidade de tal ação estar sendo conduzida, direta ou indiretamente, por grupos econômicos nacionais e/ou estrangeiros, por entidades autônomas ou mesmo por outras nações, bem como os objetivos buscados.

Em uma Organização voltada para a produção da Inteligência Estratégica, não devem existir meros receptores/usuários de dados. Todos devem possuir imaginação suficiente para pesquisar fontes capazes de confirmar ou não os dados obtidos, espírito crítico e também a capacidade de cultivar, com especial carinho, a objetividade e a imparcialidade. Seria, no Campo Interno, de todo interessante que tais pessoas, com vistas à capilaridade já referida anteriormente, fossem encontradas em Ministérios e em Autarquias, como encarregadas de pesquisas e de acompanhamentos específicos.

Em termos de funcionamento, há que se ter a grande preocupação de, evitando o dobramento de meios, ser o Organismo Central de Inteligência um coordenador daqueles conhecimentos que lhe chegam por intermédio dos vasos capilares já referidos, posto ser praticamente inviável uma Organização auto-suficiente.

CONCLUSÃO

Este trabalho, extremamente genérico, não poderia, por isso mesmo, ter a pretensão de esgotar um assunto capaz de render algumas dezenas de volumes, se apreciado cada um dos aspectos do problema. Na verdade, seu objetivo é bem mais simples: provocar discussões sobre um tema que pode e deve merecer a atenção daqueles que se preocupam, de uma ou outra forma, com os destinos da nossa Pátria e do seu Povo, estejam ou não em cargos ou funções de decisão.

Temos todos o dever de entender,

de uma vez por todas, que o Brasil é uma responsabilidade nossa, brasileira. No aspecto particular da Inteligência, embora possa haver uma complicada divisão de trabalho, com toda a carga decorrente dos problemas de pessoal, de organização e de relações humanas, o desafio existe e deve ser encarado de frente pois, em última análise, como afirma Sherman Kent em seu livro *Informações Estratégicas* (Biblioteca do Exército, 1967), "o trabalho de Inteligência continua sendo a atividade simples e natural de obter a espécie de conhecimento sobre o qual pode repousar uma linha de ação bem-sucedida".

OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO — Aspirante a Oficial em 15 Fev 55 (Turma Aspirante Mega); Cursos: AMAN; EsIE (G. Química, 1958); EsAO (1964); ECEME (1969); EsNI (Curso "A", 1974); CAEPE (ESG, 1988). Principais funções: Instrutor do NPOR/3º RI (1957/58); Aux. de Instrutor do Curso Inf/AMAN (1960/61); Cmt 2ª Cia Fzo/I Btl/RESI (S. Domingos, Nov 65/Mai 66); Ch 2ª Sec Bda Pqdt (1970); Instrutor-Chefe do Curso Básico/AMAN (1971/1973).



IDENTIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO DE CICLOS (TURNING POINTS) HISTÓRICOS E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

Propõe-se, o presente artigo, a pôr em evidência a importância dos fins de ciclo nos estudos políticos e estratégicos, dando indicações de como identificá-los.

O CONCEITO DE FIM DE CICLO

A história, considerada em sua extensão temporal, se apresenta como *retrospectiva*, a experiência vivida, a história no sentido estrito, *descritiva* ou crítica do passado; e como *prospectiva*, a experiência a ser possivelmente vivida, seu provável curso futuro.

Passado, presente e futuro são conceitos relativos para uma história en-

tendida em sua *plenitude temporal*, tudo dependendo do observador. O próprio presente só deve ser apreendido, não como o momento fugaz, em que o futuro se torna passado, mas como um espaço de tempo que inclui um pouco do passado imediatamente recente e um pouco do futuro imediato: um presente em fluxo.

A política, por ter expressão histórica, é, do mesmo modo, retrospectiva, perspectiva e prospectiva, rea-

lizando-se através de estratégias do "futurível", ou seja, do futuro possível.

A história prospectiva é um dever provável, trabalhada sobre extrapolações e probabilidades, na conformação de cenários em que se combinam, segundo diversos critérios, elementos mais ou menos estáveis das sociedades em estudo.

A análise perspectiva, que serve à Política e à Estratégia, examina esses mesmos elementos, tais como se apresentam na conjuntura e, confrontando-os com suas expressões retrospectivas, indica linhas de coerência e de homogeneidade que, em sua totalidade, configuram os padrões de um *ciclo histórico*, seja referida a um grupo, a uma nação, a um conjunto de nações, a um continente, seja global.

Cada ciclo histórico se caracteriza, portanto, pela predominância e pela estabilidade de certos elementos tomados como paradigmas.

O rompimento de um ciclo histórico, por conseguinte, terá ocorrido *quando a análise perspectiva não mais confirma a persistência dessas linhas de coerência e de homogeneidade* mas, ao contrário, indica que se deu uma solução de continuidade, com o surgimento, não antecipado, de novos elementos variáveis dominantes.

A ocorrência do fim de ciclo, ou ponto de flexão histórico (*turning point*), tem o efeito de tornar obsoletas as previsões prospectivas tidas como prováveis, seja porque não há

mais condições de que se sucedam, seja porque elas se realizaram prematuramente.

Disso decorre que há *dois modelos* de fim de ciclo histórico. O primeiro, com o rompimento imprevisível da homogeneidade das linhas de evolução. O segundo, com o rompimento prematuro dessa homogeneidade, ainda que previsível em sua substância.

Em ambos os casos, o analista constata o dilaceramento do tecido da história e o surgimento de um novo padrão, em que certos elementos, até então tidos como estáveis, desaparecem, alteram-se profundamente ou são substituídos por outros.

UMA INTERPRETAÇÃO CRATOLÓGICA

Essas duas constatações, que comprometem as perspectivas, invalidam as estratégias e até as políticas que são concebidas sem prevê-las, estão a denotar a *emergência de expressões de poder* em escala suficientemente significativa, ao ponto de inibir ou de alterar substancialmente as expressões tidas como dominantes no curso previsível da história.

Em imprevisibilidade da emergente manifestação cratológica pode ser considerada, em si mesma, um fator de potenciação de poder e, por isso, explicar sua inopinada eficácia, ao ponto de lograr romper a homogeneidade histórica. Afinal, é sempre difícil, quando não impossível, opor-se ao inesperado. Em outros termos: as novas expressões de poder surgem

dominantes pois já têm a vantagem inicial da surpresa com que eclodem.

Haveria de ser, em tese, nos levantamentos estratégicos que poderiam ser detectados os primeiros indícios dessas manifestações de poder, com essa capacidade de emergir, inovar a heterogeneidade e determinar um fim de ciclo. O que há de notável nessas manifestações, todavia, é sua aptidão para eludir a diligência e a argúcia dos analistas que atuam, quase todos, como seria de se esperar, nas linhas de maior probabilidade.

Com efeito, a irrupção da manifestação inesperada de um poder desestabilizante é de tal forma aleatória, que somente com a intuição o analista teria condições de antecipá-la.

Uma nova disposição de poder na sociedade, que caracterize um fim de ciclo histórico, pressupõe, por fim, uma correspondente *redefinição institucional*, porque o poder, no meio social, tende à institucionalização, o que caracterizará, por sua vez, um novo ciclo.

A IDENTIFICAÇÃO DO FIM DE CICLO

Dada a dificuldade da previsão do fim de ciclo, impossível sem a introdução do fortuito e do intuitivo, torna-se importante que o analista, que trabalha com altas probabilidades, saiba identificar o fim de ciclo ainda durante o seu transcurso.

A validade de seu trabalho passa a depender da pronta identificação do surgimento dos indícios caracterizadores do rompimento da homogenei-

dade sequencial do curso histórico, segundo critérios geralmente admitidos.

Por sua vez, da validade de seu trabalho dependerão os formuladores de políticas e de estratégias para definir suas respectivas orientações e ações no novo quadro, evitando assim que o poder se desgaste ou se perca, tanto na prossecução de objetivos desajustados, como na execução de ações ineficazes.

Para lograr essa desejada identificação em tempo oportuno e, até mesmo, para deflagrar um curto circuito intuitivo, quando possível, dois componentes devem ser destacados da conjuntura sob exame: o *componente individual* e o *componente institucional*.

Por componente individual deve-se entender a influência da dimensão humana do poder. Em outras palavras: a capacidade catalisadora de certas personalidades, no curso da história, hábil para determinar uma imprevista concentração de poder, ao ponto de alterá-la e de ensejar o fim de ciclo.

Por componente institucional deve-se entender, outrossim, a influência da dimensão social do poder. Neste caso, dito de outro modo, serão as instituições os catalisadores de poder ou os repositórios de poder concentrado que surgirão com as características inovadoras insopitadas.

O COMPONENTE INDIVIDUAL

A concentração de poder, impre-

visível ou improvável, capaz de causar um fim de ciclo, pode ser deflagrada por um componente individual sempre que um homem integre ou faça integrar o poder difuso na sociedade, em escala suficiente para romper a homogeneidade do padrão social que a identifica e desenhá-lo um novo padrão.

De certa forma, trata-se do homem que tem possibilidade de projetar-se em escala histórica.

Embora se possa recolher inúmeros exemplos históricos da presença do componente individual, a afirmação é considerada polêmica porque maximiza a importância da individualidade no curso da civilização.

O componente individual, não obstante, é uma realidade e o analista não pode, simplesmente, ignorar indícios micropolíticos potencialmente significativos: o mundo continuará a gerar seus alexandres, cézares, napoleões e gorbachovs e a história continuará a ser escrita com o estilo de certas personalidades, que souberam catalisar e concentrar as vontades difusas e latentes das respectivas sociedades.

Dada a efemeridade da vida humana, torna-se muito difícil esse tipo de análise micropolítica, mas sempre haverá uma centelha intuitiva para identificar, em determinada personalidade, o fulcro em torno do qual poderá fletir o curso da história. É, no mínimo, um sedutor exercício de análise prospectiva, a desafiar as mentes mais perspicazes e a tornar, a política e a estratégia, refinadas e ilusivas artes sociais.

O COMPONENTE INSTITUCIONAL

Como a instituição é a concentração estável e impessoal de poder, reside nela a grande chave para a identificação do fim de ciclo.

O componente individual pode não existir, mas algum componente institucional sempre existirá. Por mais importante e avassaladora que seja a personalidade humana, serão as instituições o seu ponto de partida, os seus limites e o seu objetivo.

A instituição estabiliza comportamentos e atitudes mas, elas próprias, não são imutáveis. Sofrem a ação desgastante do tempo, que as torna obsoletas e decreta sua perempção.

Sua origem, sempre utilitária, se perde com o tempo e, não raro, dela resta apenas uma forma inercial, cuja única utilidade acaba sendo simbólica.

Por isso, elas se transmutam, geralmente de forma paulatina, pela evolução, e às vezes de forma abrupta, pela revolução.

Quando uma revolução institucional tem lugar, pode-se afirmar que um ciclo histórico se findou, exigindo uma *adaptação* inesperada das expressões de poder vigente para que sejam eficazes no novo ciclo que se inicia.

Ao contrário do componente individual, o institucional nada tem a ver com a efemeridade da vida humana e sua identificação, também distintamente, se dá na perspectiva macropolítica, perquirindo-se quais as modificações que as novas instituições introduzem na estrutura do poder de

uma sociedade, em que profundidade, com que intensidade e com que duração o fazem.

CONCLUSÕES

O presente estudo pretendeu pôr em evidência a importância dos fins de ciclo nos estudos políticos e estratégicos e, em consequência, de sua identificação.

Reconhecida a dificuldade, embora não impossibilidade, de sua identificação prematura, realça-se o esforço para identificá-los quando em curso; se possível, quando seus efeitos comecem a se tornar perceptíveis.

Quanto maior a antecipação do analista na identificação dos fins de ciclo mais prestante será o seu trabalho para a correção dos objetivos políticos e das linhas de ação estratégicas, evitando que se tornem rapidamente obsoletos.

A identificação dos fins de ciclo torna-se, portanto, indispensável à economia do poder. Sem que dela se disponha, as sociedades passam, em pouco tempo, da eficiência à sufi-

ciência e desta, à ineficiência no emprego do poder.

Em última análise, qualquer exercício histórico-político-estratégico dessa natureza deve considerar o poder como dado central e admitir que, de suas situações de equilíbrio ou de desequilíbrio, derivam-se os êxitos e os fracassos. E como o poder tende a coalescer em instituições, é através delas que o analista poderá lograr mapear a realidade histórica e situar as rupturas que caracterizam o fim de ciclo.

Finalmente, não pode escapar ao analista que, não obstante o peso do componente institucional, jamais o componente individual, derivado diretamente da vontade de um homem, deverá ser desprezado mas, ao contrário, considerado em qualquer perspectiva histórica, sempre que uma personalidade pareça, resumir em si os interesses, os anseios, a vontade e a esperança, enfim, de uma sociedade.

Afinal, a sede de esperança é sempre o homem: é seu carisma e sua imarcescível virtude.



DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO — *Docente de Política do CPAEx da ECEME, é bacharel e doutor pela Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil. Possui o Curso Superior de Guerra e vários outros de pós-graduação, bem como estágios, freqüentados no Brasil e nos EUA. Exerceu diversos cargos e funções no governo do antigo Estado da Guanabara. Professor e conferencista em um sem-número de instituições educacionais, nacionais e estrangeiras, é atualmente Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa, órgão da*

Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Tem publicados mais de uma dezena de livros, no Brasil e no exterior, além de artigos e conferências. Agraciado com mais de uma dezena de condecorações e com inúmeras distinções honoríficas.



VILLAGRAN CABRITA — Achegas para uma biografia

Luiz Gonzaga de Mello

Este é o primeiro de uma série de artigos que, pelo seu conteúdo e pela sua forma, destinam-se a transformar-se em livro. Apresentam aspectos da vida do patrono da Arma de Engenharia, cuja biografia, escassamente conhecida, carece ainda de um tratamento bibliográfico consagrador.

ENCONTRO ENTRE GRANDES SOLDADOS — OSÓRIO E CABRITA

A Correspondência e o Diário de guerra legados à posteridade por Villagran Cabrita, e zelosamente guardados por seus herdeiros, a par de preciosas informações de caráter militar, fornecem, também, referências deveras interessantes sobre outros setores. Dizem respeito, por exemplo, às pessoas dos combatentes brasileiros em geral, seus chefes, comandantes, oficiais de variados postos, e praças de pré, entre as quais seu bagageiro e seu camarada.

Entre elas, estão os dois trechos a seguir, bem curtos, porém assaz expressivos, selecionados para compo-

rem singela homenagem ao Patrono da Arma de Engenharia, cuja personalidade e aspectos de vida devem constituir objeto permanente de nossas mais caras preocupações patrióticas.

O Trecho n.º 1 está contido na *Correspondência*, na carta de n.º 3, escrita no acampamento junto ao arroio Daymán, distante duas léguas da vila do Salto, no Estado Oriental. Não está datada. O missivista declarou, somente, que ela era de "junho de 1865".

Suponho que a carta n.º 3 tenha sido escrita entre 19 e 26 de junho, enquanto ainda aí estacionados. No último dia citado, o 1.º Batalhão de Fuzileiros e o Batalhão de Engenheiros marcharam para o passo do Corralito,

onde o Exército estava atravessando o Uruguai. A carta seguinte traz a data de 1º de julho. Nela são feitas referências a esses tópicos.

O Trecho n.º 2 aparece no *Diário*, registrado no dia 19 de junho. Bem menos extenso, ele complementa e reforça, tão-somente, a idéia e os dizeres contidos no anterior.

João Carlos de Villagran Cabrita e Manoel Luís Osório conheceram-se em 1825. É bem provável, em circunstâncias especiais, não se tendo avistado desde então. O garoto andava pelos seus cinco anos e o rapa-

zola, pelos seus 17. E, ao que parece, não se lembraram do fato, ao se reencontrarem, em 1865, pois nenhuma alusão fizeram ao acontecido anteriormente.

Villagran Cabrita, agora, em 1865, era major. Osório, ainda brigadeiro.

* *

Francisco de Paula de Avelar Cabrita viera, em 1816, no posto de tenente, com a divisão lusitana dos Voluntários Reais do Príncipe, às ordens do Tenente-General Carlos Fre-

“Apresentamo-nos ao General Osório, que é um belo homem, despido de toda etiqueta, tratando a todos por você. Perguntou-me de onde me vinha o nome de Cabrita. E, dizendo-lhe eu filho de quem era, deu-se por conhecido. Perguntou-me por Mamãe e disse-me que a tinha conhecido quando ele tinha 17 anos. Já vêes que não estou mal recomendado para com ele.”

Apresentamo-nos ao General Osório, que é um bello homem, despido de toda etiqueta, tratando a todos por você. Perguntou-me de onde me vinha o nome de Cabrita, e dizendo-lhe eu filho de quem era deu-se por conhecido, perguntou-me por Mamãe e disse-me que a tinha conhecido quando elle tinha 17 annos, já ves que não estou mal me recomendado p. com elle

Reprogratura do Texto n.º 1

“Fomos nos apresentar ao General-em-Chefe, Osório, que nos tratou com toda a singeleza de um homem do campo e sem a mínima cerimônia.”

no dia 19 fomos nos apresentar ao General-em-Chefe Osório que nos tratou com toda a singeleza de um homem do campo e sem a minima cerimonia

Reprogratura do Texto n.º 2

derico Lecor. Diversos de seus oficiais, incentivados mesmo pelo exemplo do ilustre e quase sexagenário comandante, contraíram matrimônio com moças da melhor sociedade local.

A jovem D^a Polônia de Villagran, muito plausivelmente, de origem castelhana, residia com seus familiares, na cidade de Montevideú.

A moça espanhola e o tenente português conheceram-se, enamoraram-se e casaram-se. Ela veio a ser a mãe do menino João Carlos de Villagran Cabrita, nascido naquela importante cidade rio-platense, aos 30 de dezembro de 1820.

* *

O 1º Batalhão de Fuzileiros, veterana unidade, vinda de Portugal, depois de sucessivas reorganizações do Exército Brasileiro, ficou bem conhecido, e por longo prazo, na guarnição, e pelo povo carioca, como o 1º RI (1º Regimento de Infantaria), aquartelado na Vila Militar. Em honra do valoroso Comandante da Divisão Couraçada, de durante a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, recebeu a denominação histórica de Regimento Sampaio. Sua numeração e a denominação vigentes, mas abreviadas, são: 1º B I Mtz (Es), que se lêem: 1º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola), que lhe foram atribuídas em 1972.

O Batalhão de Engenheiros, criado e organizado em 1855, após sucessivas reorganizações do Exército, mu-

danças de parada, troca de denominações, adoção de novas destinações, ostenta, hoje em dia, a numeração e a denominação abreviadas de: 1º B E Comb, que se lêem, correntemente: 1º Batalhão de Engenharia de Combate. Acha-se aquartelado em Santa Cruz, subúrbio carioca. Em honra do seu valoroso comandante, morto em seu posto de comando, é oficialmente conhecido e publicamente enaltecido como Batalhão Villagran Cabrita, nome também do Patrono da Arma de Engenharia, o denodado comandante da guarnição mista, exclusivamente brasileira, que ocupou a tornada célebre ilha da Redenção, organizou-lhe as obras de defesa, manteve-se à frente da tropa em todos os instantes da sem quartel e feroz luta travada, e repeliu os sucessivos ataques fluviais das vagas de assalto e forças de desembarque paraguaia, frustrando-lhes atingissem o objetivo visado.

As duas unidades, o 1º Batalhão de Fuzileiros e o Batalhão de Engenharia, marcharam juntas para o passo do Corralito. A unidade especializada, o Batalhão de Engenheiros, deslocava-se, de hábito, enquadrada por uma ou duas unidades combatentes. Villagran Cabrita, em sua *Correspondência* e no *Diário* de guerra, enuncia quais elas eram. As mesmas consideravam uma honra a missão de apoiar e defender a unidade especializada durante suas marchas e na execução de seus trabalhos técnicos. E chegavam a disputar esse privilégio. Mais tarde, a criação de uma Brigada,

em caráter especial, daria composição permanente a essa tropa, de especialistas e de combatentes. Embora o Batalhão de Engenheiros fosse dotado de arma de fogo, arma branca e de munição, para a defesa eventual de seu pessoal, do material e dos canteiros de obras, tornava-se imperiosa a presença de tropa combatente a isso destinada, com exclusividade, sempre vigilante e pronta para uma ação bélica imediata.

João Antônio Lavalleya e seus companheiros, vindos da Argentina, desembarcaram na praia da Agraciada, território uruguaio, em 19 de abril de 1825. Começou, a partir desse empreendimento, a luta armada, no próprio chão uruguaio, visando à independência da Província Cisplatina.

O então Capitão Cabrita encontrava-se no comando de forças brasileiras guarnecendo a povoação de Mercedes, no Departamento de Rio Negro, à margem esquerda do rio do mesmo nome.

A 25 de agosto daquele ano, a pequena guarnição foi atacada, altas horas da noite, pelos insurgentes. D.^a Polônia e o filho, criança de uns cinco anos de idade, achavam-se presentes também nessa localidade.

A luta foi renhida, mas os atacantes não lograram penetrar na povoação, para tomá-la e ocupá-la, após matar ou expulsar os seus combativos defensores.

A tradição oral familiar guardou a lembrança daquela mulher destemida, que, empunhando uma arma, ao lado do marido, nos lugares de

maior perigo, participava da defesa da praça de guerra, dando invulgar exemplo de coragem e determinação, infundindo ânimo na soldadesca e conclamando a guarnição a resistir, combater e vencer.

Os atacantes, menos ardorosos e decididos, desistiram de seus intentos e se retiraram, ante a aproximação de tropas imperiais, indo em busca de outros lugares e de adversários, para continuarem a luta em prol da independência da Cisplatina.

As tropas de terra foram secundadas pelo apoio de fogos da barcaneira "D. Sebastião", de nossa incipiente Marinha de Guerra.

* *

Manoel Luís Osório esteve combatendo, valentemente, por aquelas bandas e criando renome. Soube do ocorrido em Mercedes, do desempenho da guarnição e da façanha da esposa do comandante. Veio, pouco depois, a conhecer o casal Cabrita e o filho, pessoalmente.

Osório, nascido em 1808, já se tornara alferes de Cavalaria, por essa época em que conheceu os Cabrita. O agora Brigadeiro Osório, encanecido, lembrou-se daqueles tempos de moço, de fatos e de pessoas. E disse ao filho da mulher valorosa, agora major e seu comandado, que a tinha conhecido quando ele mal contava 17 anos de idade. Já se tinham passado 40 anos. Podia não se lembrar das coisas, ou, até, omiti-las. Fez questão, porém, de relembrá-las e

velá-las. Uma homenagem aos pais ao filho, este, ali presente, em companhia de parte da oficialidade do Batalhão de Engenheiros, de que eraiscal, ou Subcomandante.

* *

Villagran Cabrita escreveu essas mensagens do encontro com Osório mado de evidente orgulho filial. Pura, não? Um elogio para a mãe le, que leria a referência na carta metida para a nora dela. A idosa nhora constataria que não tinha sido quecida pelo jovem oficial de Calaria, um rapazola, naqueles tems recuados, que dela ainda se cordava, agora, com carinho e adiração, depois de tanto prazo transrrido.

Não. Villagran Cabrita não estava al recomendado para com o Brigairo Osório. Só não sabia ele que, r sua vez, haveria de dar exemplo rmidável de determinação, desprenmento, coragem e bravura, culminando com o sacrifício da própria da.

SIGNIFICATIVO DEPOIMENTO OBRE O PATRONO DA NGENHARIA

Convém citá-lo, pois constitui tesmunho abonador de virtudes e alidades pessoais e profissionais de Villagran Cabrita. Haverá outras proas, e melhores do que esta, prestada pontaneamente e tão distanciada no

tempo? Aquela que o General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira inseriu em capítulo especial de seu livro póstumo? Poderia existir juiz mais categorizado e imparcial que ele?

Em suas excelentes “Reminiscências da Campanha do Paraguai”, publicadas em livro quarenta anos após o término do sangrento e ceifador conflito, o autor assim se pronunciou sobre a personalidade de João Carlos de Villagran Cabrita:

“...Todos queriam, veneravam todos o Tenente-Coronel Villagran Cabrita, sempre bom, austero e nobre.”

Essas palavras valem por uma consagração. Uma afirmativa pública do seu caráter adamantino. Poucas, simples e assaz reveladoras. A síntese de uma vida profícua e exemplar.

Dionísio Cerqueira, veterano combatente, testemunha visual e auricular da encarnçada luta dentro e fora da ilha da Redenção e da espetacular vitória alcançada, escritor, historiador e geógrafo, abalizado, sério e imparcial, não se limitou a usar um único adjetivo qualificativo. Empregou três deles: *bom, austero e nobre*, todos de grande expressividade. E precedeu-os, conscientemente, por expressar a verdade de um advérbio de tempo: *sempre*. Destarte, e fazendo justiça às qualidades e virtudes que lhe fora dado distinguir tão bem em seu ex-instrutor, quis evidenciar a constância e perenidade com que Villagran Cabrita externava essas mesmas virtudes e qualidades, sumamente apreciáveis em um ser

humano. Mormente em quem se depositam os encargos e as responsabilidades na formação de jovens educandos, futuros profissionais.

Dionísio Cerqueira, paisano, estudante de Engenharia, cursando o 2º ano da Escola Central, no Largo de São Francisco, ao estourar o conflito tinha sido instruindo de Villagran Cabrita nos exercícios militares a que se submetiam os alunos dessa escola de ensino superior, mais adiante denominada Escola Politécnica.

A personalidade invulgar do instrutor devia ter causado funda e favorável impressão no instruindo, provinciano, de recente estada na Corte, rapazola de seus 17 anos de idade. Tanto que, cerca de meio século depois de pacificados os ânimos e da morte do oficial instrutor, o então General Dionísio Cerqueira ainda se lembraria dos atributos pessoais constatados no oficial artilheiro, e os lançaria, por escrito, em movimentadas e interessantes páginas de seu apreciável livro de reminiscências.

O curioso e elogiável reside no fato de o ex-instruindo sintetizar, em três únicos qualificativos, porém de alta significação, a personalidade ímpar de seu antigo instrutor, de cujas virtudes e qualidades não pudera esquecer, malgrado o transcorrer do tempo, inexorável enfraquecedor da memória humana.

Dionísio Cerqueira poderia ter omitido o depoimento elogioso sobre o caráter de seu ex-instrutor, o comandante da valorosa, invicta guar-

nição brasileira. Justo e sereno, não quis deixar de se pronunciar sobre o herói daquele dia glorioso, sacrificado em seu posto de comando, poucas horas após a vitória retumbante de nossas armas, exclusivamente brasileiras, já em território paraguaio.

Além do uso dos qualificativos e do advérbio, outras classes de palavras também merecem o devido destaque.

Por exemplo, aquele pronome pessoal indefinido, no plural, sujeito de dois verbos, e sem ser acompanhado de ressalvas quantitativas. Da primeira vez, aparece precedendo o verbo. Da segunda, pospondo-se a ele. A repetição do pronome, *todos*, realça, grandemente, o conceito expedido pelo General Dionísio Cerqueira. E o torna peremptório. Não havia exclusão no rol de indivíduos, certamente, bem extenso. *Todos*, de forma absoluta, porquanto não cabia restrição. Ela era inexistente.

Não apenas entretanto o uso dos qualificativos, do advérbio e do pronome merecem destaque. Há, ainda, dois verbos, com muita propriedade inseridos no conciso texto: *queriam* e *veneravam*. Ambos com variadas acepções.

Vejamos, tão-só, as que cabem na referência citada:

- Querer, é ter afeição a alguém, é gostar dessa pessoa, é estimá-la, também.

- Venerar, é tributar grande respeito a alguém, ter essa pessoa em alta consideração, é tratá-la com respeito e afeição, é acatá-la.

De fato, todas essas palavras valem por uma consagração definitiva.

Convém lembrar que, em 1910, ao ser divulgado o livro de reminiscências, ainda estavam vivos muitos dos antigos combatentes, colegas e contemporâneos de Villagran Cabrita. E, todavia, não se tem notícias de que algum deles se tenha manifestado contrário ao testemunho escrito de Dionísio Cerqueira.

Com efeito, nas numerosas páginas de sua *Correspondência* e nas menos copiosas do *Diário*, ambos escritos em certo período do início da luta fratricida, Villagran Cabrita, ele mesmo, sem jactância, propósito ou idéia de proveito, mas, ao correr da pena, livremente, com a maior naturalidade, espontaneidade, deixou patente quão bondoso, austero e nobre ele era de fato, qualidades essas, entre muitas outras, que sua mãe e a esposa — suas correspondentes habituais — estavam acostumadas, diuturnamente, a constatar e a sentir, jubilosas; e com as quais, ele, filho e marido, as envolvia, com tanta ternura e devotamento.

Um observador perspicaz, ao registrar com três adjetivos qualificativos, um advérbio de tempo, um pronome e dois verbos a sua opinião pessoal, em duas únicas linhas de um livro de memórias, delineou, magistralmente, o perfil daquele que, por seus atributos, virtudes e exemplos de vida, viria a ser aclamado Patrono da Arma de Engenharia, aquele bravo militar, comandante, chefe e líder, que já era, de há muito tempo, o men-

tor e o paradigma dos integrantes dessa briosa Arma de nosso Exército.

A CORRESPONDÊNCIA E O DIÁRIO DE GUERRA DE VILLAGRAN CABRITA

João Carlos de Villagran Cabrita, Major de Artilharia, Instrutor de 1ª Classe de sua Arma na Escola Militar e Fiscal do Batalhão de Engenheiros, embarcou, no Rio de Janeiro, com o grosso do Batalhão, o seu terceiro escalão expedicionário, para juntar-se às forças brasileiras já em território rio-plantense e para participar, ativamente, da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.

Ausente de casa, esforçou-se por manter a família, parentes, amigos e conhecidos bem a par do que lhe acontecia, daquilo que presenciava e do quanto lhe era dado ficar sabedor. Escreveu sobre as peripécias das jornadas, a vida nas marchas e nos acampamentos. Referiu-se às missões recebidas e como elas eram desempenhadas. Não escondeu as provações porque iam passando nossas tropas. Deu notícias, não apenas suas, mas, também, de colegas, parentes, amigos e conhecidos.

Para seu próprio uso, em caderneta de notas, foi registrando numerosas ocorrências, desenroladas, seguidamente, quase dia-a-dia, durante certa época do começo da cruenta e prolongada guerra. Essas anotações devem ter-lhe servido, sem dúvida, de me-

mento para se guiar na hora de regir as suas cartas.

O *Diário*, a que Villagran Cabrita intitulou "Itinerário", consoante as usanças de então, caracteriza-se mais pelo seu aspecto de informativo militar.

Nele acham-se consignados: navios de guerra e de transporte, passadio, alvorada, levantamento de acampamentos, etapas e duração de marchas, condições atmosféricas e do terreno, Unidades, Grandes Unidades e efetivos, preparo de passos, travessias, material de pontagem, tropas e material que atravessam, idas e vindas de Tamandaré, notícias sobre o inimigo e as tropas aliadas, vilas, povoações e lugarejos, pessoas isoladas, população, notícias e boatos, paraguaios passados e aprisionados, gêneros alimentícios e os preços cobrados no "comércio", desempenho dos integrantes do Batalhão de Engenheiros e suas missões, especializadas ou não, nomes de oficiais e de personalidades. E nada destituído de importância e de interesse. Continha novidades, nem sempre encontradas nos diversos autores.

Gasta nisso uma, duas e mais linhas. Usa de linguagem sóbria. Raras vezes se estende sobre os assuntos. É objetivo e direto. Certa ocasião, apenas uma palavra: "choveu", por demais eloquente, porquanto quis deixar notório que, motivado pelo aguaceiro, coisa alguma se pudera fazer naquela jornada.

Dado o seu caráter de informativo militar, o *Diário* muito representará

para a história do 1.º Batalhão de Engenharia de Combate (1.º B E Comb — Batalhão Villagran Cabrita), herdeiro e continuador do Batalhão de Engenheiros, caso o seu arquivo nada ou pouco registre a esse respeito.

Villagran Cabrita remeteu 28 cartas para a esposa, algumas delas bem longas e circunstanciais, e dois bilhetes para o filho, criança recém-alfabetizada, de uns oito anos de idade.

Desconhecem-se, desafortunadamente, os conteúdos das missivas endereçadas a outros destinatários, cujos nomes ele consigna em suas cartas. E essas e outras pessoas citadas em suas epístolas são, em grande maioria, de impossível identificação nos tempos atuais, uma vez que foram referidas, apenas, pelo nome de batismo ou pelo apelido, este, só costumeiro na intimidade familiar, ou nas rodas de amigos mais chegados.

Buscou manter atualizados a *Correspondência* e o *Diário*, que a ambos deu início no mesmo dia em que aportou em Montevideu: 11 de junho de 1865.

O último lançamento no *Diário* ocorreu em 10 de dezembro de 1865, feito no acampamento além do arroio Sombreiro e já no exercício do cargo de comandante do Batalhão de Engenheiros, embora em caráter particular. Datou sua carta derradeira de 15 de março de 1866, assinalando que se encontrava acampado na cidade argentina de Corrientes, no desempenho de afanosa e urgente missão, ordenada pelo General Osório, pessoalmente.

Nenhuma nota explicando a interrupção definitiva, posto que involuntária. Não se sabem, por conseguinte, os motivos que forçaram o redator a suspender os seus trabalhos com a pena. Ele próprio, todavia, vez por outra, alega que lhe vai escasseando o tempo livre; os encargos, sempre aumentados; a responsabilidade, cada dia crescente; o esforço físico, intenso e continuado, durante as jornadas, a exigir mais repouso para o corpo moído de cansaço; e ele não queria se afastar por muito tempo dos lugares em que as frações de sua Unidade se encontravam empenhadas em diferentes tipos de serviço.

Na *Correspondência*, de cunho pessoal e íntimo, Villagran Cabrita como que se desnuda. Manifesta-se o homem e o profissional que realmente deveria ter sido, e o foi, de fato: de bom coração, caráter, sensível, amigo, companheiro, colega, leal, franco, disciplinado, disciplinador, justo, zeloso, interessado, preocupado, compreensivo, educado, reto, humano, trabalhador, ativo, patriota, pundonoroso, soldado, chefe e líder, vibrador, sem esmorecimento, modesto, cordial, sensato, bom conselheiro, apaziguador, amantíssimo filho, esposo e pai.

Em seus escritos, não rememora o período passado como instrutor no Exército paraguaio, em 1851 e 1852. Não alega méritos próprios capazes de o terem designado para desempenhar essa missão de duplo caráter: diplomático e militar. E, por ter permanecido na terra guarani por mais

de 13 meses, não se arvora em profundo conhecedor de assuntos sobre aquela República. E só ligeiramente haverá de se referir ao que constataria durante a sua estada no estrangeiro. Tudo quanto precisara revelar à esposa, é evidente, já tinha contado a ela, com todos os pormenores, sem fugir a seus pedidos de esclarecimento. Não deixou, porém, de dar suas alfinetadas em certos costumes e crendices dos guaranis.

Não invoca a sua classificação na Escola Militar e no Batalhão de Engenheiros, comissões privilegiadas, todos o sabiam, como devida à sua competência e tirocínio. Assim também não faz praça de sua experiência, conhecimentos e dedicação, de vez que se encontrava, por tanto tempo seguido, exercendo aquelas funções de instrutor e fiscal, e, em algumas oportunidades, de comandante interino. Não se tem na conta de insubstituível. Nada obstante, manifesta que gostaria de permanecer mais tempo ainda no exercício dessas mesmas funções.

O que Villagran Cabrita escreve sai-lhe da pena, sem retoques, com a espontaneidade ditada por seu coração generoso, de homem de sentimentos e mente aberta. Tudo vinha a ser a expressão da verdade. Como tal, deve ser considerado, também por todos nós, nos dias que correm.

Villagran Cabrita fala de si próprio. Como não? Porém, mais, para responder ao que ela, a esposa, escrevera perguntando, afirmando, ponderando, aconselhando, ou até, para bolar com os sentimentos dele.

Ele fala, bastante mesmo, sobre os companheiros e a respeito do “seu” Batalhão. Cita os boatos, lá denominados “rodela”. Desdiz inverdades antes circuladas. As notícias que ele envia são notícias boas. E a esposa, solícita e solidária, saberá transmitir-las às esposas e famílias interessadas, saudosas como ela mesma, e sempre ansiando por ler ou inteirar-se do conteúdo de correspondência vinda de tão longe, demorada, embora não dirigida a elas expressamente.

Aos oficiais, de qualquer posto, cujos nomes completos ela conhece bem, porque acostumada a ouvi-los pronunciados, refere-se ele por seus nomes de guerra, apenas. Por vezes, até pelos apelidos. Ótimas revelações faz nesse terreno, porquanto, sem tê-los consignado em seus escritos, uns e outros ficariam ignorados para sempre.

Não esconde da esposa o quanto está ganhando, em libras esterlinas ou em bolivianos, se em ouro ou em prata. Dá-lhe, prático e gentil, a cotação, no Rio de Janeiro e no da Prata. Remete-lhe o mais que pode, tão logo dispõe de portador idôneo e de confiança. O nome dele e a quantia remetida vão escritos na carta. Guarda pouco para seus gastos pessoais e deixa essa soma registrada no texto. Suas necessidades são mínimas, assim como as suas exigências. E ainda presta favores aceitando ser correspondente de um ou outro conhecido, a quem passa a entregar, mês a mês, umas quantas libras esterlinas, como mesada, a serem pa-

gas à esposa, no Rio de Janeiro. E reza para não levar calote.

Mostra-se revoltado com os preços que o “comércio” cobra pelo necessário ou pelo supérfluo. E, a cada passo que dão para a frente, rumo ao Paraguai, os negociantes elevam esses preços. Adverte a esposa, todavia, que, com os gêneros e mais a ração de carne distribuídos, procura pôr-se a salvo dos vendedores de variadas nacionalidades, porém de ganância igualada. Para ela ter uma idéia e poder comparar, fornece-lhe uma curiosidade: a relação de comestíveis e preços, de lá e daqueles de que se lembrava, correntes no Rio de Janeiro, antes de seu embarque para o Sul.

Escreve que se regala, de cada vez, com generosas porções da goiabada que ela remete, guloseima rara por lá, de qualidade ruim e, quando aparece, com preço exorbitante.

Certo dia, é roubado. O desertor leva-lhe dinheiro e, também, objetos de uso bastante necessários. A quantia foi pequena, porque, nas vésperas, remetera dinheiro para o Rio de Janeiro. Não se volta contra o larápio. Compreensivo, diz, tão-somente, que ele devia ter gostado da vida no campo e resolvera instalar-se, devidamente, no vilarejo mais próximo.

Terminado o seu estoque de certo medicamento homeopático, assevera que não se apertara. Medrava pelos campos afora a “bisnaga” e seus soldados colhiam boa quantidade para ele. Surtia o efeito desejado, era de fácil renovação e nada lhe custava. A natureza generosa a lhe propiciar,

com facilidade e fartura, o tratamento de que necessitava.

Seu filho pequeno não lhe sai da lembrança. Diz não poder ver petiscos nos campos sem lhe dar vontade de pegar um para o menino. Junta figurinhas, caixinhas com estampas, dinheiro estrangeiro, em papel, e os remete para o filho.

Reclama do muito dinheiro gasto pelo Brasil em benefício, principalmente, dos argentinos, que, declara ele, se arvorarão, mais tarde, em únicos ganhadores da guerra.

Certa feita, irônico e divertido, procurando incentivar parente seu que pleiteava um cargo governamental, sem êxito mas, parece, que forceje, pois "Não se pegam frutas às bragas enxutas". Usa, assim, um ditado antigo, expressivo, mas pouco empregado atualmente. De outra vez, para o mesmo indivíduo, pelo idêntico motivo, alerta-o que ele deve ser "C D F", mas escreve isso por extenso e sem aspas. Vê-se, desse modo, que a expressão, usual, mormente nos meios estudantes, já tinha curso livre e intenso naqueles recuados tempos.

Não se pode conter. Em cada carta, referências às saudades. Aos votos que faz para que tudo logo termine, a fim de que ele possa voltar para casa, a abraçar seus entes queridos. Chega, até mesmo, a confessar que, não fora a pecha de covarde e de desertor, o dever a cumprir e o exemplo a dar, ele se mandaria para o Rio de Janeiro, em busca do tranqüilo re-

gaço da família.

Reserva uma estocada para Tamandaré. Diz que seus navios, anunciados como a subir e sempre subindo, jamais chegavam até onde se encontravam as forças terrestres.

No entanto, sabe registrar-lhe uma espécie de louvor, ao se referir à ponte construída, a instâncias do Almirante, com as embarcações alugadas pelo mesmo, o qual, interessado e alegre, passava longo tempo à margem do rio, acompanhando a montagem da estrutura desse meio contínuo de travessia.

Nada tolhe a Villagran Cabrita a espontaneidade e o natural desejo de noticiar. Por conseguinte, cita os nossos acampamentos sucessivos, descreve-lhes a desorganização, só superada pela dos argentinos. Enumera as etapas alcançadas, fornece as léguas percorridas em cada uma, os altos para o repouso, os estacionamentos forçados pelos aguaceiros, os acidentes e incidentes do percurso, os locais e localidades, os alagados, os cursos d'água, os vaus, as travessias, e o material de pontagem utilizado e o disponível. Fala sobre diversas unidades, seus efetivos, armamento, comandantes e oficiais, o estado sanitário da tropa, e as baixas aos hospitais.

Quantas informações veicula! É de esperar. Inexistem normas reguladoras da correspondência vinda do teatro-de-operações. Não se dispõe, então, de um serviço de censura postal, para expurgar das cartas os segredos, indevidamente ou não, embutidos nas notícias de fundo mi-

litar. Disso resultou terem, agora, a seu alcance, os historiadores de nossa Arma de Engenharia uma ótima fonte de informações, a ser explorada em seus escritos e palestras.

Mostra-se, Villagran Cabrita, por palavras, frases e orações, um homem temente a Deus, conformado com a sua vontade e desígnios. Devoto de Nossa Senhora, ele, lá longe, sozinho, saudoso dos seus, não a esquece em suas orações, confiante em sua intercessão e valimento infalíveis.

Veza por outra, com a maior simplicidade, deixa extravasar todo o entranhado espírito-de-corpo de que está possuído, ao falar do "seu" Batalhão de Engenheiros, dos oficiais, inferiores e demais praças que o integram, das missões recebidas e cumpridas, das provações por que todos passam, do desempenho na árdua Campanha, e do conceito favorável desfrutado, à custa de labor intenso e contínuo, quer como soldados combatentes, quer como técnicos militares.

Em palavras singelas e frases desataviadas, percebe-se quão veemente e justificado o seu sentimento de puro orgulho, ufanismo, sem dúvida, em servir nessa unidade ímpar, e, mais tarde, em comandá-la.

Mas, como soldado, chefe e líder, imbuído da noção de justiça, se acaso louva, exalta e difunde as boas coisas, também não poupa as censuras e as críticas ao mau proceder de alguns, entre eles, o próprio comandante da unidade, seu predecessor. E, cioso do bom nome do Batalhão, esforça-se para que não haja reper-

cussões negativas fora de seus restritos âmbito e fileiras.

Dessa *Correspondência*, 28 cartas destinaram-se à esposa, pessoa bem a par do quanto se passara, lá na Praia Vermelha, durante o tempo de paz, em vida de pequena guarnição, conhecedora dos oficiais que ali tinham servido, dos que ainda integravam o Batalhão e a Escola, e tinham seguido juntos para a guerra. O marido já contava cerca de 10 anos ininterruptos como instrutor e arregimentado. Era bem antigo no Estabelecimento e na Unidade, pois vinha ali servindo desde quase a sua criação, instalação e organização, em 1855.

À vista do exposto, pode-se concluir que as palavras lançadas no papel de carta só podiam e deviam ter o mesmo sabor e entendimento que aquelas pronunciadas por Villagran Cabrita para a esposa, em momento de grande intimidade, a dois, quando ele discorreria sobre os imprevistos das jornadas, citaria nomes de guerra, postos e apelidos, repetiria as bisbilhotices circulando pela reduzida guarnição praiana carioca, contaria as aperturas econômicas de uns e outros, e analisaria as contingências da vida dos companheiros casados. Esperaria, então, ouvir os comentários dela, para debaterem os tópicos mais importantes. E ouviriam, atentos, deveras interessados, os conselhos, as sugestões, os pontos de vista, a orientação e a opinião que um e outro esposo se daria, por causa disso, daquilo e daquele. Exatamente como ele próprio ia fazendo nas cartas a

ela remetidas. Desse modo ambos se sentiriam distanciados apenas geograficamente.

O serviço continuado, estafante, em condições adversas, e a exigüidade do tempo ocioso forçavam a que somente uma única missiva fosse dirigida e só à esposa. Vinha ela, porém, e freqüentes vezes, com a ressalva, escrita, de que a mãe dele a tomasse como sua e a lesse também. Daí, poder-se classificá-la como correspondência particular, absolutamente pessoal e reservada. Villagran Cabrita, ao escrevê-las, não cuidou que as cartas fossem divulgadas, ou, muito menos, publicadas. Seu conteúdo, pelos tópicos pessoais, bastante íntimos, por vezes referidos, mostrava que elas não se destinavam a outro público. Seu âmbito de circulação e divulgação deveria ser o estritamente familiar.

Por isso mesmo, pela naturalidade com que foram redigidas, e também, sem reservas, e para as leitoras a que se endereçaram, maior veracidade se deve creditar às alusões de Villagran Cabrita relativas ao Batalhão de Engenheiros e às demais notícias que veicula.

Suas duas leitoras favoritas estavam bem ao corrente da vida realmente no Estabelecimento e na Unidade, do desempenho de seus integrantes, e de suas qualidades pessoais e funcionais.

Mentir para essas duas pessoas tão amadas, que acreditavam nele piamente? Inventar fatos ou adulterá-los? Contar vantagens ou bravatas, au-

mentar o que se passava em campanha, para as duas leitoras, tão qualificadas e sabedoras das coisas? Com que intuito? Para que elas próprias o elogiassem em carta de resposta? Para que a esposa e a mãe, maravilhadas, repetissem as mesmas notícias que ele mandava e o enaltecessem perante o pessoal aparentado ou de suas relações de amizade? Para ouvirem elas duas, por sua vez, comentários ou elogios que lhes agradassem? Seria como o "elogio nas costas do pernoite". De nenhum valor, ou, talvez, de valor negativo, contraproducente, e expondo as duas ao ridículo.

Fique-se certo de que, caso fosse intenção de Villagran Cabrita dar conhecimento mais amplo que o estritamente familiar, ou, quem sabe, publicar os textos das cartas, ele teria, então, melhorado a redação delas, acrescentado outros tópicos, todos de interesse geral, distribuído adjetivos qualificativos em penca, e seria bem mais prolixo e pormenorizado.

Mas, não. A intenção de Villagran Cabrita era dar um relato ao seu limitado e muito amado público: sua esposa e sua mãe. E ao filho pequeno, outrossim, como o fez em dois bilhetes personalizados, com o nome completo e o endereço de seu infantil destinatário. Desse modo fica-se sabendo onde a família morava.

As duas mulheres, emocionadas ao receberem as cartas, ao lerem as notícias nelas contidas, ao reverem a letra do querido ausente, sabiam, de sobra, quão verdadeiras e justifica-

das eram as ufanias do missivista. E acreditavam nele.

Em anos bem recentes, o nome ilustre de Villagran Cabrita viu-se alvo de merecida homenagem: a sua inclusão no rol de Patrono e no de uma de suas Cadeiras, a de n.º 75, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, na ocasião em que seu número foi aumentado, a fim de poder acolher, reverentemente, os nomes consagrados de mais alguns de nossos escritores, de militares de prol, e de heróis da Pátria.

Seus *Diário* e *Correspondência*, do tempo da guerra, permanecem integralmente inéditos. Tão logo dados à publicidade, será possível constatar, de modo satisfatório, que Villagran Cabrita, a par dos relevantes motivos por que foi considerado merecedor daquela homenagem por parte do Instituto, gozará de mais uma outra razão, de igual relevância: poderá ser apresentado com foros de escritor e historiador militar. Seus escritos, redigidos com singeleza e espontaneidade, sem a menor preocupação que não fosse a de se comunicar com os que lhe eram tão queridos, constituem, na realidade, a meu ver, preciosas fontes de informação, fontes primárias, do maior crédito, sobre o conflito de tantas vidas. Vidas de irmãos, inestimáveis e insubstituíveis.

VILLAGRAN CABRITA ENFRENTA ANGUSTIANTE SITUAÇÃO

A reforma do Tenente-Coronel

Graduado Francisco de Paula de Avelar Cabrita, por incapacidade física definitiva, esperada como inevitável, há algum tempo, só seria divulgada, oficialmente, no entanto, a 7 de março de 1839.

Esse ato, embora rotineiro e de caráter essencialmente administrativo, mas de efeito inexorável, causaria repercussões várias, algumas de ordem material, e outras, de ordem psicológica. Pois a reforma viria a acarretar um decréscimo sensível nas possibilidades econômico-financeiras dos Cabrita. Se eles já estavam preocupados, antes disso, com o estado de saúde do chefe da família, agora, além dessa preocupação, passariam a ficar mais sobrecarregados com outras, referentes às despesas extraordinárias com o seu tratamento e muitos cuidados.

Com a passagem para a inatividade forçada, sem ter obtido a promoção ao posto imediato ou a efetivação na-quele a que até então atingira como graduado, o soldo do Tenente-Coronel Cabrita iria sofrer duros cortes previstos na legislação vigente.

Os Cabrita depositavam confiança no senso de justiça do monarca adolescente e no daqueles que governavam em seu nome. Sabiam que as dificuldades pecuniárias por que passavam não durariam muito tempo nem seriam sempre tão grandes. Havia, ainda, uma boa possibilidade, uma esperança de melhoria. Tinham conhecimento de que súditos leais nunca haviam sido desamparados pela munificência régia ou imperial.

A família Cabrita considerava como certo que seu chefe seria aquinhado, sem favoritismo, com a concessão de uma tença, pois que fora ferido em combate na Europa, consagrara-se como herói na defesa encarniçada de praça de guerra na Cisplatina, e evidenciara-se dedicado servidor desde a juventude. O Hábito da Ordem de Cristo, expressivos elogios e condecorações atestavam o mérito de quem os recebera.

A tença, um galardão, uma recompensa pecuniária em reconhecimento a serviços prestados e por ter sido agraciado com aquele hábito, uma melhoria no soldo não seria recebida de imediato. Havia, costumeiramente, uma demora de cerca de um ano, entre a formulação da proposta, a tramitação do processo durante o julgamento do mérito, a aprovação no Legislativo, o registro do título, a publicação oficial e a percepção do prêmio.

O Tenente-Coronel Cabrita dedicara, com inteira exclusividade, mais de quarenta e quatro anos de sua existência ao serviço ininterrupto da caserna, e deles, pouco mais de vinte em atividades bélicas dentro e fora do país, o de seu nascimento e o de sua adoção, Portugal e Brasil.

Contando, agora, cinquenta e nove anos de idade, sentindo-se, praticamente, no fim da vida, bem que estava necessitando e fazendo jus à inatividade. Porém, ela viera de modo compulsório, encontrando-o doente e alquebrado.

Que ao menos essa dura contingên-

cia da vida militar se verificasse sem quebra de dignidade, isenta de humilhação, livre de decréscimo sensível em seu padrão de vida social, familiar e doméstica. Era o que esperavam, ele e todos quantos dele dependiam pecuniariamente.

Nesse estágio da existência e pela precariedade de seu estado de saúde, o encanecido soldado não se encontrava em condições de enfrentar a situação, buscando equilibrar a abalada economia doméstica com a obtenção de outra fonte de recursos.

Villagran Cabrita, João Carlos, filho extremoso, dava-se conta de que seus genitores, de muita idade, doentes, prostrados, estavam precisando, mais do que nunca, de toda a ajuda que ele lhes pudesse prestar. O jovem também se preocupava, afligia-se, mesmo, com o bem-estar material e psicológico dos seus entes queridos. Compreendia já ter atingido idade suficiente para dar maior assistência aos pais, concorrendo com dinheiro para a própria manutenção e a da família. Cabia-lhe, agora, a oportunidade de efetivar tal assistência, indo buscar uma nova fonte de renda, a receita suplementar de recursos, a fim de ser mantido o padrão econômico desfrutado pelos Cabrita até aquele momento e pouco antes da reforma.

No entanto, ele se perguntava: que atividade, emprego, trabalho ou profissão lhe renderia o quanto necessitava em dinheiro, prontamente, ou em prazo bem exíguo? Desafortunadamente, ele mesmo conhecia a res-

posta: nenhum deles. Porquanto a ajuda a prestar em casa era para aquele exato momento. Não se tratava, aliás, de uma solução de emergência, temporária, mas, sim, de medida em caráter permanente, e o mais duradoura. Não podia, por conseguinte, dar-se ao luxo de esperar mais tempo. E, quem sabe, já esperrara por demais.

Volvia ele, repetidas vezes, ao seu cismar. Perguntas lhe ocorriam e procurava, em sua mente, encontrar e dar-lhes resposta cabível.

Não seria má idéia conseguir um emprego. Dispondo dele, embora modesto, receberia algum dinheiro. Não muito, é verdade, mas seria de pagamento certo. E no fim do mês de trabalho ou no princípio do seguinte. E, quem sabe, teria cama e comida no próprio local de suas atividades.

Habilitações intelectuais para um trabalho melhor? Essas, não lhe faltavam.

Capacidade física? Ora, era jovem, vigoroso, morigerado, saudável, com disposição. Mourejar o dia inteiro, até a noite, era coisa que não o impressionava.

Mas, era mister guardar as aparências o mais possível. Como não? Um emprego qualquer seria inaceitável. A família não se encontrava em situação de penúria, de miséria ou de indigência, graças a Deus. Precisava ela era de uma suplementação de verba para se manter, apenas, e poder satisfazer pagamentos de despesas correntes, inevitáveis, inadiáveis.

Em conclusão, tratava-se da saúde do pai.

Afinal de contas, perguntava-se o jovem, depois de muito matutar: como obteria ele um emprego aceitável, de pronto, com cujo ordenado pudesse reajustar o desequilíbrio orçamentário.

Não lhe era desconhecido que o Império vinha atravessando um período de sérias dificuldades. Revolução no Norte. Efervescência política aqui e ali. O Governo era exercido pela Regência, em nome do Imperador-menino. Aliás, debatia-se, com fervor, o problema da Maioridade. No Sul, uma guerra que já se prolongava há quatro anos. Os recursos do Tesouro se iam exaurindo. Como, então, encontrar um emprego aceitável, de imediato?

Quantos outros jovens, e homens de mais idade, não estavam nas mesmas condições econômico-financeiras que ele? E aqueles que, ainda por cima, tinham sua situação agravada pela imperiosa necessidade de prover o sustento familiar completo e instantâneo?

Além do mais, pensava, quaisquer dessas soluções não o estaria afastando do chamamento, da vocação, da carreira com que sonhava, aquela que sempre almejava seguir? Deveria ele sacrificar-se a tal ponto? O dever filial, o amor a seus pais podiam impor-lhe tamanho desprendimento?

Era, sem dúvida, uma situação sobremodo angustiante.

Nada obstante, quantos outros jovens, nas mesmas condições, emba-

lados no sonho de melhoria no emprego, considerado por eles como de caráter provisório, não se deixaram desviar da carreira definitiva, aquela em que atingiriam o seu ideal?

Que fazer? Haveria outra solução? De que forma sairia do impasse? Como poderia ele, filho único de pais idosos, doentes, estafados, ajudá-los, dar-lhes contentamento, acalmar-lhes as preocupações, torná-los orgulhosos de sua escolha e resolução, e, ao mesmo tempo, sem prejudicar a carreira de seu agrado e de livre escolha?

Recorrer aos parentes de seu pai, os do ramo mais velho da família Avelar Cabrita, moradores, também, aqui na Corte? Quem sabe? Mas, por quanto tempo seriam capazes de ajudar, ou sentir-se-iam propensos a fazê-lo? Poderiam ou desejariam prestar assistência? Não! De forma alguma, esse não podia ser o caminho a trilhar. A solução ideal não seria encontrada mediante tal processo.

O Tenente-Coronel Cabrita, em acordo com a vasta experiência que a vida lhe concedera, nada dizia. Não reclamava nem se lamentava. Aguentava firme em seu posto. E deixava os pensamentos voarem livres. Aquela fora a carreira de sua escolha. E tudo que alcançara devia ao Exército e sempre se manifestara grato por isso. Lembrava-se de que já se encontrara em piores situações, quando solteiro, sozinho, e também, nos primeiros tempos de casado. Passara ao relento, no campo, em marchas, na defesa de povoação que guarnecia, nos estacionamentos, em combates,

enfrentando sol, chuva, inverno, fome, inimigos, balas, ferimento e hospital. Tudo passara. Era, então, jovem, saudável e esperançoso. Agora, todavia, nessa quadra da vida, as condições estavam bastante mudadas. A saúde se abalando, a velhice pesando, sentindo a proximidade do fim, tornando-se entrave, a família aumentada, as obrigações crescendo.

Todas essas considerações iam agindo em sua mente, e obrigavam-no a pensar com mais frieza. Começavam a surgir coisas inevitáveis, fora de seu alcance em solucioná-las. Entre elas, no entanto, havia algumas que poderiam ser enfrentadas e resolvidas por seus familiares. Passava revista nelas, sem pressa. Todavia, ele continuava calado, imerso em seus pensamentos e sofrimento, deixando a mente divagar. Fosse como fosse, não queria forçar o filho a tomar qualquer decisão precipitada. Ele conhecia bem o rapaz. Sabia-lhe a vocação. Por que atrapalhar? Via estampada na fisionomia do jovem as marcas mais recentes de um novo desassossego. Tinha certeza de que a decisão do filho, ponderada e livre, não tardaria em se manifestar.

A SOLUÇÃO ENCONTRADA POR VILLAGRAN CABRITA

E Villagran Cabrita, por seu turno, continuava a cismar; qual seria a satisfação, o justo orgulho paterno e envaidecimento natural, em saber que seu filho único, o futuro arrimo da família, estava resolutamente decidido a seguir os passos do avô e do

pai, escolhendo e abraçando a mesma carreira que eles, na qual, ele próprio sabia, haveria de destacar-se na sociedade e na profissão, teria seus dias garantidos, e poderia vir a ser o amparo dos seus entes queridos em suas necessidades, velhice e doença?

Não parava af e prosseguia em seus pensamentos. Os pais viveram em aperturas? Os de sua classe pensaram com soldos minguados a vida toda e, por vezes, em grande atraso? E não fora custoso viver tanto tempo com soldo apertado, mal dando para satisfazer os compromissos imediatos? E não fora difícil buscar não comprometer o bom nome da classe, e o seu próprio, evitando converter-se em mau pagador, contraindo dívidas acima de suas posses, e deixando-se enredar por insensíveis e gananciosos agiotas? Quantos colegas seus não tinham capitulado, movidos por circunstâncias adversas?

Sim, de fato. Não obstante, o estado de coisas mostrava tendência para modificar-se. E já vinham apresentando modificações. Sempre para melhor. Educação mais aprimorada, por exemplo, ele próprio, Villagran Cabrita, já recebera. Moravam, agora, de modo mais que permanente, em uma grande cidade, a capital de um Império. Desfrutavam de comodidades antes inacessíveis. Novos tempos estavam surgindo. Reformas já se esboçavam. Outros homens estavam se impondo como chefes militares, dirigentes políticos e administradores. Possuíam eles mentalidade mais aberta para encarar, en-

frentar e resolver os problemas e os fatos. Nova formação profissional ia sendo introduzida na classe a que ambicionava pertencer.

Villagran Cabrita passou revista em todos os acontecimentos familiares dos últimos tempos. Comparou as condições em que seus pais se encontravam com as de outras famílias de militares e com as de algumas de civis com que conviviam. Analisou todas as circunstâncias, que, aliás, já eram de seu pleno conhecimento. Pensou muito a respeito. Não ignorava que as vicissitudes pelas quais o pai estava passando, juntamente com a família, solidária em tudo, eram contingências da vida, que poderiam alcançar qualquer um, indistintamente, não importavam a idade ou a profissão. Seriam mais intensas para uns do que para outros. Apenas isso. E as reações também difeririam.

Entre suas muito frequentes considerações encaixara-se uma idéia fundamental: não devia esquecer-se de que o estado psicológico vivido, principalmente pelo pai, avultava sobre aquele de caráter puramente material que estava influenciando a família toda.

Pesou, refletidamente, as possibilidades que se lhe apresentavam. Durante cerca de dois meses, afligiu-se na busca de uma solução, de resultados positivos, aceitável e compatível com o que tinha em mira. Circulou, sondou, observou, ouviu com renovado interesse. Chegou, por fim, a uma conclusão, através de raciocínio simples e lógico. E foi este: se não

podia concorrer, com o que fosse, para o aumento de dinheiro para as despesas, era obrigação sua, ao menos, deixar de constituir uma parcela nos gastos com a manutenção familiar.

Após ter concluído que não deveria representar um peso no orçamento doméstico, eis que a solução definitiva para o problema surgiu-lhe clara. Podia ser alcançada imediatamente. Constituiria motivo de satisfação e orgulho paterno. Despreocuparia as mentes de seus aflitos e idosos pais. Resolveria, mais do que certo, a questão pecuniária. Acima de tudo, não o levaria a sacrificar a sua própria vocação.

Por isso mesmo, não titubeou. Foi ao encontro dos pais. Declarou o que pretendia fazer. Conversaram muito. Ao final, pediu-lhes a opinião.

O Tenente-Coronel Graduado Francisco de Paula de Avelar Cabrita e D^a Polônia de Villagran Cabrita concordaram, sem exitar. Radiantes, aprovaram o propósito do filho e deitaram-lhe sua bênção.

João Carlos de Villagran Cabrita encontrava-se sozinho na sala. Escolheu uma folha grande, de papel branco, sem pauta. Pegou da caneta. Examinou-lhe a ponta da pena. Limpou-a, cuidadosamente. Tornou a examiná-la. Estava em boas condições. Era quase nova, de fato. Não arranharia o papel nem mesmo faria borões. Destapou o tinteiro. A tinta pareceu-lhe recentemente vazada nele. Limpa, não apresentava borra alguma. Só após essas precauções preliminares, sentou-se à mesa. Estava pronto para lançar a sua decisão no papel. Um grande passo ia ser dado.



LUIZ GONZAGA DE MELLO — Aspirante-a-Oficial (Engenharia — Turma de 1939) pela Escola Militar do Realengo. Ajudante-de-Ordens do General-de-Divisão Cristóvão de Castro Barcelos, Inspetor do 3º Grupo de Regiões Militares, Presidente da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos e Chefe do Estado-Maior do Exército (1943-46), foi nomeado para lecionar Inglês no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Concurado e efetivado, permaneceu no Magistério do Exército, de março de 1946 a julho de 1980, quando se reformou, no posto

de Coronel. Antes da reforma e depois dela, foi Diretor do Centro de Estudos do Colégio Militar do Rio de Janeiro, e da Revista Didática, seu órgão de divulgação. Chefiou, ainda, como convidado, a Subcomissão de Levantamento Histórico do mesmo Colégio. É sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Primeiro ocupante da Cadeira n.º 75, que tem o Tenente-Coronel Villagran Cabrita por Patrono, transferiu-se, oficialmente para a de número 53, cujo Patrono é o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, no propósito de reencetar os trabalhos do seu antecessor, General-de-Exército Reformado Raul Silveira de Melo, o achador dos preciosos restos mortais de Ricardo Franco, e seu ilustre biógrafo. Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar, possui as medalhas Militar (passadeira platina) e Marechal Trompowsky.



MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM CASO CONCRETO

José Lopes de Oliveira

Neste artigo, o autor discute a autenticidade da memória oficial relativa às organizações militares do Exército, através da análise histórica sobre a origem do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BISI).

No dia 12 de janeiro de 1616, quando Francisco Caldeira de Castello Branco desembarcou em terra amazônica e mandou construir o Forte do Presépio, com ele desembarcaram três companhias de infantaria, com um efetivo total aproximado de 150 homens, comandados pelos capitães Álvaro Netto, Pedro de Freitas e Antônio da Fonseca. Essas companhias foram reforçadas, três anos depois, por 80 soldados vindos de Pernambuco e chefiados por Bento Maciel Parente. Foi esse conjunto de soldados que serviu de quadro para incorporar às suas fileiras colonos e índios, conforme fossem às necessidades de guerra. E essa organização perdurou, embora pouco consistente, até a metade do século seguinte, quando se assinala a presença de quatro companhias avulsas de infan-

taria paga, cada uma com um capitão, um alferes, dois sargentos, quatro cabos de esquadra e quarenta soldados.

Não há conveniência, para nosso objetivo, detalhar os serviços prestados por essa tropa. Embora de organização fluída, regia-se ela por um regulamento bastante minucioso e que, estando em vigor pelo menos até 1694, fora mandado imprimir, em 1570, pelo rei D. Sebastião, com o título de “Regime dos Capitães Mores e mais Capitães Oficiais das Companhias de Gente de Cavalo e a Pé”

As cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a seu irmão, o Marquês de Pombal, descrevem, desde a chegada daquele em Belém, o miserável estado em que encontrara a tropa, e a necessidade urgente de vesti-la, pagá-la, aquartelá-la e aumentar seus efetivos.

A consequência foi a chegada à sede do governo paraense, no dia 19 de julho de 1753, de dois Regimentos de Infantaria, que tomaram a denominação, um, de "Regimento da Cidade", por destinar-se a guarnecer Belém, e, o outro, de "Regimento de Macapá", por dever servir à guarnição da fortaleza de Santo Antônio de Macapá, e dar, também, guardas para as demais fortificações da área. Neles foram incluídos os poucos soldados do antigo Corpo de Infantaria.

Somente em 1802 alterou-se essa organização da infantaria, quando então foi enviado para Belém o Regimento de Extremoz, a fim de fazer face à ameaça de ataque francês. Passaram, então, os Regimentos a ter a numeração de 1º a 3º, na ordem de chegada em Belém.

A Junta Provisória organizada em Belém após a adesão do Pará à Independência do Brasil resolveu, ainda em 1823, dissolver os três Regimentos de Infantaria, fundindo-os em um só, ao qual foi dado o nome de Regimento Imperial.

A reorganização do Exército, em 1824, sob o signo do Brasil independente, numerou novamente as unidades do Pará, que passaram a ser os 24º e 25º Batalhões de Infantaria. Foi essa tropa que, com seus oficiais e praças altamente politizados, participou de todos os motins que envolveram brasileiros e portugueses até o ano de 1831. Neste ano, o 24º Batalhão de Infantaria passou a denominar-se 16º Batalhão de Caçadores (16º BC). O 25º Batalhão de

Infantaria foi dissolvido, aparecendo, no entanto, na história da Cabanagem, um batalhão da Guarda Nacional com esse número. A confusão gerada pela rebelião cabana fez com que os próprios revoltosos desarmassem a tropa-de-linha, o que foi mandado executar por Francisco Vinagre, Comandante das Armas do novo governo, desaparecendo o 16º Batalhão de Caçadores.

Independentemente dos acontecimentos do Pará, o governo imperial, em 1834, havia reorganizado mais uma vez a tropa regular, passando o Pará a contar com os 4º e 5º Batalhões de Caçadores (4º e 5º BC), cujos "cascos" vieram do Sul com o governador legal nomeado, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues. Com esses dois batalhões, reforçados com outros vindos depois, os legalistas deram combate aos cabanos.

Em 1839, a Regência fez sua última reorganização das forças de terra, que, no Pará, limitou-se à mudança de números, pois permanecendo o 4º Batalhão de Caçadores, transformou-se o 5º BC em 9º BC. Já no Segundo Império o Pará foi contemplado com a criação do 5º Batalhão de Fuzileiros, unidade bem mais poderosa do que os batalhões de caçadores, pois estes se constituíam de seis companhias, com efetivo total de 557 homens, enquanto que aqueles enquadravam 882 homens em oito companhias.

Em vista da precariedade de informações, e até pesquisas históricas mais aprofundadas, admitimos que

a província do Pará, incluindo o governo do Rio Negro e as fronteiras, teria, na primeira metade do século XX, para sua defesa, o 4º BC, o 5º Batalhão de Fuzileiros e o 4º Batalhão de Artilharia a Pé. E este era o efetivo paraense quando, como vamos ver adiante, atribuiu-se o nascimento do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BISI), à criação, em 1842, do Corpo Fixo de Caçadores do Piauí.

Em 1851, abre-se uma nova fase de organização do Exército, e Belém aquartela o 11º Batalhão de Infantaria (11º BI), ganhando a nova província do Amazonas um Corpo de Guarnição Fixa, com quatro companhias de infantaria. Não há dúvida de que a tropa-de-linha de infantaria que representou o Pará na Guerra do Paraguai, de 1865 a 1870, foi este 11º BI, com quadros e tropa paraense.

Em 1883, abre-se um novo caminho a ser seguido pelo estudo do histórico do 2º BISI. Em fins de fevereiro daquele ano, o 11º BI foi removido para Fortaleza, Ceará, por troca com o 15º Batalhão de Infantaria (15º BI), ali sediado até então. Não houve, como muitos pensam, uma renumeração, e sim uma transferência devido à atitude antiescravista tomada pela unidade cearense, “como se nesta região a idéia abolicionista precisasse do poderoso concurso dos heróis desterrados. Aqui vem o brioso batalhão encontrar a mesma família e nós, em nome dos abolicionistas da Amazônia, sauda-

mo-lo com a expressão da mais viva simpatia” (*Diário do Grão-Pará*, de 14 de março de 1883, citado por J. A. Saraiva Câmara, em sua Biografia do General Tibúrcio). Como sempre acontece em casos de mudança coletiva a título de punição, aos poucos os componentes — oficiais e praças — de uma e outra província foram conseguindo regressar à terra natal, e, logo, o 15º BI, em Belém, já contava novamente com seu efetivo paraense, enquanto que o 11º BI, em Fortaleza, se constituía, tão-somente, de cearenses.

No histórico do 15º BI constam o seu apoio decisivo à proclamação da República, em Belém, e sua destacada atuação na Campanha de Canudos. A numeração da unidade não se alterou até 1908, quando, pelo decreto nº 6.971, que remodelou todo o Exército, passou a tropa infante do Pará a ter o designativo de 47º Batalhão de Caçadores (47º BC). Em 1919, pelo decreto nº 13.916, o 47º BC deu lugar ao 26º Batalhão de Caçadores (26º BC), que chegou aos nossos dias atravessando toda a fase revolucionária de 1922 a 1930, participando do combate à revolta paulista de 1932 e tendo parte saliente nas agitações extremistas de 1935 e 1938, sempre ao lado da lei e da ordem. Durante a II Grande Guerra, o 26º BC preparou os contingentes destinados à Força Expedicionária Brasileira e às diferentes guarnições criadas para a guarda do território nacional. Em 1964, sua atuação foi decisiva para a tranqüila vitória da

Revolução daquele ano, tanto em março como em junho.

Finalmente, o decreto nº 65.135, de 11 de setembro de 1969, em modernização necessária, o 26º BC transformou-se no atual 2º Batalhão de Infantaria de Selva.

* *

Uma “Síntese Histórica do 2º BISI” datada de agosto de 1970, distribuída aos quartéis regionais, informou que:

“Por decreto nº 2.263, de 6 Out 860, foi criado o Corpo de Guarnição do Piauí. Por Aviso Ministerial de 17 Mai 865, o 15º BI, integrando a guarnição do Amazonas, com sede em Manaus... Em 11 Fev 909, passou a denominar-se 47º BC, com sede à Praça Justo Chermont...”

Um “Esboço Histórico do Exército na Amazônia”, impresso pelo Comando Militar da Amazônia, em 1971, no capítulo “Síntese Histórica da 8ª Região Militar”, disse:

“Por decreto nº 214, de 20 de agosto de 1842, foi criado o Corpo Fixo de Caçadores do Piauí. Por decreto nº 782, de 19 de abril de 1851, foi transformado em 1/2 do Piauí (?). Por decreto nº 2.262, de 6 de outubro de 1860, houve a mudança de denominação para Corpo de Guarnição do Piauí. Por decreto nº 3.555, de 9 de dezembro de 1865, houve a mudança de denominação para 15º Batalhão de Caçadores. Por decreto nº 4.672, de 12 de agosto de 1870, continuou (?) no Paraguai. Por decreto

nº 10.015, digo 10.015, de 18 de agosto de 1888, tomou a denominação de 15º BI, integrando a guarnição de Manaus...” Depois de afirmar que o 15º BI teve 46 anos de vida, tomou parte na Guerra do Paraguai e na Campanha de Canudos, continua o autor ou autores do “Esboço...”, somente então, fazendo a vinculação de uma unidade de infantaria a Belém do Pará:

“Portaria de 28 de novembro de 1908, foi criado (*sic*) o 47º Batalhão de Caçadores, organizado com as três companhias do 15º BI, com sede em Belém do Pará.”

A seqüência acima foi adotada pelos comandantes do 2º BISI, para fixar a data de aniversário de sua unidade em 20 de agosto. A Ordem do Dia desta data, de 1971, comemorativa do 129º aniversário do batalhão, reza:

“Da História emerge o ato rotineiro da criação da nova Unidade do Exército: 20 de agosto de 1842. Surgia o Corpo Fixo de Caçadores do Piauí...” E, adiante, repetindo o “Esboço...” acima transcrito, forma uma singularíssima sucessão: “Corpo Fixo de Caçadores... Corpo de Guarnição do Piauí... 15º Batalhão de Caçadores... 26º Batalhão de Caçadores, ainda tão lembrado... e hoje o nosso 2º Batalhão de Infantaria de Selva...”

Mais difícil torna-se a história do 2º BISI, à medida que decorrem os anos, e a cada aniversário acrescenta-se mais um duvidoso elo. Como exemplo, o boletim comemorativo

publicado em 20 de agosto de 1988 repete que o 2º BISI foi criado através do decreto imperial de 20 de agosto de 1842, como Corpo Fixo de Caçadores do Piauí, com sede em Teresina (que foi fundada em 1852, para ser a capital da província, até então em Oeiras). E prossegue: em 6 de outubro de 1860, novo decreto imperial mudou sua denominação para Corpo de Guarnição do Piauí, mantendo a sede na mesma cidade. Cinco anos mais tarde, no dia 9 de dezembro de 1865, passou a chamar-se 15º Batalhão de Caçadores e a integrar a guarnição do Amazonas, com sede em Manaus. Posteriormente, sua sede foi transferida para Belém. Como 15º BC, o batalhão teve participação ativa na Guerra do Paraguai (durante a referida guerra, não existiam batalhões de caçadores, mas somente batalhões de infantaria. O 11º BI já havia partido, em março, para o sul, de Belém). E prossegue: Permanecendo (*sic*) em Belém, o 15º tomou a denominação de 15º BI, através do decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888. Através de uma portaria, foi criado o 47º BC, renumerado para 26º BC, e, finalmente, para 2º BISI, este em 1969.

* *

Estabelecida a linha de parentesco do 2º BISI, com suas raízes fixadas na fundação de Belém, fortes laços coloniais e firmes ligações no Império, alongadas na República, não vislumbramos qualquer possibilidade de

sua dependência, sequer colateral, com a tropa do Piauí ou do Amazonas. Além do mais, até ironicamente, na organização de 1831, caberia ao 16º BC, de Belém, o encargo de fornecer tropas, se necessário fosse, ao Maranhão e ao Piauí.

Por mais que nos esforçássemos, não conseguimos descobrir por quais insondáveis caminhos da pesquisa histórica chegou-se a tão estranhos resultados. Procuramos investigar sobre se, em determinado momento histórico o 15º BI, de Fortaleza, vindo para Belém por troca com o 11º BI, poderia ter estado vinculado ao Corpo Fixo de Caçadores do Piauí, mas, ao contrário, verificamos que, por decreto de 1º de dezembro de 1824, foram criados, simultaneamente, o 22º BC na capital cearense e o 20º BC, no Piauí (Apud Barroso, 1978, 47), o que afasta qualquer possibilidade de sucessão de um para outro.

A permanência da data em que atualmente é comemorado o aniversário do 2º BISI — 20 de agosto — fará com que a infantaria paraense perca duzentos anos de história. Cabe, pois, reconhecer que, por sua cadeia evolutiva, deveria o batalhão comemorar seu aniversário em 12 de janeiro, quando a tropa vinda do Maranhão, em 1616, pisou no promontório que, depois, suportaria o forte do Castelo; ou poderia ser o dia 19 de julho, que marca a chegada, em 1753, dos regimentos vindos de Portugal, sendo um o da Cidade.

* *

Em 1984, o comando do 2º BISI requereu, por intermédio do comando regional, a concessão do Estandarte Histórico para a Unidade, argumentando com a genealogia citada a partir das três Companhias participantes da fundação de Belém, do Regimento da Cidade e das unidades intermediárias, até chegar aos 11º e 15º BI, que se continuaram nos 47º BC, 26º BC e 2º BISI. A base principal do pleito estava no combate ao inimigo estrangeiro por seu elemento formador, o 11º BI.

O pedido foi negado.

“O 11º BI”, diz o estudo enviado ao Cmt do 2º BISI, “não é elemento formador do atual 2º BISI. Aquele batalhão, inicialmente sediado em Belém, sofreu *sucessivas* mudanças de sede, terminando sua cadeia evolutiva no atual 17º BI (Cruz Alta, RS), *que herdou a honraria do Estandarte Histórico devida ao 11º BI* por ter o mesmo participado de luta contra o inimigo externo”.

Houve recurso, calcado no fato de o 15º BI, reconhecido pelo mencionado estudo como elemento formador 2º BISI, ser oriundo do 14º BI, de Fortaleza, e este ter participado da Guerra do Paraguai com idênticas honra e glória. Argumentou-se ainda que, se por outro lado, o 2º BISI descendia do 15º BI, do Piauí, por renumeração, este, como os 11º e 14º BI, também havia tomado parte naquela guerra.

Finalmente, foi aceita a argumentação, e o 2º BISI foi agraciado com o Estandarte Histórico, por ter como

elemento formador o 14º BI, de Fortaleza, ou o 15º BI, de Terezina, mas não o 11º BI, de Belém do Pará.

O caso concreto relativo ao histórico e ao estandarte do 2º BISI, não obstante a aridez do tema e o enfadonho da exposição, serve para demonstrar o efeito perverso causado por seguir-se a evolução de uma Unidade e a concessão de honrarias por meio da renumeração da OM, e não pela continuação na sede de uma outra que deve herdar o vínculo legal e o acervo da OM anterior, como bem lembrou o Cel Davis Ribeiro de Sena, em artigo na *Revista do Exército Brasileiro* (Abr/Jun 88), a respeito do atual 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

A Comissão de História do Exército, criada posteriormente aos episódios que narramos referentes ao 2º BISI, possui uma “Subcomissão de Memória Institucional”, à qual, cremos, competirá a coordenação da pesquisa e o estabelecimento correto dos fatos que determinarem a história das OOMM desde sua criação, de suas instalações físicas, dos uniformes de seus componentes, de suas mudanças de sede e de designação, e de sua posição social face à comunidade em que vive.

Caberá, pois, a essa subcomissão o encargo de orientar seus representantes nas sedes das Regiões Militares, os membros dos Institutos Históricos Estaduais, os sócios efetivos e correspondentes do Instituto de Geografia e História Militar do Bra-

sil, de modo a ser seguida uma única diretriz no estudo de tais aspectos.

E só então, quando a OM designada por sua Denominação Histórica, abater nos desfiles seu Estandarte Histórico ante o Símbolo da Pátria, não estarão somente em suas fileiras os soldados orgulhosos das honrarias que forma concedidas à sua Unidade por seu passado glorioso, mas também, e principalmente, todos os filhos da terra que, por seus ancestrais, ajudaram a merecê-lo.

Assim, e somente assim, as honrarias mencionadas tornar-se-ão lídimos elos de ligação, nas guarnições militares, entre seus componentes e a população civil.

REFERÊNCIAS

- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro — *Compêndio das Eras da Província do Pará* — Universidade Federal do Pará, Belém, 1969.
BARROSO, Gustavo — *História Militar do Brasil* — 2ª ed., Cia. Ed. Nac., Rio, 1938.

- CÂMARA, José Aurélio Saraiva — *Um Soldado do Império. General Tibúrcio e seu Tempo*. Liv. José Olimpio Ed., Rio, 1978.
CUNHA, Euclides — *Obras Completas*. Ed. Aguiar, Rio, 1966.
FRAGOSO, Augusto Tasso — *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, Bibliex, Rio, 1959.
GALVÃO, Walnice Nogueira — *No Calor da Hora*. Ed. Ática, Rio, 1974.
JOURDAN, E. C. — *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Imprensa Nacional, Rio, 1893/94.
MENDONÇA, Marcos Carneiro de — *A Amazônia na Era Pombalina* — Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, S/D.
OSÓRIO, Fernando Luiz — *História do General Osório*. Edição fac similar. Tip. G. Leuzinger e Filhos, Rio, 1894.
PEREIRA, Andres — *Relação do que há no Grande Rio das Amazonas Novamente Descoberto*. Ano de 1616 — Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. T. I. — Belém, 1968.
SCHNEIDER, L. — *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870)*, Imprensa Militar, Rio, 1923/1928.
ODRAG — *Ordens do Dia da Repartição do Ajudante General do Exército*, Rio, 1864 a 1971. 1897.



Cel Ref Inf JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA. Nascido em Santiago do Boqueirão (RS) e radicado em Belém (PA). Cursos: CMPA, EMR, EsAO, ECEME, Planejamento da FGV e Avaliação de Projetos da UFPa. Membro efetivo do Instituto Histórico do Pará. Fascinado pelo norte brasileiro, e principalmente pelo seu interior, tem, por isso, cinquenta anos de vivência amazônica, voltados para seus problemas históricos e geográficos.



A MISSÃO DE INSTRUÇÃO DO EXÉRCITO NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL (1909-1932)

Coralio B. P. Cabeda

Assunto de interesse, sobretudo, dos pesquisadores de História.

Durante o longo período de insurreições civis e militares, iniciado após a Proclamação da República e prolongado até a década de 30, foi a Brigada Militar do Rio Grande do Sul um esteio da nova ordem política estabelecida em 15 de novembro de 1889.

Criada às vésperas da eclosão da Revolução de 1893-95, pelo Dr. Fernando Abbott, então Presidente do Estado,¹ tinha objetivos claramente expressos no artigo 6.º de seu Regulamento: “zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis”.

E, no desempenho dessa missão, houve-se sempre com notável disciplina, destacada eficiência militar e irrepreensível fidelidade ao governo do Estado.

Entretanto, talvez pouco conhecido seja o relacionamento da corporação com o Exército Brasileiro ao longo dessas quatro décadas.

Devemos recuar aos tempos da propaganda republicana para encontrar as origens das relações entre o Exército e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e, em consequência, com a Brigada Militar.

Isto porque, o Dr. Júlio Prates de Castilhos, líder máximo do PRR, sou-

bera capitalizar as simpatias da oficialidade do Exército, apoiando fundo, a célebre "Questão Militar".

Com o advento da República, tornou-se o PRR a força política dominante no Rio Grande do Sul, substituindo no poder o Partido Liberal, chefiado pelo Conselheiro Gaspar Silveira Martins.

Inspirador e redator da Constituição positivista de 14 de julho de 1891, foi Castilhos o grande aliado de Floriano Peixoto no sul do Brasil, onde lideraria até a sua morte, em 1903.

O sucessor por ele escolhido, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, governaria o Rio Grande do Sul por um quarto de século, apoiado na Constituição redigida por Castilhos e em dois pilares de rígidas normas de hierarquia e disciplina: o Partido Republicano Rio-Grandense e a Brigada Militar.

A influência marcante desses dois homens se estenderia, também, à mocidade militar, haja vista que o Rio Grande do Sul sediava, além de importante guarnição, a Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (até 1903) e a Escola Militar de Porto Alegre.

Assim, não é de estranhar que entre os signatários do manifesto do Bloco Acadêmico Castilhistas, em 1907, figurassem ao lado dos futuros políticos Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso, os futuros generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Salvador César Obino.²

Considerando-se essas vinculações políticas tão estreitas, mais a camaradagem das armas na guerra civil (1893-95), nada mais natural que oficiais superiores do Exército alcançassem o Comando Geral da Brigada Militar. Foram eles os Coronéis Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz (1892-1896), José Carlos Pinto Junior (1897-1909), Cipriano da Costa Ferreira (1909-1915) e João de Deus Canabarro Cunha (1932-1937). Acrescente-se, ainda, que uma das unidades de maiores tradições guerreiras da Brigada Militar, o 1º Regimento de Cavalaria (atualmente 1º Regimento de Polícia Montada), tem como patrono o Coronel Fabrício Batista de Oliveira Pilar, oficial do Exército morto em combate em 1894.

O sopro renovador que, sob a inspiração do Marechal Hermes da Fonseca e do Barão do Rio Branco, alcançaria o Exército Brasileiro, também beneficiaria a Brigada Militar, pois, a partir de 1909, passaria a contar com a dedicada colaboração da "Missão de Instrução".

Esta antecessora da chamada "Missão Indígena", que tanto marcou e influenciou a renovação de nosso Exército, seria em grande parte a responsável pelos elevados níveis de adestramento e eficiência da milícia rio-grandense em todas as campanhas em que foi chamada a intervir.

Saliente-se que a Brigada Militar do Rio Grande do Sul somente utilizou como instrutores oficiais brasileiros, não tendo contratado os serviços de missões estrangeiras, como o fi-

zaram outras forças públicas estaduais.

Podemos considerar como data inicial da "Missão de Instrução" o dia 10 de julho de 1909, quando o Ministro da Guerra, General Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, através do Aviso nº 971, colocava à disposição do governo do Rio Grande do Sul o 1.º Tenente Ruy França, para servir como instrutor da Brigada Militar. A 3 de setembro, era o 2.º Tenente Francisco De Lorenzi nomeado para a mesma finalidade.³ Os dois oficiais foram comissionados no posto de Capitão.

Começava, assim, uma longa e profícua colaboração.

Ao longo dos anos, quase três dezenas de oficiais trouxeram à Brigada Militar o concurso do seu saber. Alguns chegaram muito jovens, simples Aspirantes ou Tenentes; outros, ligaram-se à corporação por praticamente toda a sua carreira militar e vários deles alcançaram o generalato.

Seus nomes (em ordem alfabética): Adalberto Pompílio da Rocha Moreira, Agnelo de Souza, Alcides Alves da Silva, Alcindo Nunes Pereira, Amyr Borges Fortes, Anatólio Baekkel, Antônio Dias Teixeira de Mesquita, Armando Nestor Cavalcanti, Arthur Otaviano Travassos Alves, Augusto Soares dos Santos, Cícero Perfeito Ferreira, Emílio Lúcio Esteves, Estêvão Taurino de Rezende Neto, Francisco De Lorenzi, Hélio Peres Braga, Henrique Beckmann Filho, Heraclydes Fontela de Oliveira, Inocêncio Travassos Souto, Jayme da

Costa Pereira, João Alves Corrêa Neto, João de Deus Canabarro Cunha, José Galvão Saldanha de Menezes, Leopoldo Barros de Biten-court, Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, Paulo Luiz Fernandes Bidan, Raymundo Austregésilo de Lima Bastos e Ruy França.⁴

A atividade dos instrutores foi muito ampla, pois estendeu-se à elaboração e organização dos regulamentos, à instrução dos efetivos e preparação dos quadros, à arbitragem de exercícios e manobras, à seleção do armamento a adotar, ao estudo da reorganização da milícia, ao assessoramento do Comando Geral durante os períodos revolucionários e, como coroarmento, o próprio comando de forças em campanha.

Importa destacar que, desde o estabelecimento da Missão, os seus componentes fizeram parte do Estado-Maior da corporação.⁵

No tocante aos regulamentos, o labor dos instrutores foi no sentido de manter a Brigada Militar atualizada com as reformas implantadas no Exército Brasileiro, a partir da fecunda gestão do Marechal Hermes da Fonseca.

Nesse sentido, passaram a ser adotados na corporação os mesmos regulamentos vigentes no Exército, com as devidas adaptações e modificações, ou, quando fosse necessário, elaborados novos regulamentos.

No seu acervo de realizações podemos assinalar os seguintes regulamentos: Esgrima e Ginástica (1910), Instrução de Cavalaria (denominado

“Regulamento Caetano de Faria”) (1912), Instruções Gerais para Manobras e Instruções sobre Marchas, Serviços de Segurança e Sinaleiros (1913), Ordenanças de Toques de Corneta e Clarim, com as modificações e ampliações efetuadas pelos instrutores, segundo o Plano Geral do Exército (1915), Guia dos Trabalhos de Campanha (elaborado pelos instrutores) (1915), Esgrima de Espada (de autoria do Capitão do Exército Domingos do Nascimento, autor da obra *Homem Forte*) (1915), Regulamento de Instrução (RI), Exercícios de Infantaria (REI) e o de Manobras do Exército, organizados pelo grande Estado-Maior do Exército, Tiro para Infantaria e Metralhadoras, juntamente com a adoção do modelo de Caderneta de Tiro do Exército (1918), o chamado “Regulamento Armando Jorge”, para equitação (1918), etc.⁶

Em 1921, como consequência da vinda da Missão Militar Francesa, modificou-se a organização do Exército. Foram, então, substituídos os regulamentos decorrentes dos ensinamentos colhidos pelos oficiais brasileiros arregimentados no Exército Imperial Alemão, pelos vigentes no Exército Francês, que enfatizavam os grupos de combate.

Acompanhando a nova organização implantada no Exército, na qualidade de sua reserva de primeira linha, também a Brigada Militar foi reorganizada em 1922.

Não menos importante foi a ação

dos instrutores na preparação dos quadros da corporação.

Encontraram eles decidido apoio na pessoa do Coronel Afonso Emílio Massot, Comandante Geral no período 1915-1925 e que fora professor na vida civil.

Em sua ação de comando, sempre procurou estimular o desenvolvimento intelectual de oficiais e graduados, organizando cursos e proporcionando as condições para sua frequência, tornada progressivamente obrigatória para fins de promoção.

Assim, já em 1916, criava o Curso de Ensino, com duração de dois anos e um bem dosado programa, de que faziam parte Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Desenho Linear, Geografia, História do Brasil e História do Rio Grande do Sul. Dois dos oficiais instrutores, os Tenentes Jayme da Costa Pereira e Emílio Lúcio Esteves, estavam encarregados das cadeiras de Matemática e Desenho.

O Curso de Ensino foi o precursor da atual Academia de Polícia Militar.

Em 1918, o Curso de Ensino era transformado em Curso de Preparação Militar, degrau de acesso ao oficialato para os sargentos habilitados em seu exame, o que se verificaria em 1922, com a criação do posto de Aspirante a Oficial.

Também foram criadas condições para que subalternos da corporação frequentassem o Curso de Aperfeiçoamento da Instrução de Infantaria do Exército, no Rio de Janeiro, tendo

a primeira turma regressado em janeiro de 1919.

O Coronel Massot traduziu e fez publicar o livro do Tenente Caillet, do Exército Francês, *O Novo Oficial de Infantaria na Guerra*, em 1919, oferecendo-o aos futuros oficiais da corporação.⁷

Esse grande educador, que teve nos oficiais da Missão de Instrução dedicados colaboradores, foi, com toda a justiça, escolhido como Patrono da Brigada Militar.

Paralelamente à preparação teórica, enfatizava-se a instrução prática, talvez o ponto mais alto da milícia gaúcha e que lhe daria a justa fama de ser, "provavelmente, a força militar mais eficiente do país".⁸

Já em 1910, inaugurava-se a Linha de Tiro, ocasião em que o estado da força pôde ser aquilatado pelas demonstrações de ginástica, esgrima de baioneta e de lança, e combates singulares de espada e de lança, todas sob a supervisão da Missão de Instrução.

A reunião dos efetivos nas manobras de coroamento de instrução completava a preparação para a guerra. Destaque-se as manobras de Primavera (1912), de Gravataí (1913), o *raid* de Cavalaria a Viamão (1914) e a participação nas manobras de Saicã, em 1919, 1922 e 1940, em conjunto com o Exército.

O grau de eficiência alcançado possibilitou a assinatura do Convênio de 24 de maio de 1917, entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, pelo qual era a Brigada Militar declarada força auxiliar do Exército de 1.ª li-

nha, concedendo-lhe a faculdade de formar reservistas de primeira categoria.⁹

Em 1919, ao visitar a corporação, o General Maurice Gustave Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, constatou o seu alto grau de preparação, emitindo conceitos muito elogiosos a esse respeito.¹⁰

Todo esse intenso labor era acompanhado pelos membros da Missão de Instrução, na sua qualidade de árbitros dos exercícios e manobras, bem como avaliadores dos chamados Cursos Gerais de Instrução, a que foram submetidos os oficiais e praças, a partir de setembro de 1921.

No ano seguinte, era reorganizada a Brigada Militar, passando a contar com dois Regimentos de Cavalaria, três Batalhões de Infantaria, um Grupo de Metralhadoras, Escolta Presidencial e serviços auxiliares, com efetivo total de 2.210 homens. Com essa organização começaria a milícia a sua participação no agitado período 1923-1932.

A necessidade de dotar-se a força de maior poderio de fogo levou à adoção da metralhadora e do FM Colt, de acordo com as recomendações dos oficiais instrutores, que os selecionaram em função de suas características e simplicidade de manejo.

1922 seria um ano marcante na história política do país e do Rio Grande do Sul.

A 5 de julho, era desfraldada a bandeira do "Tenentismo", em aberta rebelião contra a Velha Repú-

blica e que encontraria aliados e simpatizantes entre aqueles que o castilhismo e o borgismo haviam colocado à margem do poder.

Em novembro, as primeiras eleições, que ameaçariam as até então tranquilas renovações de mandato de Borges de Medeiros e que desaguiariam no protesto armado da Revolução de 1923.

Chegara a hora de ser posta à prova a eficiência militar da milícia riograndense.

Por dez meses lutou-se no Rio Grande do Sul, até a assinatura da Paz de Pedras Altas, intermediada pelo Ministro da Guerra, General Fernando Setembrino de Carvalho.

A direção das operações, do lado governista, foi centralizada em Porto Alegre, atuando os oficiais da Missão de Instrução como assessores do Comando Geral da Brigada Militar.

É de destacar que o conflito possibilitou a criação do Serviço de Aviação da Brigada Militar, aspiração que o Coronel Massot acalentava desde 1915. Indiretamente, houve participação do Exército na sua realização, pois o oficial comissionado como piloto fora brevetado pela Escola de Aviação do Exército. Esse Serviço seria extinto em 1924.¹¹ Provavelmente, o elevado custo dos aparelhos e de sua manutenção tenha sido o fator determinante, pois era conhecida a austeridade de Borges de Medeiros quanto às finanças públicas.

A Revolução de 1923 serviu para testar a resistência e a combatividade da força, revelando, simultanea-

mente, vocações de comando que se firmariam nos acontecimentos vindouros.

A 5 de julho de 1924, irrompia em São Paulo um movimento revolucionário, sublevando-se várias unidades do Exército e da Força Pública Paulista. Atendendo a um apelo do Presidente Bernardes, a Brigada Militar organizou um Grupo de Batalhões de Caçadores, cujo comando foi entregue ao Tenente Coronel em comissão Emílio Lúcio Esteves, tendo no comando das unidades, também comissionados no mesmo posto, outros dois oficiais membros da Missão de Instrução, Arthur Otaviano Travassos Alves e João de Deus Canabarro Cunha.

No desempenho dessa missão, houve-se o Grupo com muita eficiência, recebendo expressivos elogios à sua atuação, que se estendeu até às margens do rio Paraná.

Simultaneamente, era a Brigada Militar convocada a combater as sublevações que eclodiram em outras tantas unidades do Exército aquarteladas no Rio Grande do Sul, associadas a forças civis que se opunham ao governo do Estado. Esse amplo movimento revolucionário, ligado ao que eclodira em São Paulo, se prolongaria até 1927, com maior ou menor intensidade. Na sua debelação, a Brigada Militar e suas forças auxiliares, popularmente conhecidas como "Provisórios", desempenhariam destacado papel, pondo em relevo toda a sua excelente qualificação guerreira.

Com a organização da chamada

“Coluna Prestes”, a atuação da Brigada Militar abrangeria, além do Estado de São Paulo, os de Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia.

Nessa campanha, vitimado por doença, faleceria o Tenente Coronel Arthur Otaviano Travassos Alves, comandante de um dos destacamentos e membro da Missão de Instrução.

O melhor testemunho do valor da tropa rio-grandense seria dado por um telegrama do General Pantaleão Teles Ferreira: “Tavares, 19-8 N.º 214. Para nova fase operações contra rebeldes, quero utilizar unicamente tropas sul-riograndenses e constituídas pelo 2.º Batalhão Infantaria e 3.º Corpo Auxiliar, por serem os mais eficientes e que mais se destacam pelo seu espírito militar, sacrifício, disciplina, instrução e valor militar.”¹²

Em 1926, novamente a Brigada Militar voltaria a campo, destacando-se o belo feito do seu 1.º Regimento de Cavalaria que, desfalcado de um de seus esquadrões, defenderia com sucesso a cidade de Santa Maria, maior centro ferroviário do estado, contra a tropa sublevada do 5.º RAM e 7.º RI.

As campanhas de 1930 e 1932 seriam o coroamento da atuação da milícia rio-grandense, pois era sabido que “a atitude do Rio Grande do Sul seria a chave do sucesso ou do fracasso de qualquer movimento armado”.¹³

Assim, ao encerrar-se o ciclo de revolução das décadas de 20 e 30, pôde a Brigada Militar retornar às suas missões rotineiras com um magnífico acervo de campanhas exitosas, para as quais muito contribuíram aqueles oficiais do Exército que, ao longo dos anos, fizeram parte da sua “Missão de Instrução”.

NOTAS

1. Ato n.º 357, de 15 de outubro de 1892.
2. Fontoura, João Neves da — Memórias, 1.º Vol., Borges de Medeiros e seu Tempo, Ed. Globo, Porto Alegre, 1969, págs. 79/80.
3. Pereira, Major José Miguel — Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio G. do Sul, 1.º vol., 2.ª ed., Of. Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre, 1950, págs. 396.
4. Almanaque da Brigada Militar para 1956, ano XLI, Of. Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre, 1956.
5. Pereira, Major José Miguel — Esboço Histórico, cit., pág. 401.
6. Pereira, Major José Miguel — Esboço Histórico, cit., págs. 403/573.
7. Mariante, Coronel Hélio Moro — Sarilhos Milicianos, BM Edições, Porto Alegre, 1990, pág. 85.
8. Hilton, Stanley — 1932 a Guerra Civil Brasileira, Ed. Nova Fronteira, Rio, 1982, pág. 51.
9. Mariante, Coronel Hélio Moro — Crônica da Brigada Militar Gaúcha, Imprensa Oficial Editora, Porto Alegre, 1972, págs. 144/145.
10. Mariante, Coronel Hélio Moro — Crônica, cit., pág. 146.
11. Mariante, Coronel Hélio Moro — Crônica, cit., págs. 149/151.
12. Ribeiro, Coronel Aldo Ladeira — Esboço

Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, 2º vol., Of. Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre,

1953, pág. 417.

13. Hilton, Stanley — 1932 a Guerra Civil Brasileira, cit., pág. 59.



CORALIO BRAGANÇA PARDO CABEDA — natural de São Gabriel (RS), economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967); técnico do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); ex-bolsista da OTCA (Japão); sócio efetivo do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e do Círculo de Pesquisa Literária (CIPEL), de Porto Alegre, do qual foi Presidente em 1987/88. Prestou serviço militar no 3º BECmb (Cachoeira do Sul, RS). Medalha Marechal Hermes concedida através da Portaria 2.306, de 11.11.1962, do Ministro da Guerra.

Distribuidora de Carnes **IRMÃOS PIMENTEL LTDA.**

CGC 33 094 533/0001-39 — INSC. 81674108

**Carnes Bovinas e Suínas, Frangos Abatidos
Miudezas e Salgados**

Rua São Francisco Xavier, 224 - Bairro da Tijuca

Tel.: 228-7213



A PRIORIDADE POSTERGADA E O DESCOMPASSO DAS ELITES

Armando Amaral Paes

Neste ensaio, o autor se propõe a demonstrar que o Brasil está muito doente.

"É como se ele fosse um jovem em profundo estado de anemia e que, para capacitá-lo a responder de igual para igual em um meio de jovens fortes e sadios, pretendesse submetê-lo a pesados exercícios físicos e intelectuais", observa, em sinopse apresentada à redação.

E acrescenta:

"É preciso primeiro curá-lo da anemia que o corrói, aumentando sua capacidade de resistência ao meio bioquímico que o enfraquece. Depois, então, e só depois, poder-se-ia tratar com sucesso do seu progresso."

Com base nesse diagnóstico, apresenta causas e faz uma análise prospectiva, cujos fundamentos submete à apreciação do leitor.

O PRESTÍGIO DAS ELITES E A TRAGÉDIA DAS GERAÇÕES

Algumas nações, mesmo quando despidas de todas as suas possibilidades físicas e econômicas, conseguem ressurgir das cinzas e, ao cabo de poucas gerações, se alinham novamente entre as mais eficientes e capazes do mundo.

Outras, como o Brasil, a despeito da exuberante potencialidade legada

pelo denodo e competência de nossos antepassados, a cada geração caminha para uma situação de maior ineficiência, quando os padrões das gerações anteriores não conseguem mais ser alcançados.

Não obstante, a nata de suas elites tudo faz para se considerar afinada com as elites mais evoluídas do planeta.

Essa dicotomia entre elites pretensiosas e gerações despreparadas cons-

titui a grande tragédia contemporânea do povo brasileiro.

A cada ano é gerado um número maior de cidadãos que vai aumentar os índices mundiais dos analfabetos, dos viciados, ociosos, violentos, doentes, libertinos etc... formando gerações progressivamente desvalorizadas e despreparadas para realizar qualquer esforço de conquista, dentro de um quadro filosófico e moral que as elites proclamam como paradigma a ser seguido por toda a humanidade.

Tudo se passa como se elas nada tivessem a ver com o triste papel que o insucesso das gerações representa para a involução da sociedade humana como um todo, e o que isso significa de infelicidade para nosso próprio povo.

A nação brasileira está, por isso, tendendo para um triste ocaso histórico.

O QUE ESTÁ POR VIR

Preocupa-nos o comportamento tão eloquente dessas elites no atendimento dos modismos internacionais e tão abúlico e desinteressado quanto às necessidades das gerações do próprio país. Assim procedendo, elas estão, culposa ou dolosamente, favorecendo interesses estrangeiros no trânsito livre de que necessitam para irem tomando posições de fato e de direito na partilha de um Brasil impotente que está por vir, não só pelo procedimento equivocado dessas elites, como pela determinação internacio-

nal de desmantelamento do que resta do lusitanismo histórico.

Atuando em um país desprovido de um profundo senso de nacionalidade, com gritantes deficiências educacionais e culturais, abdicando de domínios essenciais a sua segurança, como o da energia atômica e o da indústria de defesa, sem uma vontade nacional voltada para a continuidade histórica, essas elites serão sempre muito bem recebidas no seio das elites internacionais, justamente não pelo que dizem, mas pelo que permitem que seja feito em decorrência do que dizem. Trabalham em favor das elites que efetivamente lideram o mundo, como se delas fizessem parte, o que não aconteceria se estivessem interessadas em despertar o gigante adormecido em berço esplêndido e fazê-lo ocupar seu lugar de direito entre as nações, como sonharam os intrépidos e tão esquecidos construtores da nacionalidade brasileira.

O PROCESSO DISSOCIATIVO E SEUS MITOS

Considerando que o Brasil continuará sendo administrado por gerações com o mesmo perfil cultural das atuais elites e considerando, também, que não haja modificações profundas das nações ditas desenvolvidas com relação aos seus interesses, teremos que admitir, mesmo não querendo, a existência de um processo dissociativo extremamente grave em evolução envolvendo a Amazônia, e a nossa integridade territorial.

Tal dissociação, hoje quase imperceptível, tenderá a evoluir explosivamente, através de um processo com crescimento geométrico, de forma que, em poucas décadas, poderá chegar a níveis insustentáveis, motivados tanto pela nossa tradicional imprevidência republicana, como pela fraqueza dos valores educacionais, normalmente postergados na reestruturação das nossas gerações.

Poderemos chegar, assim, a situação de absoluta incapacidade nacional para garantir e manter de fato a posse da região, se desde já não forem tomadas providências com capacidade real de evitá-lo.

A implantação de uma série sucessiva de mitos tenderão a dar aparência de fatalidade inexorável a uma evolução planejada no exterior para a região amazônica, de modo a pô-la, ao fim de poucas décadas, sob absoluto controle econômico de potências estrangeiras.

Tais mitos apresentam um processo de implantação e de fixação inconsciente ou subliminar, que serão, a seguir discriminados.

1º Mito: A floresta amazônica é os pulmões do mundo

Está sendo desencadeada uma campanha mundial de preocupação com a floresta amazônica, a pretexto de sua preservação, como imperativo à sobrevivência da própria humanidade.

O povo e o governo brasileiros deverão ficar muito sensibilizados e

compreensivos, aceitando como autêntica a "preocupação" dos povos desenvolvidos com os destinos da Amazônia, o que já está ocorrendo nos dias de hoje.

2º Mito: "É desejo de todos ajudar 'desinteressadamente' a preservação da floresta"

O país e o povo brasileiro se sentirão lisonjeados com o desinteresse com que todos desejam preservar a Região Amazônica.

Os estrangeiros se apressarão e se esmerarão em oferecer dinheiro ao governo brasileiro para ajudar nessa preservação. Com requintes de altruísmo, ajudarão também a preservação de outras florestas nacionais, até que, ante a nossa reconhecida incapacidade política para administrar verbas, como por encanto, começará a surgir o terceiro mito.

3º Mito: "O Brasil, por si só, não tem condições de preservar a Amazônia"

Os estrangeiros passarão a "nos ajudar" mais objetivamente, com seu dinheiro, pessoal especializado e tecnologia avançada, criando-se núcleos de cooperação disseminados pelos pontos estratégicos ao longo das margens dos rios navegáveis, e que serão administrados por eles "para garantia do êxito do empreendimento".

O Brasil não precisará investir. Bastará que conceda as facilidades de circulação e os benefícios fiscais

necessários, isto é, “iremos apenas cooperar com quem está cooperando conosco”.

Assim teremos o ambiente perfeito para o lançamento do quarto mito.

4º Mito: “Os estrangeiros estarão preservando a Amazônia para o Brasil, em nome da humanidade”

Como consequência das facilidades concedidas, irá ocorrer a internacionalização da calha navegável dos rios. Aumentará consideravelmente a circulação de embarcações de bandeira estrangeira e o espaço aéreo ficará comprometido com o número crescente de aviões circulando entre os núcleos e o exterior, os núcleos entre si, os núcleos e as áreas interiores, perdendo o país qualquer eficiência no controle da circulação na área, isto sem falar da utilização ostensiva e crescente do espectro eletromagnético, criando-se um clima de total liberdade entre os *núcleos de cooperação* e os respectivos países patrocinadores. O Brasil acabará por perder o direito ao controle de todos os meios de comunicações e transportes da área.

Os *núcleos de cooperação*, aos poucos, serão transformados em *núcleos de preservação*. O Brasil acabará presente apenas como tomador de impostos e aliciador de votos, que serão dados, cada vez mais, a candidatos comprometidos com os “interesses dos núcleos”.

Os núcleos, com total apoio das nações subsidiárias e plena liberdade

de trabalho, cooperando com boas somas para os cofres públicos, irão aprofundando, cada vez mais, o controle sobre o território e o gentio, insuflando os conceitos de liberdade e cidadania de conformidade com decisões tomadas no estrangeiro, de comum acordo com as nações interessadas.

Estará, assim, aberto o caminho para o quinto mito.

5º Mito: O Brasil só prejudica; os núcleos são conduzidos a sentirem compulsão pela liberdade política e autodeterminação

A efetiva internacionalização do sistema fluvial permitirá a proliferação de dezenas de *centros econômicos* originários dos antigos *núcleos de cooperação*, agora com territórios delimitados, economia e controles administrativos próprios.

A idéia de liberdade e emancipação política com relação ao Brasil começará a ganhar corpo como a grande solução para os chamados “povos da floresta”, que procurarão se constituir em pequenos estados independentes ao longo da calha internacionalizada do rio Amazonas e seus afluentes.

A situação conflituosa irá se tornando grave entre o Brasil e os chamados “povos da floresta”.

Como aconteceu com a África, que foi dividida em mais de cinquenta estados, com grande apoio internacional, inclusive da própria ONU e de parte ponderável das elites brasilei-

ras, também a Região Amazônica estará sendo pulverizada em várias dezenas de estados, de conformidade com os interesses dos estrangeiros, que acabarão sendo os beneficiários da potencialidade econômica da região, naturalmente sem qualquer responsabilidade com o seu desenvolvimento social como hoje ocorre com as nações do Terceiro Mundo em geral.

Se não tratarmos objetivamente desse assunto desde já, até o próprio Brasil como um todo, por certo, acabará nas mãos dos manipuladores das riquezas do mundo, por cupidez de nossas elites.

O problema apresentado demonstra um quadro evolutivo que precisa ser sutilmente abortado, com urgência e muita determinação, para evitar que chegue a uma situação incontrolável, a partir da qual os resultados contra o Brasil se tornarão irreversíveis.

O quadro não é tão hipotético como possa parecer aos céticos. Nosso povo, desde há muitos anos, vem sendo sutilmente manipulado por todos os órgãos nacionais e internacionais de relacionamento e comunicação, sob as vistas grossas de uma elite incredivelmente desligada de suas responsabilidades e insensível ou incapaz de sentir o problema.

Dentro da realidade que está ocorrendo diante dos nossos olhos e da nossa compreensão, parece absolutamente correto admitir-se que o Brasil poderá não ter condições de

sobrevivência por mais de cinco ou seis décadas com a mesma constituição política e geográfica de hoje, se algo de eficiente não começar a ser feito desde já, para crescermos como nação séria e respeitada, fiel aos nossos interesses.

DESCOMPROMISSOS COM A REALIDADE BRASILEIRA

Como se verifica, a dicotomia entre o procedimento de nossas elites e as necessidades reais do Brasil decorre do fato de que, no exercício de sua liderança sobre as gerações brasileiras, as elites, muito preocupadas com os modismos a que estão sujeitas, se esquecem de suas obrigações para com os seus antepassados e deturpam sua conduta através da prática desses modismos. Assim, não cuidam dos valores da nacionalidade como deveriam, exageram nos ideais liberais, que acabam descontrolados, desdenham os valores educacionais, que são postergados e, obviamente, julgam que um país militarmente forte é perigoso à sobrevivência das próprias elites.

Com isto se submetem à consideração internacional e entregam o país à própria sorte.

Essas observações constituem os descompromissos das elites para com as realidades das nossas gerações, em função das necessidades do país como nação e, daí, os seus descompromissos com a própria realidade brasileira como, a seguir, discriminados.

Descompromisso com a nacionalidade

À exceção de um trabalho modesto, porém altamente meritório, exercido pelas Forças Armadas junto à uma pequena parcela da população, bem assim alguns esforços isolados realizados pelo trabalho de poucas entidades civis, o Brasil não possui, hoje, qualquer mecanismo formal destinado a cultivar sua nacionalidade.

O povo brasileiro, talvez entre os de constituição mais complexa do mundo, é formado por grupos étnicos extremamente diferenciados, cada qual com suas virtudes e suas servidões culturais, predisposto a uma gama variadíssima de interesses e atitudes comportamentais, em sua extrema simplicidade, sem a incorporação de qualquer hábito através de uma educação formal. Apenas se ufana de ser brasileiro pelo amor natural à terra onde vive ou são acolhidos os seus elementos constitutivos, como se o País fosse uma simples dádiva da natureza, nascido sem o esforço de ninguém.

Suas elites, igualmente, sem qualquer vinculação ou responsabilidade efetiva com a preservação da nacionalidade a longo prazo, procedem como se as leis históricas que condicionam a formação e a evolução dos povos e das nações não fossem aplicáveis ao Brasil. Sentem e agem sem qualquer preocupação a nível mundial, e julgam a nacionalidade suficientemente bem amparada por força de acordos e tratados. Afinal, para

que tantas preocupações com a nacionalidade, se dizem até que Deus é brasileiro e se não pretendemos dominar este mundo tão acolhedor?

A realidade, entretanto, não é bem assim.

Como primeira condição para preservarmos o Brasil e a Amazônia como um todo, com sua população, suas riquezas e sua integridade territorial, será necessário a realização de um grande projeto destinado ao incremento de um nacionalismo consciente e forte, como se fosse o artigo primeiro e único de uma constituição informal no coração de cada brasileiro, índio, negro, amarelo ou branco.

O estrangeiro, com muito mais empenho do que se supõe, já vem, há bastante tempo e por todos os meios possíveis, minando esse conceito entre nós, com plena conivência de nossas elites, não obstante o estarem tornando cada vez mais vivo e mais forte entre seus povos.

O nacionalismo consciente e bem cultivado constitui, dentro da ciência histórica, a maior força de qualquer nação, a matéria-prima que determina a *Vontade Nacional*, fator absolutamente essencial à secularidade da sua sobrevivência.

Esse valor, fator básico e essencial à manutenção de nossa *Unidade Nacional*, está assustadoramente declinando entre nós. O Brasil está se tornando, por isso, uma nação extremamente fácil de ser dividida, o que deve ser grande preocupação para os

que estão ainda conscientes do problema.

Por isso os governos, responsáveis pela preservação da sobrevivência nacional perante a história, precisam se compenetrar da necessidade de ser feito um trabalho correto de âmbito nacional, com o sentido de promover o fortalecimento deste sentimento, valorizando-o, a despeito dos interesses internos e externos a serem contrariados.

Ou caminhamos na busca da nossa maturidade e o respeito das grandes nações, com autoridade e poder, ou a ciência histórica cuidará da nossa evolução dentro do interesse das nações mais capazes.

O assunto é extremamente sério e muito mais profundo do que possa parecer aos leigos, aos surdos, e às elites pretensiosas e desinteressadas pelos destinos da Nação a longo prazo.

Descompromissos com a educação, as liberdades e a cultura

Com o povo constituído por um aglomerado cultural extraordinariamente complexo, não é fácil a obtenção de um denominador comum na aquisição, assimilação e incorporação de valores em cada geração, bem como sua reestruturação, para transferência às gerações que se sucedem.

Há apenas alguns séculos atrás, essas dificuldades eram tratadas pelas

nações através da simples imposição da lei do mais forte, exterminando, subjugando ou segregando os povos de cultura mais elementar. Com o advento do liberalismo, entretanto, uma nova consciência de igualdade e fraternidade estabeleceu o direito de oportunidade com liberdade para todos.

No Brasil os novos conceitos liberais favoreceram o posicionamento dos diversos grupos étnicos e culturais, que passaram a agir muito mais em função e a favor do fortalecimento de suas raízes culturais, do que no fortalecimento e enriquecimento de uma gama de valores comuns, que todos precisam continuar incorporando e sedimentando para fortalecer, cada vez mais, o sentimento de unidade desta Nação, como a mais representativa e mais significativa amostragem da coexistência pacífica dos homens de todas as origens, sob uma única unidade política.

Dentro do conceito de liberdade como um instrumento pleno a serviço e satisfação dos interesses de todos e de cada um, somos conduzidos a concluir que, se esta liberdade não for delimitada, na prática ela se reduzirá ao simples direito do mais forte sobre os mais fracos, como vem ocorrendo, e que acabará com a eclosão do caos.

A todos é dado o direito de levar vantagem, na medida de sua vontade ou de seus interesses, assegurado pela força ou pelos instrumentos de pressão de que dispuser. O político, ao

seu talante, por utilizar sua força para dilapidar o erário ou os bens públicos, como os afortunados, possui pleno direito de utilizar os recursos "disponíveis" para aumentar sua fortuna, e os desafortunados, por qualquer meio eficiente, poderão também ir em busca da riqueza fácil. Os meios de comunicação levarão a opinião pública para onde lhes aprouver, etc...

A liberdade sem freios leva ao império dos desvalores que, por sua vez, leva à destruição moral, social e nacional. Se há um interesse real em salvar a Nação de um futuro degradante, há que se fazer algo com urgência, para disciplinar a liberdade, não obstante os interesses e as dificuldades em contrário.

O assunto é complexo e vai muito além dos limites da lei e das "normas" vigentes. Ou estabelecemos rígidos padrões de conduta ética e moral ou o liberalismo sem freios acabará com o Brasil.

Será só questão de tempo.

O povo brasileiro, em meio a esta liberdade sem limites, geradora das liberalidades e até da libertinagem inconsequente, a partir do procedimento íntimo de cada cidadão, vem perdendo a noção dos valores educacionais ou sociais mais elementares como o decoro, o recato, o pudor, a austeridade, a lisura, a honradez, a probidade, a ética, a moral, o civismo etc...

A educação, por se referir aos valores a serem incorporados ao com-

portamento dos indivíduos e das gerações, hoje não existe como procedimento sistematicamente praticado no Brasil. O ensino, que se refere a aprendizagem de conhecimentos e aptidões, não trata de incorporação de valores às gerações e, por isso, sem a regência da educação as está conduzindo para a perplexidade utópica que testemunhamos em nossos dias.

A supressão da educação nas atividades diuturnas e, principalmente, nas atividades interativas e de comunicações públicas, tem contribuído para deteriorar a qualidade humana da sociedade brasileira como um todo, gerando a crescente deturpação até de suas elites que estão, por isso, conduzindo a nação para a beira de um inexorável abismo.

Tudo se passa como se o grande compromisso fosse com a liberdade e não com a nacionalidade, dentro da qual a liberdade ficaria condicionada ao direito de todos, à coexistência e ao interesse do aperfeiçoamento social e sobrevivência da própria Nação, e não como é hoje, a Sociedade e a Nação sendo destruídas em nome dos direitos individuais, avaliados segundo a força e o interesse de cada um.

Ainda uma grande aberração educacional deve ser observada, como o descompromisso com a cultura, assunto que, considerando nossas peculiaridades, torna-se também bastante complexo.

Ao invés de se fazer uma amál-

gama dos valores verdadeiros culturais de todas as nossas etnias, reestruturando-se e transferindo-se o que cada uma tem de autêntico e de elevado, de sorte a se construir um belíssimo acervo cultural brasileiro, a omissão e o abemolamento moral das elites estão transferindo o assunto para as mãos de aproveitadores e espartalhães amorais que, dentro da libertinagem reinante, apresentam ao mundo uma imagem depreciativa do Brasil, como se fôssemos um povo ordinário, sem recato, de comportamento cultural insipiente, calcado na deturpação dos mais baixos instintos, todo ele baseado em erotismo primário e vulgar, como se já fôssemos um país em pleno processo histórico de autodestruição.

Isso também torna os interesses estrangeiros bastante facilitados, pelos baixos padrões vigentes, em razão do que a dissolução nacional passa a ser uma simples questão de tempo, face a baixa qualidade real dos valores de seus cidadãos e de suas elites.

Descompromisso com a segurança nacional

Nossos colonizadores, com possibilidades econômicas infinitamente menores do que as de que dispomos hoje, foram capazes de construir a grandeza territorial dos seus domínios, desde os confins da Amazônia até defronte da cidade de Buenos Aires, com extraordinário denodo, heroísmo e grande determinação.

Disso, além da História, temos tes-

temunhos materiais até hoje.

Esses valores que, historicamente, nos foram legados estão se perdendo pela falta de uma determinação nacional vibrante e bem definida em honrarmos os esforços dos nossos antepassados e legarmos aos nossos pósteros uma nação maiúscula, ao nível da grandeza com que fomos gerados.

Ao contrário, temos cultivado desvalores e nos tornado omissos, transformando o país em uma nação de seres medíocres e acomodados, aceitando a paz dos fracos e dos covardes, que preferem viver à sombra e sob a proteção das nações fortes e determinadas, quando temos tudo para ser, e deveríamos ser, sem nenhum favor, uma delas.

Nossas elites não estão nem um pouquinho preocupadas com essa responsabilidade histórica. Isso geraria sérios antagonismos com as elites do mundo onde, sem esforço e sem autenticidade, pretendem estar inseridas.

Devemos buscar uma convivência internacional honrosamente participativa com todas as nações, qualquer que seja ela, contando com nossa plena capacidade de assegurarmos um alto nível de respeitabilidade de fato, gerado pelos nossos valores e pela própria capacidade de nos defendermos, para justificar, plenamente, a nossa presença como nação de alto nível na face da terra.

Fora esta determinação que, sem dúvida, nos falta, estaremos levando a Nação, não para os confins do "ter-

ceiro" ou "quinto" mundo, como hoje é sabido e acomodadamente notório, mas para o próprio ocaso nacional.

Qualquer extrapolação da análise deste tema nos levará a concluir que, sorrateiramente, em termos históricos, sem uma efetiva capacidade nacional de nos defender, estamos em rota de colisão com o fim, o que cumpre a todo custo evitar. Os modismos externos e os interesses imediatistas das elites deixam-nas totalmente cegas para a percepção deste problema.

Nossa grande extensão territorial somada às particularidades das riquezas do nosso subsolo e, particularmente, às nossas diversidades culturais, tornam por demais evidente a extrema necessidade de termos uma capacidade de defesa com alto poder de dissuasão, para pronta e imediata resposta a qualquer ameaça a nível mundial. Isso nos dará condições para resolvermos nossas diferenças internas e tratarmos de qualquer problema específico, sem estarmos em situações desvantajosas com relação a nossa segurança frente à qualquer ameaça que seja.

A Segurança Nacional, nos termos em que se acha efetivamente equacionada, não atende nem mesmo a uma situação totalmente fora da realidade brasileira de hoje. Ela se encontra até mal adaptada a um Brasil pequeninho, situado em um "mundinho", do tamanho da América do Sul.

Urge acordarmos para esta realidade colocando o País em termos de

sua verdadeira grandeza. É, portanto, imperioso que, a despeito dos interesses em contrário, se institua, desde já, uma nova e objetiva Política de Defesa Nacional, adequada às características das possíveis ameaças atuais e futuras.

A mobilização industrial no mundo de hoje é feita antes de as ameaças se caracterizarem. A rapidez com que as situações evoluem só favorece a quem estiver preparado para antecipadamente enfrentá-la. Não há mais tempo útil para mobilização industrial *a posteriori*.

Urge que comecemos a implantar, desde já, esta capacidade de defesa, para ficarmos em condições de mobilizar forças prontas e capazes, e não apenas os recursos a serem preparados para salvaguarda de responsabilidade. Precisamos ficar em condições de nos defender em conformidade com a moderna dinâmica das ações militares.

Para nossa defesa, não precisamos chegar ao extremo da bomba atômica, de conseqüências tão funestas, porque temos outras soluções eficientes. Entretanto, não podemos prescindir das demais aplicações da energia nuclear a nível militar, para assegurarmos o respeito e as considerações a que fazemos jus no quadro geral das nações, a despeito do que possam pensar as elites do mundo e, até mesmo, parte das nacionais desligadas das suas responsabilidades para com a Nação.

Um ousado plano nacional de de-

fesa representa hoje a saúde da sobrevivência nacional. Sem ele não haverá saúde de espécie alguma, como ocorre com alguns povos africanos. E é o que, certamente, irá ocorrer com os chamados "povos da floresta", se não formos objetivos desde já.

A INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA

O Problema da estrutura nacional

Do exposto parece não haver dúvidas de que uma vez tenha o país uma estrutura nacional normalmente sólida e sadia, o grande trabalho das nossas elites será o de preparar gerações constituídas por cidadãos dotados dos seguintes valores:

- um alto sentimento nacionalista, sem medo do jacobinismo, ao mesmo nível dos povos das grandes nações;
- um liberalismo moderado e racional, com todas as liberdades sob rigorosos códigos de ética, funcionando a partir da própria consciência de cada cidadão, sem a ação deletéria e destruidora do amoralismo.
- uma educação humanística ou pragmática, mas inteiramente compatível com os valores que dignificam o homem como animal social superior e a sociedade brasileira como um todo, de sorte que as regras do comportamento libertino de hoje venham

a ser as exceções de amanhã.

Afinal o que se preconiza, em linhas gerais, é o mesmo que sempre tem sido preconizado em todas as Constituições, em todas as Diretrizes e Bases para a Educação, em todas as campanhas eleitorais etc...

A cada governo renova-se o interesse em alcançar objetivos nessas áreas. Por que então, a despeito de nossos esforços, nunca chegamos aos resultados que realmente esperamos?

Se mais uma vez nos mobilizarmos para resolver os problemas fundamentais da nação, como saúde, moradia, educação, energia, transporte, finanças etc..., por certo novamente correremos o risco de chegarmos a resultados igualmente deturpados.

Tal problema, que não é característico apenas do Brasil, decorre do fato de estarmos trabalhando sobre uma estrutura apenas teoricamente sólida e estável, mas que, na realidade, funciona como verdadeiro castelo de areia, com forma porém sem solidez.

Elementos estranhos, subrepticamente, controlam, ao seu talento, as forças que compõem essa estrutura. Em vários outros países, também dotados de grandes extensões territoriais e fortes contingentes populacionais, o assunto também tem sido detectado e estudado com muito empenho por suas elites responsáveis, parecendo não haver dúvidas de que fatores imperceptíveis muito eficientes sempre estão presentes, trabalhando para anular os objetivos do esforço nacional.

ceiro" ou "quinto" mundo, como hoje é sabido e acomodadamente notório, mas para o próprio ocaso nacional.

Qualquer extrapolação da análise deste tema nos levará a concluir que, sorrateiramente, em termos históricos, sem uma efetiva capacidade nacional de nos defender, estamos em rota de colisão com o fim, o que cumpre a todo custo evitar. Os modismos externos e os interesses imediatistas das elites deixam-nas totalmente cegas para a percepção deste problema.

Nossa grande extensão territorial somada às particularidades das riquezas do nosso subsolo e, particularmente, às nossas diversidades culturais, tornam por demais evidente a extrema necessidade de termos uma capacidade de defesa com alto poder de dissuasão, para pronta e imediata resposta a qualquer ameaça a nível mundial. Isso nos dará condições para resolvermos nossas diferenças internas e tratarmos de qualquer problema específico, sem estarmos em situações desvantajosas com relação a nossa segurança frente à qualquer ameaça que seja.

A Segurança Nacional, nos termos em que se acha efetivamente equacionada, não atende nem mesmo a uma situação totalmente fora da realidade brasileira de hoje. Ela se encontra até mal adaptada a um Brasil pequeninho, situado em um "mundinho", do tamanho da América do Sul.

Urge acordarmos para esta realidade colocando o País em termos de

sua verdadeira grandeza. É, portanto, imperioso que, a despeito dos interesses em contrário, se institua, desde já, uma nova e objetiva Política de Defesa Nacional, adequada às características das possíveis ameaças atuais e futuras.

A mobilização industrial no mundo de hoje é feita antes de as ameaças se caracterizarem. A rapidez com que as situações evoluem só favorece quem estiver preparado para antecipadamente enfrentá-la. Não há mais tempo útil para mobilização industrial *a posteriori*.

Urge que comecemos a implantar desde já, esta capacidade de defesa para ficarmos em condições de mobilizar forças prontas e capazes, e não apenas os recursos a serem preparados para salvaguarda de responsabilidade. Precisamos ficar em condições de nos defender em conformidade com a moderna dinâmica das ações militares.

Para nossa defesa, não precisamos chegar ao extremo da bomba atômica, de conseqüências tão funestas, porque temos outras soluções eficientes. Entretanto, não podemos prescindir das demais aplicações da energia nuclear a nível militar, para assegurarmos o respeito e as considerações a que fazemos jus no quadro geral das nações, a despeito do que possam pensar as elites do mundo e, até mesmo, parte das nacionais desligadas das suas responsabilidades para com a Nação.

Um ousado plano nacional de de-

fesa representa hoje a saúde da sobrevivência nacional. Sem ele não haverá saúde de espécie alguma, como ocorre com alguns povos africanos. E é o que, certamente, irá ocorrer com os chamados "povos da floresta", se não formos objetivos desde já.

A INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA

O Problema da estrutura nacional

Do exposto parece não haver dúvidas de que uma vez tenha o país uma estrutura nacional normalmente sólida e sadia, o grande trabalho das nossas elites será o de preparar gerações constituídas por cidadãos dotados dos seguintes valores:

- um alto sentimento nacionalista, sem medo do jacobinismo, ao mesmo nível dos povos das grandes nações;
- um liberalismo moderado e racional, com todas as liberdades sob rigorosos códigos de ética, funcionando a partir da própria consciência de cada cidadão, sem a ação deletéria e destruidora do amoralismo.
- uma educação humanística ou pragmática, mas inteiramente compatível com os valores que dignificam o homem como animal social superior e a sociedade brasileira como um todo, de sorte que as regras do comportamento libertino de hoje venham

a ser as exceções de amanhã.

Finalmente o que se preconiza, em linhas gerais, é o mesmo que sempre tem sido preconizado em todas as Constituições, em todas as Diretrizes e Bases para a Educação, em todas as campanhas eleitorais etc...

A cada governo renova-se o interesse em alcançar objetivos nessas áreas. Por que então, a despeito de nossos esforços, nunca chegamos aos resultados que realmente esperamos?

Se mais uma vez nos mobilizarmos para resolver os problemas fundamentais da nação, como saúde, moradia, educação, energia, transporte, finanças etc..., por certo novamente correremos o risco de chegarmos a resultados igualmente deturpados.

Tal problema, que não é característico apenas do Brasil, decorre do fato de estarmos trabalhando sobre uma estrutura apenas teoricamente sólida e estável, mas que, na realidade, funciona como verdadeiro castelo de areia, com forma porém sem solidez.

Elementos estranhos, subrepticiamente, controlam, ao seu talante, as forças que compõem essa estrutura. Em vários outros países, também dotados de grandes extensões territoriais e fortes contingentes populacionais, o assunto também tem sido detectado e estudado com muito empenho por suas elites responsáveis, parecendo não haver dúvidas de que fatores imperceptíveis muito eficientes sempre estão presentes, trabalhando para anular os objetivos do esforço nacional.

A juventude e as elites como instrumento

Esses fatores são determinados por uma sutil mas eficiente interveniência estrangeira no processo nacional.

Países estrangeiros, exibindo e alardeando altos padrões de vida, geram imperceptíveis sentimentos de inferioridade. De forma subliminar, introduzem e favorecem o fortalecimento de antivalores na formação da juventude, em todas as áreas do conhecimento e do comportamento humano, ao mesmo tempo em que desenvolvem programas complexos no sentido de deixarem as elites nativas e as massas populacionais condicionadas a um comportamento adequado a favorecer seus planos e interesses.

Adicionando-se a isto as pressões exercidas diretamente e o somatório dos valores negativos insuflados na alimentação do sentimento de inferioridade nacional, temos, socialmente, a geração de um grande desejo em nossas elites de se aproximarem, o mais possível, das elites externas de bom nível, abandonando as massas que ficam, cada vez mais, entregues ao desânimo da inferioridade nacional.

Como consequência, vemos essas elites inconscientemente entregues aos modismos estrangeiros como mecanismo de comportamento, enquanto o povo vai se estratificando em um retrocesso cultural incompatível com as necessidades do desenvolvimento nacional. É o que vem ocorrendo com

as estruturas nacionais, paulatinamente perdendo toda capacidade de reação, tal como ocorre com as nações subdesenvolvidas em geral.

O Colonialismo moderno

Verificamos, então, um quadro tão triste para nós brasileiros como caricato para o estrangeiro: Nossas elites se debatendo com soluções muito estudadas, bastante elaboradas até, para livrar o Brasil dos seus problemas crônicos, enquanto todos tergiversam, notadamente as elites políticas, quando se trata de tornar mais sólida nossa estrutura nacional, ao menos compatível com a de suas congêneres de capacidade econômica equivalente.

Através dos modismos vão convencendo o próprio povo brasileiro a estar cada vez mais voltado para as futilidades de um individualismo amoral, apátrida e as filosofias utópicas, enquanto elas, à medida que vão tendo guarida nos meios internacionais, vão se convencendo de que cada vez dependem menos daquilo que efetivamente representa a Segurança Nacional. Esta passa a ser maléfica, até mesmo para os objetivos particularizados das próprias elites.

Ficamos, assim, direta e indiretamente, sob os efeitos da influência estrangeira e dos modismos que ela determina e que atuam, inexoravelmente, em todas as atividades nacio-

nais, até mesmo onde parece não haver importância significativa.

Essa atuação é feita de forma tão sutil ou tão impositiva quanto for necessária para a obtenção dos resultados ou dos efeitos desejados.

E, enquanto preponderar sua influência, de nada valerá qualquer tentativa para solução definitiva de qualquer problema nacional, pois que será apenas uma questão de mais ou menos tempo para voltarmos aos padrões de inferioridade, compatível com os interesses estrangeiros, anulando-se todos os esforços que tenham sido realizados.

Isso é o que podemos chamar de Colonialismo Psicológico ou Colonialismo Moderno, em franca atividade contra as elites indefesas do chamado Terceiro Mundo. Tal influência, infelizmente, é uma realidade da qual precisamos de muita humildade para entendê-la e muita determinação para conseguirmos nos livrar dos seus efeitos.

Ocorre, no entanto, que determinação é um valor já bastante comprometido pelos modismos a que nossas elites estão sujeitas. Reside aí, talvez, a maior dificuldade para que o País se disponha a reagir com discernimento e independência com relação a essa influência que mascara os seus mais íntimos, importantes e fundamentais interesses.

Como prova disso, assistimos recentemente a cúpula de nossas elites, no ensejo de agradar às elites estrangeiras, fazer o jogo de interesse de uma pseudo-opinião pública mundial,

voltando-se contra as próprias Forças Armadas Nacionais, como se elas fossem criminosas, por estarem desejando dar soluções condignas ao problema de Soberania Nacional. Desse modo deixam-se levar a ridículas e levianas demonstrações de imaturidade, além de total desrespeito aos valores maiores da nacionalidade que deveriam, no mínimo, preservar.

Como se vê, as elites se esforçam para ascenderem ao “primeiro mundo”, até mesmo ao preço da queda do próprio país ao fim do mundo.

Essa posição, dita “filosófica”, precisa ser revertida, o quanto antes, a favor do fortalecimento da estrutura nacional, base ou sustentáculo de todos os ideais verdadeiramente nacionais.

REAÇÃO AO COLONIALISMO MODERNO

Nossas elites precisam meditar

Nações que dispunham de grandes áreas territoriais e crescentes contingentes populacionais, como a China e a Índia, resolveram enfrentar o problema da influência estrangeira de que, historicamente, não conseguiam se libertar. Com coragem e determinação passaram a considerar a Segurança Nacional como prioridade absoluta. Instituíram-se como a riqueza básica capaz de lhes dar a capacitação necessária para efetivamente regular e regulamentar a inter-

veniência estrangeira em seus assuntos.

Partiram, sem perguntar a opinião de ninguém, para o controle e a posse dos artefatos nucleares, estabelecendo uma condição de igualdade por cima com todas as nações do globo, e passando a merecer, de todas elas, o verdadeiro e devido respeito. A China, com o advento de sua bomba atômica, passou, dos confins do Terceiro Mundo, diretamente para o Conselho de Segurança da ONU, e hoje cuida em paz dos seus problemas internos, de suas cidades, do seu povo, enfim, do progresso nacional com toda autoridade para anular os apetites e a ação deletéria dos antigos aproveitadores de sua fraqueza, ao contrário do que vem acontecendo hoje com o Brasil.

Estamos nos sentindo indefesos à preparação estrangeira para uma inexorável apropriação econômica do solo e subsolo amazônico através da torpe exploração da ingenuidade dos chamados "povos da floresta". E não tenham nossas elites as dúvidas dos ingênuos: seremos os vilões da história pois, nesta jogada, o mundo estará contra nós, e a própria ONU também.

Nossa saída, no caso, é a mesma da China e da Índia. Precisamos, ao menos, ter capacidade para exercer um alto nível de dissuasão. Se não tivermos capacidade para efetivamente nos defender, acabaremos tachados de inimigos da própria humanidade, conforme os planos su-

tilmente em execução, dentro de um futuro que não está muito longe de acontecer.

O mundo dos desenvolvidos, em que pese qualquer jogada diplomática, só tem respeito pelos povos capazes de retaliação efetiva às suas sanções e ao seu poder.

Tal, infelizmente, não é o caso do Brasil, com seus pacifistas abemolados, vivendo as comodidades da fraternidade de um pacifismo irresponsável, que os desobriga do dever essencial de assegurar a sobrevivência da Nação, até para seus próprios descendentes, e suas elites confortavelmente usufruidoras de uma *financocracia* muito bem engendrada para carrear a seus bolsos improdutivos o resultado da renda que deveria ser nacional, e não apenas de parte ínfima da população, com sua quase totalidade cada vez mais empobrecida.

O mundo está se tornando menor

A reação dos povos subdesenvolvidos da área asiática, buscando a maioria nacional através da afirmação alicerçada em altos padrões de segurança e determinação nacionais, tem tornado extremamente dificultadas as atividades da cobiça estrangeira na área.

Como consequência, os espaços disponíveis a essas atividades estão sendo sensivelmente diminuídos, determinando acentuado aumento de interesse nas áreas ainda indefesas,

como a África e a América Latina e, dentro desta, o espaço amazônico.

Dai, o grande desempenho havido em décadas ainda recentes para tirar o Brasil de uma natural liderança, com o possível recrudescimento de um lusitanismo moderno, o que efetivamente conseguiram e, também, o trabalho em curso para conquistarem os valores econômicos abrigados pela imensidão virgem e indefesa da Amazônia.

Torna-se, pois, absolutamente necessário que nossas elites sejam questionadas para o momento histórico que estamos vivendo.

Formadas dentro de um conceito subliminar de que somos parte de uma "aldeia ingênua", por certo terão dificuldades para perceberem que, como na China e na Índia, também no Brasil a prioridade absoluta, neste momento, é a efetiva capacitação da Defesa Nacional, tão postergada e até ridicularizada, quando deveria ter sido tratada ao menos com o denodo e a determinação com que nossos colonizadores e a própria monarquia procuraram assegurar, legando-se este imenso território e esta admirável unidade nacional, que, segundo nossas elites, teriam caído do céu.

O sangue do Brasil, hoje tão doente e tão carente de recuperação, depende, basicamente, desta percepção, pois tudo foi conquistado a custo de um esforço inaudito que as elites semíviras e abemoladas de hoje, embora não pareçam dispostas, precisam continuar.

O Brasil necessita, antes de tudo, tratar do seu sangue doente e se tornar um organismo forte e sadio. Sem uma *Determinação Nacional* capaz de assegurar, a qualquer preço, a Segurança Nacional, alicerce precioso e inequívoco sobre o qual deveremos projetar e construir um Poder Nacional autêntico, capaz de sustentar nossos anseios de respeito por parte de todas as nações, não fomentaremos a paz dos justos sem ressentimentos de inferioridade nem a ordem e progresso que norteiam a própria existência nacional.

O Brasil precisa ser tratado com a importância devida pelo que representa na face da terra e, após isto então, teremos condições de prosperar, educar, enriquecer e ficarmos orgulhosos pelo que representamos em termos de coexistência humana, para exemplo de todos os povos, nações e religiões, como sonham hoje nossas elites mais responsáveis.

Precisamos ter a saúde cívica dos grandes povos para que possamos ser reconhecidos como portadores de forte personalidade nacional.

Como se vê, a base de tudo, o segredo de tudo, são elites determinadas, voltadas para o futuro do país e altamente imbuídas dos deveres supremos da nacionalidade, alicerçadas em uma sólida e indiscutível capacidade nacional de defesa, que também precisamos construir, a todo custo, desde já.

PARA CONCLUIR

Como consequência verificamos dois fatos bem marcantes: nossas elites, cada vez menor em número e maior em capacidade econômica e financeira, estão se divorciando do autêntico nacionalismo e, à medida que se comprimem em número, mais vão se aproximando das elites estrangeiras. De outro lado, o povo brasileiro, em plena explosão demográfica, caminhando em sentido contrário ao desenvolvimento, tende ao desespero, lutando pela própria sobrevivência individual.

Em meio a essa dicotomia situa-se a contínua exploração do povo brasileiro e o contínuo enfraquecimento do Brasil como nação.

Fingindo não perceber o perfil triste que, pela cupidez e imprevidência de nossas elites, se nos afigura para o futuro, estamos substituindo a antiga imagem do gigante adormecido por uma outra muito pior — a do gigante amolecido e relegado à triste condição de conformado em não ser tido como nação séria e viril, e que só ainda não deixou de ser grande e rica pela determinação e garra dos seus antepassados, de quem hoje tanta gente até se envergonha.

Situação triste é esta a que estamos chegando, sem a menor sensibilidade ou qualquer reação válida por parte das elites.

Não podemos pretender um Brasil de povo próspero, educado e progressista usufruindo uma soberania que apenas pensa que tem. Não chegaremos a parte alguma com elites incapazes de assegurar e manter o arcabouço da nação que lhes foi legada, deixando esta tarefa a cargo dos pretensos valores de que estaria imbuída a própria humanidade, como se a ela, e não a si, coubesse a tarefa de o manter e o fazer respeitado.

É como se o Brasil fosse uma consequência dos céus ou da bondade do mundo, e não uma dádiva dos nossos antepassados que a nós, e não a eles, cumpre indeclinavelmente preservar.

Como se verifica, está faltando ao Brasil a riqueza das riquezas que é a determinação das próprias elites em preparar o Brasil para que ele se apresente ao mundo como uma nação forte, viril, decidida e capaz, que veio para ficar e lutar por seu espaço, desencorajando os afoitos.

Todos sabem que a condição básica para a continuidade nacional é a segurança, sem a qual todo progresso é efêmero como castelo de areia. E esta segurança é a grande prioridade postergada.

O Brasil tem todos os elementos de que necessita para se constituir nesta nação pujante e realmente soberana que o povo brasileiro deseja ser. Para tanto, é necessário apenas que nossas elites se compenetrem desta responsabilidade como inalienável a todos, e não a determinadas

categorias em particular, e propugnem para uma união nacional em torno deste assunto que pode ser antipático, incômodo e até muito antieconômico a curto prazo, mas que é, sem dúvida, a grande prioridade que, se não for resolvida a partir de hoje,

de nada irá valer qualquer outro esforço, por mais atraente ou eleitoreiro que seja.

Com o passar de algumas poucas gerações de nada terá valido o esforço inaudito dos nossos antepassados.

As elites acabarão com o Brasil.



ARMANDO AMARAL PAES é Tenente-Coronel R1 de Infantaria. Oriundo do COR, que capacitou oficiais R2 que participaram da FEB a prosseguir a carreira militar, possui, além deste, os cursos de Material Bélico, Técnica de Ensino, Aperfeiçoamento de Oficiais e Relações Públicas (Escola de Administração Pública do Ministério da Fazenda). Participou de vários cursos de extensão na ESG (com trabalhos apresentados) e na ADESG. Trabalhou na CETEST para o governo de São Paulo. Em 1973 ingressou na AVIBRAS Indústria Aeroespacial S/A, da qual foi gerente de vendas nacionais e gerente do escritório do Rio de Janeiro. É membro do seu conselho consultivo e um dos seus cotistas.



XAMBIOÁ — A GUERRILHA PERDIDA (ensinamentos)

Tarcísio dos Santos Vieira

"Devemos voltar às lições das guerrilhas, não para remover ossadas perdidas, mas para buscar ensinamentos que preservem, no futuro, o idealismo e a vontade dos jovens, direcionados a objetivos sadios que assegurem, realmente, no porvir, a harmonia e o bem-estar de nossa gente."

"Os ensinamentos das guerrilhas, para os verdadeiros amigos da Pátria, unem a todos no difícil momento atual para, juntos, recuperarmos o tempo perdido à restauração concreta de nossa consciência cristã e da vontade nacional."

"A guerrilha é como uma munição a azucrinar um elefante, e dependendo deste símbolo representar os ideais e as aspirações de um povo, será capaz de explodir o paquiderme; do contrário, jamais passará de munição."

INTRODUÇÃO

Em entrevista publicada no jornal *O Povo* de Fortaleza, CE, em 18.05.91, sob o título "Em Busca da Guerrilha Perdida", um ex-guerrilheiro de Xambioá fez um relato daquele episódio, nele buscando remover ossadas e reconstituir, no seu dizer, a memória nacional, tendo ainda afirmado que as Forças Arma-

das tiveram um desempenho pouco elogiável.

Pelo fato de encontrar-me, à época, em atividades militares naquela área, e ter sido citado pelo referido ex-guerrilheiro em ação que lhe ajudou a voltar à vida familiar na sociedade, cumpro-me relatar os fatos ocorridos para neles situar-me, podendo oferecer reflexões e ensinamentos do interesse público.

mundo inteiro, proporcionalmente, são das que pesam menos aos cofres

públicos.

Em respeito à defesa da Pátria cum-pre ainda assinalar um recente exemplo. Trata-se de reverenciar os militares mortos na Intentona Comunista de 1935 e, após a Revolução de 31 de março de 1964, em movimentos de guerrilha, destacando-se os de Caparaó, Registro e Xambioá, este último aqui em foco.

Cumpre-me também fazer uma referência especial aos policiais militares e a civis também sacrificados heróicamente, pois, com idénticos fins, o fanatismo ideológico inaugurou neste país — com requintado planejamento — a era dos ataques a sentinelas, dos seqüestros, dos assaltos a bancos, do terrorismo, enfim.

O sacrifício daqueles bravos evidência um testemunho: é o da sentinela indormida que zela e alerta sobre a aproximação do perigo. De fato, embora à época alguns inocentes afirmassem estarem os militares vendo fantasmas, hoje, com a queda do muro de Berlim, todo o mundo viu, concretamente, pela televisão, desmoroar no leste europeu o "paraíso" do socialismo marxista. E, note-se que o próprio Marx, bem antes daquele sonho se desmoronar, já afirmava que a única possibilidade do socialismo se realizar seria através daquela ditadura do proletariado, pois tudo o mais era utopia.

Por isso, no leste Europeu, as bandeiras vermelhas da foice e do mar-

Na realidade, muito me custa voltar àquele episódio. Se o faço, é exclusivamente em respeito à juventude atual, que é a mesma de sempre: es- perancosa e idealista. Assim, desejo expor realidades daquele episódio e da época atual, no intuito de oferecer reflexões e ensinamentos que previnam os jovens sobre negativismos e euforias, de origem interna ou externa. O que importa é preservá-los no ordenamento e fortalecimento da vontade, dirigida a objetivos sadios. Também o faço em honra ao Exército Brasileiro e às demais Forças Armadas que, desde suas origens, refletem a alma do povo e a própria unidade nacional. Assim, pela coerência e constância com que os militares se dispõem à nação — seja defendendo a soberania nacional, seja cooperando com o desenvolvimento do país, são correspondidos plenamente com a confiança do povo brasileiro. E isto se comprova pela invencibilidade das Forças Armadas em todas as campanhas em que tomaram parte: de âmbito interno, para assegurar a soberania, a pacificação a unidade brasileira, e, de âmbito externo, na defesa dos princípios democráticos contra os totalitarismos.

Do exposto, o que se observa é o notável traço de união entre as Forças Armadas. Tanto que ao presenciar a participação do Exército brasileiro em Xambioá com tropa potada por militares das outras Forças Armadas, naturalmente me refiro a todas. De fato, em tudo são solitárias, até no dispêndio, pois no

Agora, em união espúria com narcotraficantes e contrabandistas, satisfazem melhor seus apetites escusos.

Alí, idênticos bandos engordaram suas forças, constituindo as guerrilhas do Sendero Luminoso e do M-19, que se mantêm até nossos dias, espalhando terrorismo, destruição e morte.

E, graças à vigilância e oportuna ação dos militares, não pôde enraizar-se a ponto de alcançar seus objetivos mortais. Não fosse aquela pronta ação, na melhor das hipóteses ainda hoje teríamos, em nossa Pátria, a situação que todos conhecemos no Peru e na Colômbia.

Pela definição acima exposta, a chamada Guerrilha de Xambioá, apesar da esmerada preparação doutrinária e prática de seus elementos, não sou de um pequeno bando armado, exterior e em nosso país, nunca passaria a prática de seus elementos, no uso de um símbolo, distinto e consistente, e de outros procedimentos convencionais, que caracterizam operações conduzidas de acordo com as leis e costumes da guerra.

Costuma realizar-se tanto no meio rural, como no urbano.

Guerrilha é uma forma de guerra irregular que, agindo de surpresa e constituída por forças na maioria locais, pretende enfiar-se no inimigo em seu próprio território, com ações táticas envolvendo sabotagem, terrorismo, incursões, emboscadas (táticas), com vistas a determinados objetivos.

Em princípio, ao tratar de guerrilha, devemos defini-la.

O que foi o Movimento de Guerrilha de Xambioá

O PERFIL DE XAMBIOÁ

Pelo exposto, através da ordenação dos assuntos, ofereço um perfil da chamada guerrilha de Xambioá para, após, concluir com ensinamentos.

Por fim, ao recordar Xambioá, o faço na condição de homem que apresenta o perfil médio do militar brasileiro: filho de classe média e cidadão, soldado e cristão. Por isso, equidistante de interesses e de influências de caráter econômico ou político (partidário ou ideológico), sinto-me capaz de, sem injunções, relatar aquele episódio, dele retirando lições isentas.

E entre aquelas bandeiras há um ciclo vicioso, pois uma fomenta a miopia e a outra a exploração. E nisto o grande perdedor é o jovem e, com ele, o futuro do Brasil.

de prazer, de drogas e de sexo. e inescrupuloso, estimula excessos de *ruptura* que, na busca do lucro fácil do ir-e-vir, e a outra, *corrupção* e *corrupção* que, na busca da liberdade siivamente, busca impedir a liberdade preta o ódio e a violência e, até agredir *patxas ideológicas* que, há muito, bandeiras nocivas: aquela mesma de precisa ocorrer com o arriamento de Aqui, também, a "queda do muro"

já foram arriadas.

telo e as outras, das linhas auxiliares,

Antecedentes do movimento

Desde sua organização, em 1962, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) defende a luta armada para a conquista do poder. À época, obedecia à linha chinesa, integrando, junto com outros modelos, o Movimento Comunista Internacional (MCI). E este já dera seus primeiros sinais de vida, entre nós, produzindo os mortos da intentona de 1935.

Foi assim que, fiel àqueles princípios, o PC do B procurou transplantar para o Brasil “a guerra popular prolongada” que seria desencadeada com o estabelecimento de um Exército Popular de Libertação, do qual a guerrilha seria um embrião.

Esta, por mais que neguem ex-guerrilheiros, é a triste verdade. É preciso, pois, esclarecê-la, para evitar que pretendam “recuperar a memória nacional” posando de heróis.

Em entrevista publicada no jornal *O Povo* (Fortaleza, CE — edição de 18.05.91), sob o título “Em busca da Guerrilha Perdida”, um ex-guerrilheiro de Xambioá afirmou ser favorável à luta armada para a conquista do poder; confessando-se, assim, fiel ao PC do B de Stalin.

A força da guerrilha

Ao tratar da chamada guerrilha de Xambioá, todo ex-guerrilheiro costuma omitir os objetivos que a motivaram e, também, alegar terem sido derrotados por lutarem, com apenas 70 homens, contra as Forças Arma-

das. Com isso pretendem iludir sobre o que representa um homem disfarçado, bem armado e entocaiado em mata densa, que lhe é familiar, para surpreender e metralhar alguns ou até dezenas de homens.

Em artigo publicado em *O Jornal*, de 21.06.70, intitulado “Guerrilha & Terror”, a escritora Rachel de Queiroz, ao se referir à força da guerrilha, comentou: “Baseados nesses e em outros exemplos clássicos, foi como os promotores da insurreição comunista na América do Sul, decerto, imaginaram o que seria a sua guerrilha: já que não dispunham de exércitos nem armamento para a guerra aberta, saíam para a guerrilha e, aos poucos, iam roendo de dentro a estrutura do Estado, aos poucos desmoralizariam as Forças Armadas, aos poucos ocupariam territórios de dentro para fora, até chegarem ao domínio dos postos-chaves.”

Seria lícito esperar-se que as Forças Armadas, através de tropa regular, iriam comparecer àquela esmerada armadilha para serem desmoralizadas, entregando-se cordeiramente ao sacrifício?

O objetivo

O objetivo da guerrilha em Xambioá era transformar aquela área em uma Zona Liberada — independente do Brasil — de onde surgiria o Exército Popular de Libertação, instrumento para desmoralizar e destruir as Forças Armadas deste país e im-

plantar um Estado Totalitário vinculado ao MCI (Pequim e Tirana).

Localização, terreno e recursos humanos

A área daquelas ações foi escolhida judiciosamente.

Situava-se na trijunção das fronteiras dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins), no chamado Bico do Papagaio, num triângulo que liga as cidades de Marabá — a metrópole regional — às cidades de Araguaínas e Xambioá.

O terreno é ondulado e atapetado por luxuriante e exessa floresta. As amplas bacias dos rios Tocantins e Araguaia dominam o panorama hídrico. O clima é equatorial superúmido, com temperatura média de 24 Graus Celsius. A “Serra das Andorinhas” constitui-se no acidente topográfico de maior vulto.

E o reino amazônico. Ali o homem, dominado pela natureza e sem a solidariedade dos outros homens, vive rarefeito na mata, nas poucas cidades e lugarejos, em atividades de subsistência e de extração e comercialização da madeira, do babaçu e da castanha.

Foi ali que, em 1967, chegaram os homens da cúpula do PC do B para, após minuciosa análise, decidir sobre a escolha da área.

Predominavam os fatores favoráveis: localização próxima aos limites da jurisdição e controle de três Estados, o que asseguraria maior liberdade de ação; a pujante Amazônia ofereceria proteção e condições de

mobilidade e de sobrevivência à futura guerrilha, que ainda poderia contar fundamentalmente com a população. Esta última seria conquistada com a técnica de sempre: exploração ideológica dos problemas de terra, comercialização da madeira e da castanha, falta de transporte e deficiência de assistência humana.

Estava escolhido o teatro.

Os meios, o preparo e a organização

Da multinacional ideológica, que o MCI representa, foram importados os principais meios: a doutrina, a dialética e o treinamento da Guerra Revolucionária, que se originaram basicamente da revolução comunista de 1917 na Rússia, e de 1949 na China.

À época de Xambioá, aqui no Brasil eram tentáculos ou filiais do MCI: a Esquerda Ortodoxa representada pelo PC do B, da linha russa do PCUS; a linha Trotskista atrelada à 4ª Internacional, hoje prioritariamente representada pela Convergência Socialista (integrante do PT) e a Esquerda Revolucionária (maoista, castrista e albanesa) representada pelo PC do B e outros.

Portanto, ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), da Esquerda Revolucionária, que defende a violência revolucionária e a luta armada para a conquista do poder, coube, pelo fanatismo dos seus líderes, a responsabilidade do Movimento de Guerrilha de Xambioá.

De fato, foi da responsabilidade daquela liderança cursar e divulgar os cursos que realizaram na China, Albânia, Tchecoslováquia e Cuba. Foi ela quem recrutou, entre jovens estudantes de 17 a 20 anos, a maioria dos seus efetivos, inculcando-lhes a doutrina e os seus instrumentos de luta. Por fim, foi aquela cúpula que retirou os jovens dos seus lares e das escolas, levou-os aos delitos e à clandestinidade, internou-os na selva, sem informar-lhes sequer “para onde iam” e “com que objetivo”.

Apenas impuseram-lhes: “vencer ou morrer”.

Preparado o laboratório de Xambioá, em 1967, a partir de 1970 começaram a chegar aquelas jovens cobiças para realização de severo treinamento, em três fases: teórica, prática e tática. As instruções programadas tinham o caráter físico, político e militar. Em abril de 1972, o treinamento já estava completo em níveis de grupo.

Durante a ação estavam organizados em três bases: Apinajés, próximo a Marabá; São Raimundo, frente a Araguatins e Caiano, frente a Xambioá. Em cada base operava um Destacamento.

Certamente a organização política prejudicou a militar, tanto que nunca passaram de “bandos” que ora se escondiam, armados, para treinar e poder matar, ora apareciam, desarmados, para conquistar a população, com ela convivendo. E na luta, os contatos entre os Destacamentos eram feitos apenas pelos respectivos che-

fes. Por isso, a simples indisposição de um deles gerava desorganização.

O choque e a derrota

Na noite de 15.04.72, após uma conferência dos Chefes de Destacamento, na base de São Raimundo, ficou acertado a deflagração da luta armada. Após desencadeada uma panfletagem concitando ao apoio da população, ocorreram os primeiros choques, sendo a primeira vítima um cabo do Exército.

A luta se desenvolveu, com interrupções em três fases, ao longo do período de 1972 a 1974. A derrota final ocorreu principalmente pela perda do apoio da população local e ainda pela destruição da oficina de armas, rede de apoio, desmantelamento da impressora, conhecimento pelos militares da maioria de suas áreas de homizio com apreensão de vasto material.

Ao final, com baixas, entregaram-se, tendo ocorrido evasões, dentre as quais as dos principais líderes do PC do B.

Referindo-se à guerrilha rural, em seu artigo já citado, Rachel de Queiroz afirma: “Não é por eu empunhar uma bandeira vermelha, encher a cintura de cartucheiras e sair gritando em nome do povo, que o povo corre atrás de mim”, e adiante, ainda, referindo-se ao terrorista urbano: “A não ser nos círculos restritos e sofisticados dos esquerdistas de botequim, ninguém os aplaude, ninguém sequer os justifica.”

ENSINAMENTOS

A chamada guerrilha de Xambioá merece profunda reflexão pois é rica de ensinamentos. Aqui se pretende apenas apresentar lições isentas, em resposta à entrevista do ex-guerrilheiro que motivou este ensaio.

Eis as principais:

- Em Xambioá, o jovem, motivado por primorosa técnica de multinacional ideológica, teve exacerbado seu potencial de idealismo e de paixão, o que lhe produziu uma explosão de vontade e determinação. E conheceu o extremismo violento.

Tanto que, guiado por fanáticos marxistas que escolheram judiciosamente o campo de luta e as armas de uma guerra suja, atraiu a presença dos profissionais da defesa da Pátria — seus irmãos militares — para um choque fratricida, pois o jovem, equivocado, iria lutar para entregar um pedaço de nosso chão àqueles interesses internacionais.

- Ocorreu, pois, naquele episódio, o jovem ter seu sentimento de liberdade e justiça explorado pelo conhecido estratagema marxista, que se nutre de feridas: desníveis sociais e antagonismos. Para tanto, dentre outros processos, pinça, na sociedade, jovem rebelde ou por natureza contestador (“do contra”) para incutir-lhe doutrina, *praxis* materialista e a conhecida arma da luta de classes.

Após, prossegue a incitá-lo ao crime das ações terroristas, até torná-lo banido do meio social, forçando-o à clandestinidade. Depois, na última

fase do processo, mão desconhecida do jovem — agora desamparado e sem opção — acolhe-o, “solidária”, para então mostrar sua verdadeira face, servindo-se dele até à exaustão.

Xambioá foi a última fase daquele processo.

- O realismo cruel do episódio acima comentado tem semelhança com um outro adiante narrado, porque, ambos, sacrificam o idealismo e a vontade do jovem. O tema bem que serviria para enredo de novela de bom conteúdo, mas, certamente, quando a televisão ajudar no processo educativo.

O outro episódio é atual. Relaciona-se às ocorrências do consumismo, do prazer, sexo, corrupção, violência e outros escândalos que, por serem divulgados pela “mídia”, em especial a televisão, como instrumento de competição e lucro, parecem ganhar poder multiplicador ao invadirem os lares, até com requintadas “chamadas”.

Na perspectiva dos ensinamentos ao jovem, que busca espaços para sua realização humana e profissional, pode ocorrer normalmente que, ao consumir no cotidiano e na televisão aquelas apelativas mensagens, ingresse num processo gradual de desordenamento.

Por vezes poderá fraquejar e, ao se defender dessa “selva de pedra”, buscar gradualmente uma outra liberdade muito propalada. Então também principia a fugir da luta e das responsabilidades, tornando-se progressivamente frio ou agressivo, egoísta e

preso ao êxito fácil — a “lei de Gerson”.

Nesta última fase, estando enredado pela droga e os seus sonhos alucinógenos ou por outras experiências libertárias, pode chegar à exaustão.

Nos dois episódios, o jovem busca a liberdade com sentidos diversos, mas, em ambos os casos, chega à “escravidão”.

- A realidade é que o nosso país se aproxima do fim do século e do milênio com os mesmos desníveis sociais e antagonismos que, friccionados, geraram Xambioá.

Permanece a exploração de minorias sobre maiorias e do homem sobre o homem, fundada na corrupção de costumes e na impunidade.

Portanto, chega de hipocrisia. A causa principal não se encontra no exterior — nas multinacionais socialistas ou capitalistas — mas aqui mesmo. Assim, que os ensinamentos de Xambioá nos façam encarar as causas reais dos nossos problemas, para o estímulo às soluções.

Em síntese, sente-se claramente a falta de espírito público. Para alcançá-lo é preciso educar, e urgentemente. Tenha-se sempre presente o modelo japonês, da cultura refletida no amor ao trabalho e no respeito mútuo.

- Pelo exposto, o processo educacional deve exigir, prioritariamente, estímulos para fortalecer a família — matriz do amor — e os educadores que, em suas cátedras, devem complementar aquelas lições de amor — do lar — para projetá-las, através de seus educandos, na sociedade. Ao

longo do processo, porém, há que contar com os comunicadores sociais — TV, rádio e imprensa — já na prática da ética tão esperada, privilegiando aquelas lições. Assim, o homem possuirá espírito público.

Quanto ao amor de que tanto necessita o jovem, desde o berço, seria fundamental a participação dos autênticos religiosos — dotados de vida interior — para trabalharem em suas searas, na sementeira de Deus no coração do homem.

- Dessa forma, impulsionada aquela vibrante cruzada contra o atraso, chegaremos ao próximo alvo: recer do terceiro milênio com a contribuição do Brasil à harmonia entre os homens, liderada pelos jovens de hoje que serão os líderes do amanhã.

- Por fim, em espírito de pacificação e civismo, que empolga o militar brasileiro e, na harmonia de Guararapes, onde, da união de brancos, negros e índios surgiu a um só tempo a Nação e o seu Exército, embrião das outras Forças Armadas, dirijo-me ao ex-guerrilheiro daquela entrevista:

“Você, pessoa humana a quem respeito, e que, ainda menino, foi meu instruindo no centenário Colégio Militar de Fortaleza, trazendo do seu lar e recebendo de mim tanto amor e esperança, mas logo deixando aquele sadio convívio alencarino para seguir ínvios caminhos; a você filho da “terra da luz”, que tem família constituída e filhos jovens; a você que vive na sociedade como médico e professor de jovens universitários:

— lembro nosso reencontro e o seu compromisso para comigo, naquela terrível noite de Xambioá, quando você, após entregar-se preso, disse-me que estava disposto a arrostar todos os sacrifícios para voltar às suas origens. Hoje, cobro-lhe o compromisso, desejando que publicamente renuncie àquela filosofia violenta e sem Deus para reaproximar-se de mim e de todos “não peito-a-peito, mas, ombro-a-ombro”, como disse Caxias aos insurrectos vencidos, da Revolução Farroupilha. Isto posto, estarão juntas nossas cidadanias numa

cruzada contra o atraso, que integre um processo educacional com o objetivo de assegurar ao Brasil, já no alvorecer da nova era, a predominância do bem-estar e da vida condigna para todos os brasileiros. Seria a nossa contribuição ao milênio que conhecerá a harmonia entre os homens.

E você teria revelado grandeza d'alma, redimindo-se, ao empregar sua comprovada vontade e determinação, direcionadas àquele concreto objetivo do amor ao próximo.

Cel R/I TARCISIO DOS SANTOS VIEIRA — Diplomado em todos os cursos de formação, aperfeiçoamento e altos estudos militares necessários à carreira do oficial do Exército Brasileiro. Foi instrutor da Escola Preparatória de Cadetes, do Colégio Militar e do CPOR de Fortaleza, CE. Comandou a Polícia Militar do Ceará e o Regimento Guararapes (Jaboatão, PE). Foi, ainda, Chefe do Estado-Maior da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (Recife, PE) e Adido Militar à Embaixada do Brasil em La Paz, Bolívia.



INFORMAÇÕES

HENRIQUE LAGE*

Cadete nº 1 do Exército Brasileiro
50º ANIVERSÁRIO DO FALECIMENTO

N o dia 2 de julho de 1941 faleceu, no Rio de Janeiro, o eminente brasileiro Henrique Lage. Ao ensejo do 50º aniversário desse evento, diversas entidades dele se lembraram e associaram-se para homenagear o grande vulto do cenário empresarial do Brasil e um dos maiores amigos de nossas Forças Armadas.

A *Defesa Nacional* reverencia a Academia Militar das Agulhas Negras, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, o Serviço de Documentação Geral da Marinha, a Diretoria de Assuntos Culturais do Exército, o Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica, a Irmandade da Santa Cruz dos Militares e a Turma Henrique Lage (Aspirantes do Realengo em 10 de setembro de 1942) que, no dia 02 de julho de 1991, patrocinaram duas marcantes homenagens ao grande pioneiro de um sem-número de atividades industriais em nosso País, assinaladamente nos setores das indústrias naval e aeronáutica.

Nas fotos A, B, C e D, tiradas na Igreja da Santa Cruz dos Militares e no Cemitério São João Batista, destaca-se a presença da Academia Militar das Agulhas Negras e da Marinha de Guerra, além de representações das entidades acima enumeradas.

NOTA: Por ocasião do centenário do seu nascimento, em 14 de março de 1981 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos emitiu um selo comemorativo, com edital da lavra do Engenheiro Galba de Boscoli. Grande amigo e auxiliar de Henrique Lage, a Galba de Boscoli foi

dedicada a fotografia E, que assinala a solenidade em que Henrique Lage foi agraciado com a Ordem do Mérito Militar, em 25 de agosto de 1938. Eis o texto do edital acima referido:

“CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE HENRIQUE LAGE”

“A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, associando-se às homenagens prestadas a Henrique Lage, emite selo comemorativo para assinalar o transcurso, a 14 de março de 1981, do Centenário de seu nascimento. Figura das mais proeminentes do cenário empresarial brasileiro, atuou em quase toda a primeira metade deste século, destacando-se entre os pioneiros de nosso desenvolvimento industrial, marcadamente no setor das construções navais e aeronáuticas.

“Antonio Lage, seu pai, empresário de ampla visão, adquiriu, em fins do século passado, a Ilha do Viana, na Baía de Guanabara, e organizou a firma Lage Irmãos, ponto de partida para o que, mais tarde, sob a firme direção de Henrique Lage, seria conhecido como o Império Lage. Com o advento da República e a nacionalização das companhias de navegação, Lage Irmãos fundou a Companhia Nacional de Navegação Costeira que, com seus tradicionais “ITA”, foi, por largo espaço de tempo, a principal empresa de navegação marítima no País. Em 1913, com a morte de Antonio Lage, os filhos prosseguiram as atividades da firma, cabendo a Henrique liderar o grupo.

“No início de 1919, com a lamentável perda de dois de seus irmãos e com o afastamento de outro, Henrique ficou praticamente só na direção da firma. Dotado de um espírito altamente na-

cionalista, sabedor da importância, para o País, dos transportes marítimos e de sua dependência da produção de carvão e da construção naval, incentivou, então, a exploração do carvão nacional e preparou a Ilha do Viana para a grande construção naval, instalando ali uma carreira, na qual, em 1919, lançava o *Itaquatiá*, o primeiro navio a vapor de grande porte construído no Brasil.

"Em 1922, fez funcionar a primeira refinaria de sal brasileira, que se incluiu no rol de suas empresas. Outra atividade pioneira, sob os auspícios de Henrique Lage, foi a instalação, em 1935, na Ilha do Viana, da primeira fábrica de aviões brasileiros, para construir o *Muniz-7*, avião desenhado e construído totalmente no Brasil, exceto o motor.

"Foi também precursor na adoção de medidas de proteção ao trabalhador. Ao serem instituídas nossas leis sociais, suas empresas, de há muito, já concediam a seus empregados qua-

se todos os benefícios por elas criadas, o que lhe granjeou profunda estima da parte destes.

"Suas atividades o aproximaram dos militares, entre os quais fez grandes amigos e admiradores. Os cadetes da Escola Militar recebiam tratamento especial em seus navios, onde muitos deles viajavam de "cortesia" durante as férias escolares. Instituiu prêmios e troféus para disputas intelectuais e esportivas entre os cadetes. Participou da construção da Academia Militar das Agulhas Negras, através da doação de todo o mármore lá empregado, também uma indústria pioneira de suas empresas, pois não é remota a época em que importávamos todo o mármore aqui consumido.

"Quando de sua morte, em 1941, a Escola Militar associou-se às homenagens que lhe foram prestadas, culminando com a concessão do título de "Cadete nº 1", em reconhecimento a tudo quanto havia feito em prol do País e do Cadete Brasileiro."

FOTOS A e B

Aspectos da missa, realizada na Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares





B

Rio Branco a ele respondeu ad-
em função de consciência elevada
de ser fundamental o Brasil
muitas conformadas às suas

FOTOS C e D

Aspectos da romaria ao túmulo de Henrique
Lage, no Cemitério de S. João Batista



C



FOTO E

Henrique Lage na solenidade em que foi agraciado com a OMM, em alinhamento com os Generais Cândido Mariano da Silva Rondon, Paul Noel (então Chefe da Missão Militar Francesa) à sua direita, e João Carlos Toledo Bordini à sua esquerda.

BARÃO DO RIO BRANCO — UM DIPLOMATA DE ESCOL COM ALMA DE SOLDADO

Embora a paz mundial seja ideal a ser conquistado um dia, as nações, de modo geral, procuram dispor de forças armadas melhor organizadas, equipadas, instruídas e motivadas para um emprego eventual (indesejado, no caso brasileiro), dentro das respectivas possibilidades.

No Brasil, pouquíssimos estadistas civis como o Barão do Rio Branco, que passou à História como o Chanceler da Paz, compreenderam e responderam, em seu tempo e à altura, a esta pergunta, de difícil resposta para quem não possui perspectiva histórica: Forças Armadas Brasileiras — para quê?

Rio Branco a ela respondeu adequadamente, em função da consciência elevada que possuía, de ser fundamental o Brasil dispor de forças armadas conformadas às suas potencialidades, e com os seguintes objetivos: servirem de dissuasão a aventuras militares internas e externas; servirem de respaldo à política internacional do Brasil; servirem como elementos de pronto emprego em emergências internas e externas; servirem de núcleos de expansão na eventualidade de uma guerra e, finalmente, servirem como elementos de preservação e divulgação do patrimônio por elas acumulado, em arte e ciência militar, ao longo do processo histórico de quase cinco séculos de lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas.

Ele sabia que foram elas que, decisivamente contribuíram para delinear, consolidar e manter um Brasil de dimensões continentais, o que não foi obra de um milagre, mas de muito sacrifício, sangue e vidas de irmãos brasileiros, nossos ancestrais.

Desta última circunstância, Rio Branco adquiriu profunda consciência através dos pioneiros e profundos estudos de História Militar do Brasil que realizou. Constatar isso é obra de simples verificação, pela leitura de suas *Efe-*

mérides Brasileiras, lidas sempre no início das sessões do sesquicentenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Nessa instituição, que viria a presidir um dia, ele ingressou aos 22 anos, em 22 de novembro de 1866, na presença do Imperador, D. Pedro II. Ia acesa e viva a Guerra do Paraguai em cujo estudos e divulgação ele se assinalou, já que, em parte, a Europa tomou conhecimento da guerra por seus escritos enviados para jornais de além-mar.

Em sua posse, Rio Branco biografou o Marechal José de Abreu, o Anjo da Vitória, herói consagrado das guerras cispalatinas (1810-27), morto em ação na batalha do Passo do Rosário (27 Fev 1827), a maior batalha campal ocorrida em território do Brasil. Na ocasião em que comandava paisanos, foi com eles impensado num choque entre a cavalaria inimiga e a infantaria brasileira, ao comando do general Calado.

Ao ouvirmos e depois lermos o discurso de posse do ilustre historiador e diplomata Roberto Luiz Assunção Araújo no IHGB, em 26 de abril de 1989, sob o título *Rio Branco historiador*, podemos ampliar, com segurança: "Rio Branco historiador militar brasileiro". Eis o que nos propomos demonstrar, apoio no citado autor e embaixador, de atuação relevante, na publicação da monumental *Obras Completas do Barão do Rio Branco*, em 12 volumes.

A vocação de Rio Branco para a História Militar do Brasil foi compulsiva.

Aos 16 anos biografou o capitão de Fragata Barroso Pereira. Aos 19, na Escola de Direito de São Paulo, escreveu *Episódio da Guerra do Prata*. A seguir, escreveu sobre o Marechal José de Abreu. E prosseguiu firme nessa linha de estudos que, segundo o citado historiador Roberto de Assunção, "desabrocharam nos magistrais estudos sobre a Guerra do Paraguai e nas memórias escritas em defesa dos direitos do Brasil nas questões de limites com a Argentina, França e Inglaterra".

Era grande o interesse do Chanceler da Paz, não só pela História Militar do Brasil, como pelo nosso fortalecimento militar, que eleaju-

dou expressivamente a impulsionar através da Reforma Militar e nos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca, como Ministro das Relações Exteriores, para que "o Brasil pudesse desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabia no convívio das nações".

Ele ajudou a recolocar o Exército no rumo do profissionalismo militar, depois de um triste período de esforço equivocado no bacharelismo militar (1873-1905), em decorrência dos regulamentos de ensino de 1873 e 1890, que levaram a operacionalidade do Exército, para o cumprimento de missões de defesa interna e externa do Brasil, a níveis inferiores aos dos tempos da Guerra do Paraguai.

O Chanceler que incorporou pacificamente ao território brasileiro milhares de quilômetros quadrados, por sua superior ação diplomática, "inteligente e sem vaidade, franca sem indiscrição e enérgica sem arrogância", conhecia em profundidade o processo histórico brasileiro e sua história militar terrestre e naval, as quais desenvolveu, dominou, sobretudo, valorizou, como instrumentos de desenvolvimento do Brasil.

Rio Branco conquistou a Paz preparando a nação para melhor enfrentar a alternativa indesejável de uma guerra, fato comum até hoje na História.

Em seus estudos sobre a Guerra do Paraguai, o futuro "Chanceler da Paz" manteve contatos estreitos como o já consagrado Pacificador e maior de nossos generais — o Duque de Caxias, particularmente em função das judiciosas anotações que fez na *História da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai*, de Louis Schneider, conselheiro de Guilherme I da Prússia, editada em Leipzig, em 1872, em 3 volumes. A respeito escreveu-lhe Caxias, em 1876, que ele, Rio Branco, conseguira realçar, com suas importantes anotações, o mérito da obra de Schneider.

Rio Branco em diversas oportunidades demonstrou afeto e consideração pelos militares. Assim o testemunha a seguinte citação.

"Minha simpatia e meu verdadeiro afeto pelos miliares de terra e mar são muito antigos, pois vem dos tempos remotos da primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pe-

dro II que comecei a interessar-me por nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe pátria e suas possessões nesta parte do mundo e, depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil em sua vida independente... Tive a honra de conviver de perto com muitos de nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas de seu afeto e estima... Os sentimentos de minha mocidade para com o nosso Exército e Marinha não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições, sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança de conservação da paz que ele tanta precisa e que precisam todos os povos."

Diplomata de escol com alma de soldado, assim ele definia a relação soldado x diplomata:

"Eles são sócios que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade, o outro bate-se para vingar o direito agredido, respondendo à violência com violência."

O General Tasso Fragoso, o pai da História Crítica do Exército Brasileiro, ao retornar de adido militar na Argentina, na época da Questão de Palmas, foi encarregado de saudar Rio Branco no Clube Militar, pouco antes da morte deste. Na oportunidade, ressaltou a ação do grande estadista patrício, "na estabilização de nossas fronteiras, sem o recurso da força armada, por sustentar seus pontos de vista com o recurso de profundos e sólidos conhecimentos de História do Brasil".

E, ao editar, em 1922, seu clássico *A Batalha do Passo do Rosário*, dedicou: "À memória do Barão do Rio Branco, cuja ação e cujos escritos são exemplos de entranhado amor ao Brasil e de intensa fé nos seus gloriosos destinos. Como testemunho de admiração e de saudade."

Aos brasileiros que, sinceramente, procuram resposta para a pergunta "Forças Armadas Brasileiras para quê?" aconselho recorrerem à História, como o fez um dia o hoje esquecido pela mídia, Barão do Rio Branco, o Chanceler da Paz.

Na História atual temos dois eloquentes

exemplos de nações que preferiram acumular riquezas, a gastá-las com forças armadas, segundo suas potencialidades. O primeiro foi o Líbano, a outrora Suíça do Oriente, hoje com sua soberania em mãos da Síria, após uma luta fratricida, por inspiração inclusive religiosa, que imolou milhares de inocentes e deixou marcas profundas em sua paisagem e no coração de seus filhos. O segundo é o Kuwait, riquíssimo mas indefeso por opção, que acabou sendo invadido, dominado e humilhado pelo Iraque, e resgatado quase em ruínas após servir de palco à mais moderna e sofisticada guerra.

Eis as lições que o historiador militar brasileiro Barão do Rio Branco, o Chanceler da Paz, cedo aprendeu, e que assim traduzo: "Na ordem internacional a melhor prova de sensateza e inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas possíveis."

Segundo Carlos de Meira Matos, Rio Branco deu um grande impulso ao delineamento do pensamento estratégico terrestre e naval brasileiro atual, através do estudo profundo que fez da

nossa História Militar, de 1500 a 1914, para atender às necessidades da defesa nacional.

A importância e, mesmo, a relevância dos estudos de História e Geografia do Brasil decorrem, justamente, da enorme projeção que eles tiveram, têm e terão, por certo, na formulação do pensamento estratégico brasileiro. E dessa relevância, é importante fique entendido, decorrem os estudos de Geografia e História do Brasil que vêm sendo realizados, desde 1938, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no que foi seguido por congêneres estaduais e municipais e, desde 1937, pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Tais estudos têm-se constituído, para as grandes nações, conforme o demonstra a História, em valiosas ferramentas de formulação de estratégia nacional.

Claudio Moreira Bento
Membro do IHGB e do IGHMB

BICENTENÁRIO DA MAIS ANTIGA ACADEMIA MILITAR DAS AMÉRICAS

Em 17 de dezembro de 1992 transcorrerá o bicentenário da mais antiga academia militar das Américas, a Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho conforme abordamos em *Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil* (Rio, POUPEX, 1987).

Ela foi inaugurada e instalada na Casa do Trem em concorrida cerimônia na data acima, aniversário da Rainha D. Maria I, pelo 2º Conde de Resende, D. José Luiz de Castro (1744-1819), que foi o 13º Vice-Rei e Capitão-General de Mar e Terra do Brasil, de 1790 a 1801. Ele criaria, cerca de 9 anos após, a vila com seu nome, Resende, a qual, desde 1944, abriga a Escola Militar de Resende, hoje Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Essas duas criações do Conde de Resende com-

pletarão, em 1994, 50 anos de feliz união. Será um capricho da História?

A Real Academia de 1792, apesar de seu nome levar o leitor desavisado a outra conclusão, destinou-se a formar, no Vice-Reino do Brasil, oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros, como revelam seus estatutos. Seu curso era de 6 anos, sendo que os de Infantaria e Cavalaria eram concluídos no 3º ano, o de Artilharia no 5º ano e o de Engenharia no 6º e último ano.

O Marechal José Pessoa, idealizador da AMAN em Resende, ao escrever, em 1938, na *Revista da Escola Militar*, sobre o histórico do Espadim dos Cadetes, justificou que "era para que não acontecesse com a história deste símbolo o que acontecera com a da Academia Real de 1810 que dela apenas sabia-se, então, que havia existido". O historiador General F. P. A. Pondé somente depois é que veio resgatar a história daquela Academia para o Exército, ao descobrir, por acaso, os livros registros da mesma nos porões da Escola Politécnica do Largo do

São Francisco, onde a Academia Real funcionava depois de transferida da Casa do Trem.

Esses livros foram microfilmados e indexados pelo Arquivo Histórico do Exército em 1985, após cedidos pelo Museu de Engenharia da UFRJ no Fundão, onde se encontravam.

O citado historiador já com assinaladas contribuições à História do Exército e, em especial, à sua História Administrativa, declarou-me que a Academia Real de 1810, fundada por D. João VI, não surgiu do nada, da noite para o dia. E, sim, que ela aproveitou o mesmo local e infraestrutura da Real Academia de 1792 existente havia 18 anos, ou seja na Casa do Trem. Declarou, enfim que houve continuidade entre as duas academias, com alteração substancial da amplitude. A Real Academia destinada a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros para o Vice-Reino do Brasil, passou a formar as mesmas especialidades para todo o Reino de Portugal, desde 1808 com sua sede no Brasil, em razão da vinda da Família Real, forçada por Napoleão.

O General A. Pirassununga, em *Ensino Militar no Brasil Colônia* (Rio, Bibliex, 1958), fornece originais subsídios sobre a Real Academia de 1792. Dele conclui-se: que o pai de Caxias e futuro Regente do Brasil a frequentou; que oficiais iniciaram a estudar na Real Academia de 1792 e formaram-se na Academia Real de 1810; que, em 1809, foi nomeado professor para a Real Academia, mostrando que houve continuidade entre as duas, conforme o afirmou o General Pondé, historiador da Academia Real de 1810 in: *Anais do Congresso da Independência* (Rio, IHGB, 1975) e Paulo Pardal historiador da Real Academia de 1792.

Desde 1944, com apoio em pesquisas do então Capitão Moacir Lopes Resende e com a presença do General José Pessoa, começa a ser comemorado, em 23 de abril, o aniversário da então Escola Militar de Resende, tendo como base a data de 23 de abril de 1811, de inauguração da Academia Real Militar na Casa do Trem onde, desde 1792, vinha funcionando a Real Academia de Artilharia, fortificação e Desenho.

Esta é a data aniversário de direito da AMAN! E por que não passar a considerar de direito a data de fato, 17 de dezembro como aniversário da AMAN? Pois foi em 17 de de-

zembro de 1792 que teve início efetivamente no Brasil e nas Américas o ensino militar acadêmico e, na histórica Casa do Trem.

Caso esta data passasse a ser adotada oficialmente como aniversário da AMAN, fruto de decisão competente, esta passaria a ser o mais antigo estabelecimento militar acadêmico no Brasil (atualmente a Escola Naval o é por datar de 1808) e nas Américas (atualmente é mais moderna que West Point criada pelo Congresso em 1801).

Além disso, teríamos, em Resende, duas criações do Vice-Rei Conde de Resende: a cidade e a AMAN que, em 17 de dezembro de 1992, poderia comemorar seu bicentenário.

A Escola Naval, criada em 1808 no Brasil, com apoio em estudos de seus historiadores, revisou sua História e comemorou, em 14 de dezembro de 1982, seu bicentenário com base na criação, em 14 de dezembro de 1782, por D. Maria I, da Classe de Guarda-Marinhas, instituição que transferiu-se para o Brasil, em 1808, com a Família Real.

Se a idade da AMAN passasse a ser contada a partir de 17 de dezembro de 1792, ela passaria a ostentar o título de o mais antigo estabelecimento de Ensino Superior no Brasil, ora pertencente a Escola Naval, que continuaria como título de o mais antigo estabelecimento de Ensino Superior e acadêmico militar do Brasil, em razão de suas raízes em Portugal e transferência para o Brasil com a Família Real.

Estas eram as considerações que cumpria ao historiador fazê-la, dentro de sua responsabilidade social, para que estudadas e sopesadas por quem de direito, desse tempo útil para uma comemoração bicentenária condigna de nossa Academia Militar das Agulhas Negras à altura de suas mais gloriosas tradições, caso houver decisão com apoio na História, de considerar 17 de dezembro de 1792 como seu nascimento efetivo. Assim ela comemoraria em 17 de dezembro de 1992, seu bicentenário e na mesma data a UFRJ comemoraria o bicentenário de sua Escola de Engenharia que teve início na Real Academia de 1792, aliás já decisão firmada pela UFRJ, com apoio em estudos do historiador Paulo Pardal, após traduzidos na obra *Brasil, 1792* (Rio, Odebrecht S.A., 1985).

Essa obra estudou, com a profundidade que a documentação disponível o permitiu, a His-

tória da Real Academia de Artilharia de Fortificação e Desenho, deixando claro que houve continuidade no ensino formal de Engenharia Civil iniciado na Real Academia de 1792, com o que veio a ser na Academia Real Militar de 1810. Daí, por extensão, que o ensino militar acadêmico da Real Academia de 1792 teve continuidade e com a mesma estrutura e no mesmo local, a Casa do Trem, na Academia Real de 1810.

Independente de ser ou não considerada, como nascimento da AMAN, a data de 17 de dezembro de 1792, merece comemoração con-

digna, o bicentenário da introdução do ensino superior e do ensino acadêmico militar no Brasil e nas Américas, o que é muito expressivo para a História das Forças Armadas do Brasil e para a Universidade Brasileira, que também começou na histórica Casa do Trem de Artilharia, atualmente dependência restaurada do Museu Histórico Nacional.

Claudio Moreira Bento, membro dos
Institutos Histórico Brasileiro e de
Geografia e História Militar do Brasil

UM CAPELÃO DO EXÉRCITO O 1º BISPO DO RIO GRANDE DO SUL

Em 25 de julho de 1804, depois de formar-se padre no Seminário da Lapa, Rio de Janeiro, o riograndense, Feliciano Rodrigues Prates, foi nomeado capelão militar da Fortaleza da Conceição, atual sede da Divisão de Levantamento (5ª DL). Dali, passado algum tempo, retornou ao Rio Grande do Sul, como capelão-militar de unidades do Exército e de Milícias, como o Regimento de Dragões do Rio Pardo e o de Milícias (2ª linha) de São Gabriel.

Como capelão-militar ele participou da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, em 1812, e das guerras contra Artigas, de 1816 e 1820.

Em 4 de janeiro de 1817, teve heróico e notável papel na batalha de Catalã, que pôs fim à 1ª guerra contra Artigas. Comandava a tropa brasileira o Governador e Capitão-General do Rio Grande e Marquês de Alegrete, Luiz Teles da Silva, que se fazia acompanhar da sua bela e jovem esposa, D. Margarida de Almeida, Marquesa de Alegrete, filha dos marqueses do Lavradio. Ela acompanhava sempre o esposo nos momentos mais difíceis e perigosos e passou a ser chamada Anjo da Caridade, a partir desse dia, pelo motivo abaixo.

Enquanto o combate se desenrolava, a Marquesa e o capelão militar trabalhavam ativamente no Hospital de Sangue que improvisaram, dando assistência religiosa e de saúde aos feridos que ali chegavam a todo instante. Em dado momento, uma partida inimiga investiu contra o Hospital. Sentindo o perigo de massacre de seus indefesos doentes e da marquesa, o capelão Feliciano reuniu um punhado de enfermeiros e, trocando a cruz pela espada, colocou-se à sua frente e atacou os inimigos pondo-os em debandada, conforme registrou testemunha presencial, Coronel Diogo Moraes de Arouche Lara, o primeiro historiador do Brasil Reino Unido, em *Campanha de 1816*.

Pelos serviços distintos prestados ao Exército, como capelão-militar, recebeu a Medalha do Exército Pacificador e foi feito cavaleiro das ordens de Cristo e da Rosa, passando a merecer o apreço e estima de todo o Exército, no Sul.

Envelhecido e adoentado foi obrigado, com pesar, a aposentar-se da atividade castrense.

Fixou-se, inicialmente, em Rio Pardo, "a tranqueira invicta", onde continuou a prestar assistência aos militares e familiares da histórica guarnição militar. Daí passou a assistir Encruzilhada do Sul de onde, pouco tempo depois, passou a ser vigário em definitivo, conforme registra o historiador. Humberto Castro Fossa, no periódico local *Folha do Sudeste* de 30 de março de 1991.

Nesta então vila, foi alcançá-lo a nomeação

para 1.º Bispo do Rio Grande do Sul. Sagrado no Mosteiro de São Bento, no Rio, tomou posse em Porto Alegre no dia 3 de julho de 1853 e permaneceu à frente do bispado até morrer, em 27 de maio de 1858.

No dia seguinte à posse, os alunos da Escola Militar de Porto Alegre, na Praia de Be-

las, foram visitar o antigo e venerado capelão-militar, para beijar-lhe o anel episcopal.

Claudio Moreira Bento, membro dos Institutos Histórico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil

Assistência Técnica Santos da Rocha

O MAIS RÁPIDO ATENDIMENTO

MÁQUINA BRASTEMP - AQUECEDORES
FOGÕES - AR CONDICIONADO
GELADEIRAS

Orçamento Sem compromisso

GARANTIA TOTAL NOS SERVIÇOS

— *Serviços de Bombeiro Hidráulico* —

Rua Conde de Bonfim, 142 - Lj. 36 - Tijuca - Rio de Janeiro

Tel.: 254-4215



DESTAQUES DA IMPRENSA

UM PROGRAMA PARA VALER

Em 30 anos exatos, o Brasil esgotou uma a uma (e desmoralizou devidamente) todas suas alternativas de governo. Em 1960, no fim do governo Juscelino, o país vivia um quadro de inflação alta, grave crise cambial, corrupção, enriquecimento ilícito e desmoralização nas altas esferas. Elegemos, então, num pleito memorável, um reformador, um jovem presidente enérgico e popular, o carismático Jânio Quadros... apenas para vê-lo renunciar sete meses depois, deixando a nação mergulhada numa gravíssima crise política institucional.

Os "sábios" do antigo PSD contornaram a crise, inventaram um parlamentarismo de algibeira, garantiram a posse do sucessor legítimo e, durante dois anos e meio, experimentamos no governo o populismo esquerdista de João Goulart e Leonel Brizola. Em vão. Os líderes populistas eram imaturos, ignorantes e despreparados. Oscilavam entre San Thiago Dantas e Luiz Carlos Prestes e, em geral, guiavam-se pela característica cegueira histórica dos seus aliados e mentores marxistas, comunistas.

A crise multiplicou-se. Incendiou as Forças Armadas, onde provocou duas graves rebeliões de sargentos, suboficiais e marinheiros, em Brasília e no Rio. Afinal, em abril de 1964, com apoio dos principais governadores estaduais (Minas, São Paulo, Rio, Rio Grande) e da maioria do Congresso (e um generalizado suspiro de alívio nacional), os militares instauraram a "ditadura republicana" do marechal Castello Branco. Logo se constataria, entretanto, que embora capaz de obter bons resultados no plano administrativo, a ditadura não tinha forças para disciplinar e conter a gula e a sede de poder

dos seus próprios subordinados militares, os quais impuseram o inepto sucessor de Castello, Costa e Silva, e, logo a seguir, a "antilei", o arbítrio descarado e o terror do AI-5.

Vinte anos mais tarde, ao fim de cinco governos militares, estávamos como no princípio, embora muitos degraus, acima. Inflação destrabelhada, crise cambial gravíssima, dívidas externa e interna gigantescas, desmoralização e corrupção nas altas (e baixas) esferas. Tentamos então (as modas haviam mudado no mundo), outra vez, a democracia. Governo civil; Constituinte soberana, livremente eleita; e, enfim, eleições presidenciais diretas que acabariam consagrando um reformador, um jovem presidente enérgico e carismático, uma espécie de Jânio Quadros passado a limpo...

Em três décadas, pois, voltamos ao ponto de partida, embora não possa dizer que andamos em círculos. A imagem que nos convém é a espiral. Governo e crise confundem-se, irremediavelmente, entre nós. Tentamos tudo, experimentamos tudo, com a só exceção, talvez, da República Teocrática — o governo da CNBB, apoiado nas Comissões Eclesiais de Base e nas Pastoras da Terra, sob a bandeira do Partido dos Trabalhadores. Em dezembro de 1989, Lula quase chegou lá, é bem verdade, mas o fato é que a experiência da prefeita Erundina, em São Paulo, e sobretudo a hecatombe histórica do comunismo "real" na URSS confundiram e estão pondo em debandada os "teólogos" da Libertação no PT e na própria CNBB.

Nem teocracia, pois, nem democracia. Nem populismo de esquerda, nem governos militares, nem mesmo líderes carismáticos nos servem. A longa crise de Estado está nos fazendo marcar passo e andar para trás há pelo menos uma dúzia de anos, e certamente já é tempo de

tentar descobrir o que está por trás dela, porque falham e se desmoralizam, entre nós, todos os regimes políticos possíveis.

Uma primeira constatação é inevitável: a democracia atual da Nova República e do Brasil Novo, bem mais aberta e verdadeira que a antiga (entre 1946 e 64), revela uma elite política e governativa cada vez pior e em processo de progressiva degenerescência. Não só não temos mais homens públicos e líderes do padrão de um Octávio Mangabeira, um Lacerda ou um Nereu Ramos, como o próprio *nível médio* da representação política caiu enormemente em termos intelectuais e morais. O atual Congresso não é indigente e fraco apenas em matéria de grandes lideranças; também sua infantaria é lamentável. São como mercenários ávidos, prontos a saquear e roubar a cidade ocupada, a nossa. Salvam-se pouco mais de uma meia-dúzia. O próprio Lula fugiu de lá, horrorizado.

Esta progressiva degenerescência tem, certamente, origens sociológicas e culturais. Reflete a emergência de setores sociais novos e o naufrágio da velha elite rural. Reflete o excessivamente rápido crescimento populacional (60 milhões de novos habitantes de 1970 para cá) somado à pobreza, à crise econômico-financeira, à falência do Estado em campos como a educação popular, a saúde e a segurança pública. Reflete a subordinação de parcelas cada vez maiores da população urbana à "ética de sobrevivência", à lei do cão, ao governo dos marginais da contravenção, do narcotráfico e do crime organizado.

Estas origens sociológicas são, entretanto, reforçadas (e realimentadas) em seus efeitos práticos pelo nosso atual quadro institucional e político. A democracia moderna nasceu e formou-se (na Inglaterra e nos Estados Unidos) em comunidades relativamente pequenas de cidadãos-eleitores, ainda reduzidas por limitações e restrições legais diversas. Em dois séculos, o regime ampliou-se e abriu-se à medida que se alargava, com o progresso, o próprio âmbito da civilização e da cidadania entre o povo.

Nós estamos sendo forçados a ignorar nosso atraso social e a começar do fim. Mas nem por isso podemos esquecer que o número exagerado de participantes diluiu e distorce o instituto da representação democrática, até torná-lo uma

farsa, se não forem tomados os cuidados devidos. Um universo eleitoral de muitos milhões de votantes aumenta exageradamente a distância entre o leitor e o eleito, dissolve a responsabilidade do segundo diante do primeiro, cria uma representação mal definida e, quando muito, apenas suposta ou teórica.

As leis que hoje temos, feitas pelos seus próprios beneficiários, agravam brutalmente os nefastos efeitos do número. Num país das dimensões do nosso, o voto proporcional, de legenda, alarga absurdamente os colégios que elegem os deputados e permite ainda que um bom puxador de votos, um demagogo, um Sílvio Santos, arraste atrás de si bancadas inteiras de pingentes parlamentares. A coincidência desastrosa de eleições diferentes (como agora em 1990 e, outra vez, em 1994), juntando no mesmo saco a eleição de deputados federais e de governadores estaduais, deforma ainda mais os resultados. Para completar, o voto compulsório leva às urnas milhões de eleitores desatentos e desinteressados que, para não pagar multa, escolhem à última hora um nome qualquer, do qual talvez na semana seguinte já não se lembrem mais.

Para começar a dar autenticidade e força à nossa representação capenga seria preciso abolir o voto obrigatório, estabelecer o voto por distritos (e aumentar o número de representantes, para que os distritos não se tornem demasiadamente grandes), evitar a coincidência disparatada de eleições e acabar com o critério safado que faz um eleitor de Roraima ou do Amapá valer por quinze ou vinte de São Paulo ou Minas.

Quanto à eleição presidencial direta, imposta pela nossa tradição republicana e pela atual moda no mundo, talvez a melhor maneira de contornar os seus consideráveis riscos (eleição de um Jânio, um Collor, um demagogo ou insensato qualquer) seja adotar logo que possível o sistema francês, que obriga o presidente a governar com a maioria parlamentar e forçou o próprio Mitterrand, em seu primeiro mandato, a "coabitar" com o adversário Chirac.

Seria ainda preciso, sem dúvida, firmar na lei princípios morais mínimos, impedindo os deputados de votar em benefício próprio e determinando que qualquer decisão do Congresso adotada com a violação desses princípios fosse declarada nula de pleno direito. Seria preciso

assegurar que impropriedades e irregularidades eventualmente cometidas pela primeira-dama ou pelo primeiro-damo, pelo governador ou pelo senador não escapassem do devido castigo.

Instrumentos indispensáveis e importantíssimos do processo de saneamento da vida pública são também, sem dúvida, os partidos — que devem filtrar e selecionar os candidatos ao sufrágio do povo. A simples adoção do voto distrital tenderá a reduzir o número deles, mas seria conveniente também moralizá-los. Ainda agora, em São Paulo, vários servidores acusados de enriquecimento ilícito foram forçados a deixar seus cargos no governo estadual. Por que não estender esse saudável critério ao chefe deles, o ex-governador Quéricia, presidente do PMDB? A direção de um partido político é uma elevada função pública que não pode deixar de

estar ao alcance das ações populares e da vigilância dos membros do ministério público. E não só o PMDB, mas também o PFL, um partido dirigido por usineiros inadimplentes, fregueses contumazes do Tesouro, para não falar dessas lendas de aluguel compradas por cavalheiros de indústria, donos de "caixinhas" de origens mal explicadas.

Se o presidente Collor tivesse juízo, se os brasileiros ditos responsáveis tivessem juízo, esse seria o seu programa, o seu Emendão político, a plataforma em torno da qual reunir as chamadas forças vivas da nacionalidade...

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 22.09.91. Assina-a o jornalista Fernando Pedreira).

NACIONALISMO E ANACRONISMO

O conceito de Modernidade, num mundo em que tudo já foi dito, não faz outra coisa do que tentar ressuscitar idéias seculares, que deslumbraram gerações antigas. Como no caso da adoção dessa *laissez-passer*, que os investidores foram encontrar num economista de começos do século XVIII, Boisguilbert, cujos livros datam de 1706. O que não dá para entender como um deputado brasileiro do Partido Trabalhista, o sr. José Genuino, fulmine como *anacronismo* o *nacionalismo econômico*, que nunca deu bola a um falso liberalismo, que nunca serviu senão para enganar os trouxas. É o caso de trazer a debate o sociólogo austríaco Hans Kohn, naturalizado norte-americano, e cuja bibliografia se compõe de diversas obras, que estudam profundamente o Nacionalismo, para chegar à conclusão resumida num livro intitulado *The Age of Nationalism. (The first era of global history)*, publicado em 1962, já traduzido para o português pelo sr. Waltensir Dutra, e divulgado pela Editora Fundo de Cultura como *A era do Nacionalismo*.

Tomo desse autor, que teve oportunidade de publicar, entre outras obras, o *American Nationalism (An interpretative essay)*, 1957, e *The Idea of Nationalism. A study in the origins and background*, que o Fundo de Cultura Econômica, do México, editou com um novo título, o de *História del Nacionalismo*, de 1949, cinco anos depois de sua publicação em inglês. Posuo apenas a edição em espanhol, que me foi oferecida pelo meu prezado amigo Nilo Pereira e que é a obra fundamental de Hans Kohn, nas suas pesquisas em torno do nacionalismo.

O que me leva a voltar à *Era do Nacionalismo*, desse mesmo autor, para citar o trecho em que ele nos diz que "a difusão da civilização ocidental, na forma de Nacionalismo, foi o instrumento que provocou, após curta duração, o fim da hegemonia e do imperialismo europeu. O nacionalismo, até então limitado aos povos ocidentais, tornou-se, rapidamente, um fenômeno universal, a Era do Pan-nacionalismo do século 20".

Um nacionalismo que não ignora, nem despreza a interdependência dos povos, que já figurava no Manifesto comunista de 1848, quando Karl Marx e Frederico Engels escreviam que "ao invés do velho isolamento e auto-suficiência local, temos intercâmbio em todas as direções,

a interdependência das nações. A burguesia, pelos progressos rápidos de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente mais fáceis, arrasta todas as nações, mesmo as mais atrasadas, para a civilização. Numa palavra, cria um mundo, segundo a sua própria imagem".

Dentro dessa imagem, quando o próprio desenvolvimento econômico dividia o universo em dois blocos, os ricos e os pobres, aumentando, dia a dia, a faixa dos dependentes, o nacionalismo surgiu como um instrumento para tentar reduzir as distâncias entre os ricos e os pobres, num trabalho, de certo insano, para diminuir o fosso imenso que separa a renda *per capita* dos países ricos e dos países pobres. E é claro que, enquanto houver esse fosso, o empenho para eliminar o nacionalismo não deixará de ser, abdicação, senão suicídio. A menos que as nações se contentem com as aparências de um nacionalismo político, sacrificando, na área das concessões, a sua independência econômica, até como base para uma independência cultural.

É claro que não se cogita de um nacionalismo xenofobo, que na verdade não existe e não passa de um argumento com que se mascara a alienação. Nem seria possível que surgisse em países de imigração, em que são muitos os estrangeiros que se identificam com os interesses das pátrias que os acolheram. Quem iria classificar como estrangeiro, nos Estados Unidos, os escoceses Carnegie ou Graham Bell, que figuram entre os construtores da riqueza norte-americana? E não seria o caso de verificar, mesmo agora, o empenho com que os Estados Unidos defendem suas patentes farmacêuticas? Ou a preocupação de resguardar as conquistas de sua tecnologia, como nos informa Denis Borges Barbosa, em artigo da semana passada, no caderno *Idéias do Jornal do Brasil*? Quando procura conquistar espaço para a sua indústria de informática, levantando barreiras contra a indústria brasileira, no momento mesmo em que ela supera o faturamento da indústria estrangeira do automobilismo, instalada em território brasileiro?

E ainda há quem fale em *anacronismo* do nacionalismo, numa tese que não se aplicaria ao Brasil, pois que o nacionalismo dos outros está, assim, cada vez mais vivo e mais atuante. Nem precisaríamos recorrer a outro argumento

do que à própria Organização das Nações Unidas que, ao se instalar em S. Francisco, em 1945, contava apenas com 51 Estados, na sua Assembléia Geral, pois, hoje, são 160 Estados filiados, 160 nações que vieram pelos caminhos do nacionalismo, que libertou a Índia do domínio da Inglaterra, a Argélia e o Marrocos da França, Angola e Moçambique de Portugal, e tantas outras nações que se inscreveram na ONU. As últimas filiações surgiram em 1981. Várias na década de 70, como resposta ao *anacronismo*. E que foi que as arrastou, senão o nacionalismo, na realização da independência? Pois não estamos vendo, ainda agora, o levante da Croácia e da Eslovênia, procurando afastar-se da federação iugoslava? E o drama dos países bálticos, que querem libertar-se da União Soviética? Será também *anacronismo* o problema que a União Soviética enfrenta, com a Geórgia e a Armênia, na busca da separação? Quando o que o Professor Cole, da Universidade de Oxford, considera *anacrônico* é, tão-somente, a política do *laissez-passer*, na fórmula do livre-câmbio, que não passou de uma fantasia, ou de um sonho da Grã-Bretanha que, confiando, imprudentemente, na sua superioridade tecnológica, foi obrigada a recuar, diante da concorrência dos Estados Unidos e da Alemanha Imperial. Dizia o Professor Cole, na *Encyclopaedia of Social Sciences* que "a separação entre a Economia e a Política, de que resultara a doutrina do *laissez-faire*, tornara-se anacrônica, no presente mundo de hoje". Numa enciclopédia que era resumo do saber universal, no amplo domínio das ciências sociais.

Não creio, por isso, que a tabuleta da modernidade, arrancada aos museus de antiguidades, possa convencer uma inteligência tão viva e poderosa como a do deputado José Genuino. Sobretudo diante de um nacionalismo puramente defensivo, que não hostiliza ninguém, e que procura fazer, de cada nação, um companheiro melhor aparelhado, na comunhão universal. Um nacionalismo que luta contra a cobiça de um imperialismo insaciável, como já nos advertia mestre Rui Barbosa, na *Oração aos Moços*, dirigida aos estudantes de São Paulo. "Não nos temamos tanto dos grandes impérios, já saciados, quanto pelos ansiosos por se tornarem tais, à custa de povos indefesos e mal governados." De países que não precisam senão da lógica do

leão. *Quia nominor leo*, como já lembrava o fabulista. Quando a legítima defesa muda de nome, para se intitular nacionalismo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal

do Brasil, edição de 21.07.91. Assina-a o jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho).

SALVEM O ELEFANTE!

V eiculada pelas emissoras de TV, uma criativa peça publicitária apresenta um avantajado e saudável elefante dificultando as atividades de alguns cidadãos em um escritório. O elefante representa o Estado brasileiro para o qual se receita uma dieta que o torne mais leve, condição apontada como necessária para que ele possa oferecer saúde, educação, segurança etc. aos desassistidos, maioria absoluta da população. Algo, talvez, como transformar o elefante numa anta, animal ao qual se associam indivíduos de pouca inteligência, o que certamente é uma injustiça com a anta. Mostraremos o caráter antiecológico desta campanha, o que a torna inconveniente, quando menos por estarmos às vésperas da RIO-92.

Em artigo publicado no caderno *Idéias* do *JB*, em 11/08/91, o embaixador Otávio Rainho Neves cita relatório da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD), entidade que reúne os países ricos do mundo (nossos autais paradigmas). Ali se indica que a despesa global dos governos destes países elevou-se, em média, de 31,5% a 40% do PNB, no período 1971-1989, levando o semanário *The Economist* a destacar que "difícilmente se evidencia que os gastos públicos estão fora de moda". Recorrendo a outra fonte, o Anuário Estatístico do Fundo Monetário Internacional, vol XIX, de 1990, onde nossos dados aparecem, constatamos que a relação percentual entre dispêndios governamentais e PIB era, em 1988, de 40,5% no Brasil, 36,5% nos Estados Unidos, 56,8% na Suécia, 48,4% na França e 44% na Grã-Bretanha, indicando que o nosso elefante não é dos maiores.

Convém destacar que graças à atuação preponderante do Estado brasileiro, ou das empresas estatais, possuímos hoje um sistema gerador

de energia elétrica com 54 milhões de quilowatts instalados, milhares de quilômetros de estradas, podemos nos comunicar com pontos longínquos do vasto território nacional, ultrapassamos a produção diária de 700.000 barris de petróleo e 95% das nossas pesquisas científicas são realizadas em instituições públicas, sendo 85% nas universidades.

É verdade que existem diversas formas de desperdício dos recursos públicos, como, por exemplo, os decorrentes da adoção de políticas equivocadas, do alastramento do empreguismo e das mordomias e da contratação, pelo Estado, de serviços a preços excessivamente elevados em troca de favores a burocratas de alto escalão. Em consequência, alguns identificam neste elefante um animal de mau caráter ou um parente próximo do mamute siberiano, já extinto. A rigor o que verificamos é sua baixa imunidade contra os ataques, digamos, das espécies hematófagas que se nutrem do seu sangue.

A campanha na TV é simpática, também, àqueles para quem o desenvolvimento se faz com agilidade, sagacidade e leveza, atributos creditados ao empresário privado que, assim, em nossa estória, poderia ser representado pelo macaco.

Certos macacos, porém, parecem subestimar a importância do elefante para seu bem-estar, sem perceberem dois fatos: macacos não têm vocação para elefante e podem encontrar nele um bom aliado.

Para elucidar a primeira afirmativa, lembremos o esforço do Governo Geisel, em 1973, para que o setor privado direcionasse seus investimentos, prioritariamente, às indústrias de bens de capital e intermediários, em substituição às de bens de consumo duráveis e de luxo. Apesar dos incentivos e programas lançados neste sentido pelo BNDES, em apoio à iniciativa privada, esta atendeu ao apelo timidamente, não

permitindo que fossem alcançadas as metas estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado com o objetivo estratégico de reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira aos fatores externos, após a primeira crise mundial do petróleo.

Para entender como se complementam os interesses dos macacos e do elefante, lembremos, a título de exemplo, que a decisão de construir uma usina hidrelétrica obriga o Estado brasileiro a contratar obras civis a empreiteiros, turbinas, geradores e comportas às indústrias de equipamentos e o projeto às firmas de engenharia, todos grupos privados, que logo se tornam também beneficiários da energia produzida pela usina.

Do mesmo modo que não seria razoável patrocinar uma campanha exibindo um agil mas desajeitado macaco-empresário em uma loja de

louças, é condenável a imagem à qual se pretende associar o elefante-Estado. Mais correto seria mostrá-lo claudicante, digno dos nossos cuidados, como animal de estimação de toda a sociedade. A sua cura e o seu fortalecimento, por certo, exigirão muito empenho de todos e, inevitavelmente, terão que passar pela transfusão de parte do sangue que lhe foi indevidamente sugado, deixando-o tão debilitado. Depois disso, basta expô-lo à vigilância permanente do público, única forma de mantê-lo a salvo daqueles ataques. Antes, porém, salvem o elefante.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 12.09.91. Assina-a Sergio Barbosa de Almeida, chefe da Divisão de Recursos Hídricos da Eletrobrás e da Divisão de Energia do Clube de Engenharia).

DECISÃO COERENTE

Um chefe de família em dificuldades não procura vender os bens em pior estado.

Haveria poucos interessados pela televisão em preto e branco, pela geladeira antiga, ou pelo automóvel com seis anos. Em compensação, se puser à venda o videocassete, a TV colorida nova, o aparelho de som de última geração, ou o carro, comprado há dois anos a duras penas no consórcio, pode pagar as dívidas e evitar os altos juros bancários. Juros de agiota, nem é bom falar.

De certa forma, essa é a situação do Tesouro Nacional. Está falido, quebrado, devendo duas centenas de bilhões de dólares interna (em moeda nacional) e externamente (moeda estrangeira mesmo). Mas tem um patrimônio considerável, representado por imóveis, automóveis e veículos diversos e as participações acionárias nas empresas estatais.

Os brasileiros estão suficientemente informados — pela resistência da inflação a todas as medidas de política econômica experimentadas no país nos últimos 12 anos — de que o Tesouro Nacional faliu. A falência também atin-

giu os estados e municípios. A sociedade (empresários e trabalhadores) resistiu a ser a síndica da falência mediante a criação de novos impostos para cobrir os rombos do setor público. É preciso inverter o processo, cortando os gastos e o tamanho do Estado.

A privatização das estatais seria capaz de arrecadar recursos suficientes para equacionar a quase totalidade dos problemas financeiros do Estado (por implicar o cancelamento recíproco de dívidas em cruzeiros e moedas estrangeiras, quando utilizadas na compra de ações das empresas privatizáveis). Esbarra, no entanto, na resistência dos empregados das estatais, sindicatos e partidos radicais de esquerda.

A escolha da Usiminas para ser a primeira estatal privatizada tem sido alvo de críticas. Os inimigos da estatização, contrariando a tendência mundial, obviamente, defendem com unhas e dentes a presença do Estado na economia. Os que admitem a privatização, em termos, não aceitam o fato de ser a empresa estatal mais eficiente e produtiva a primeira a ser vendida.

Além do paradoxo de que apenas 7 dos 12 mil funcionários da Usiminas quiseram participar do fundo que irá representá-los até 10% do capital da empresa, a objeção peca pela

crença de que o setor privado, com dificuldades para suportar a carga tributária que mantém a deficiente estrutura do Estado, se interessaria pelas estatais menos modernas e deficientes. O total arrecadado não resolveria o problema.

Embora seja cara aos mineiros como marco da industrialização do minério de ferro antes exportado em bruto, a Usiminas está como a primeira da lista, exatamente porque é a empresa que pode atrair mais credores (nacionais e estrangeiros) do Estado, dispostos a trocar dívidas (com grande desconto para o Tesouro) por participações acionárias antes pertencentes ao Tesouro. Um mau começo poderia ser o fim do programa brasileiro de privatização.

A experiência internacional provou que o melhor processo é o em que o Estado vende as empresas mais atraentes: passa a concentrar sua atenção na área social, que relegou a segundo plano, e na recuperação das demais empresas, e as estatais ficam mais eficientes em mãos privadas, produzindo mais e pagando mais impostos ao próprio Estado.

No caso da Usiminas, há ainda outro argumento importante. Os maiores investidores do

mundo (em capital e tecnologia) são hoje os japoneses. A Usiminas foi o primeiro grande investimento japonês, através da Nippon Steel, no pós-guerra, com uma participação que chegou a 40% do capital. Manobras que pecaram pela lisura — como a apropriação dos créditos-prêmios de ICM pelo governo para o aumento de capital só da parte brasileira — irritaram os japoneses, que se afastaram do Brasil.

A privatização da Usiminas foi precedida da recomposição acionária da Nippon Steel, cuja participação subiu de 4% para 12%. O direito de preferência aos sócios japoneses, na fatia minoritária reservada ao capital estrangeiro, pode abrir os cofres japoneses, trazendo na esteira tecnologias indispensáveis à modernização do Brasil.

A importância da Usiminas para Minas e o Brasil é comparável à afeição do chefe de família pelos objetos de valor adquiridos com o seu trabalho. Mas é preciso encarar a realidade.

(Reprodução de Editorial do Jornal do Brasil, edição de 15.09.91).

INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA

Freqüentemente, os erros dos serviços de espionagem são como muitos erros médicos: morrem enterrados. Sempre que se tornam públicos os seus fiascos, fica evidente que, entre os custos incorridos e os resultados, há grandes distâncias. Um dos famosos e recentes fracassos deu-se com a queda do xá do Irã e a subida de poder do aiatolá Khomeini: os serviços de inteligência americanos não foram capazes de antecipar o que estava por vir. No mesmo Oriente Médio, é certo que os serviços de espionagem não mostraram competência quanto a dimensionar o real poderio militar de Saddam Hussein.

Agora, entre nós, debate-se no Congresso o lema das verbas secretas da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Percebeu-se também que antigos funcionários do SNI ocupam posição de relevo na atual administração. São dois as-

pectos que precisam ser focalizados. O primeiro é a avaliação e os limites dos serviços de espionagem, o segundo refere-se às relações entre inteligência e estratégia.

É muito difícil avaliar um serviço de espionagem. Em meio a uma multidão de informações inúteis e custosas, surge uma, que é fundamental. O caráter secreto da espionagem exige verbas secretas e conhecimentos que são de propriedade do serviço e a que não têm acesso mesmo aqueles que, em postos mais elevados, fazem uso dos seus produtos. Todos os que estudaram a história e têm conhecimento da atuação dos serviços de espionagem reconhecem que são uma faca de dois gumes. Todo espião é um traidor em potencial. Até aí nada demais, porque dizem o mesmo dos tradutores. Mas há que citar-se acerca dos espiões o que afirmou Sun-Tzu em sua *A arte da guerra*.

“Quem não é sensato e prudente, humano e justo não pode utilizar os agentes secretos.

E quem não é fino e sutil não lhes pode extrair a verdade."

É o mesmo Sun-Tzu que chama a atenção para a importância vital do espião e que é um erro economizar se esta é a única forma de obter as informações que servirão à derrota do inimigo.

A necessidade essencial da espionagem e o risco de nada servir ou mesmo ser nociva e contraproducente fazem parte da natureza de tal atividade. Quando se institui e organiza um serviço de informações, ele funcionará como toda burocracia: terá interesse próprios, tentará fugir às avaliações, buscará sempre maiores verbas e tenderá a ver como fim o que é simplesmente um meio. As burocracias gostam do secreto. E quando o segredo é o seu "negócio", a situação complica-se.

Mesmo que se questionem, hoje em dia, as idéias de segurança do estado, é possível ainda justificá-las de um modo diluído. O que não quer dizer que se ignore o risco de que aqueles que servem ao estado fiquem a servir aos governantes do dia, municiando-os de informações úteis à manutenção ou expansão do poder. Há aí uma parede estreita que governantes impetuosos ou com escrúpulos limitados e instituições pouco consistentes só fazem agredir. E existe um outro lado ainda pior: os serviços de informação podem "aprisionar" os que se encontram no poder, através da chantagem, pois têm condições de acesso a segredos e a vida íntima dos governantes. A conclusão costuma ser: os serviços de espionagem dificilmente deixam de deteriorar-se. Isto pode ser minorado em sociedades mais intensamente democráticas. Mas o grande *imbroglio* do caso Irã-Contras mostra a dimensão das dificuldades.

Acreditamos que um controle político e administrativo dos serviços de inteligência — feito pelo Congresso ou indiretamente pelos meios de comunicação — seja necessário, embora não suficiente. Aqui, entramos no segundo aspecto que mencionamos: as relações entre inteligência e estratégia.

Definamos as coisas. Espionagem é o que o termo diz: espiar, ouvir etc. — especialmente quando não se é visto e quando há um embargo que se veja. A inteligência, tomada em seu sentido técnico, envolve o planejamento da busca de informações — seja na forma de espionagem

ou não —, a busca propriamente dita e a análise dos resultados. A inteligência é um braço da estratégia, que dita objetivos e as formas de ação.

Só com a presença de uma formulação estratégica é que os serviços de informação terão os seus fins definidos e poderão ser avaliados. Poder-se-á dizer se é o caso da busca de informações através de espiões ou por outros meios. Será possível determinar se é o caso de verbas secretas e qual o seu devido alcance e com que liberdade e liberalidade poderão ser utilizadas.

A estratégia dirá quem é o inimigo, ou seja, aquele que nos deseja agredir, subjugar ou causar danos, e quem é o nosso competidor (especialmente, em um mundo em que, segundo se diz, as guerras tenderão a ser substituídas pela competição). Ora, muitos dos que hoje têm se dedicado ao estudo da estratégia nacional brasileira verificam que está insuficientemente formulada. Temos alguns objetivos, mas não há claras hierarquias. De fato, patinamos há quase uma década sem sair de um atoleiro e sem conseguir redefinir a nossa posição em um mundo em intensa mudança.

Enquanto não for realizado e concluído um esforço no sentido de formulação de uma estratégia nacional — democrática, certamente —, o julgamento dos serviços de inteligência padecerá de duas precariedades. Julgaremos a partir do passado: dos atos condenáveis e até delituosos do antigo SNI. E a partir de determinados conceitos muito gerais, não obstante corretos: a natureza da democracia e a obrigatoriedade da transparência das ações governamentais. A tensão dialética entre democracia e estratégia será então ignorada.

Está atualmente em curso na Secretaria de Assuntos Estratégicos um trabalho voltado para discutir e auxiliar na formulação de uma estratégia nacional para o Brasil. Realiza também a Fundação Getúlio Vargas um esforço nesta direção, e o mesmo se pode dizer de outros centros de estudos estratégicos que começaram a surgir em algumas universidades. Trata-se de uma tarefa que é a um tempo enorme e urgente. Precisamos em tantos terrenos saber quem são nossos amigos, inimigos, competidores e possíveis aliados, tanto no plano interno quanto externo. Hoje, há muito pouca clareza a respeito.



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias (térreo) Tel. 253-4628

Praça Duque de Caxias, 25

CEP 20455 Rio de Janeiro RJ

**Com apenas uma assinatura anual
você organiza uma mini-biblioteca
sobre os temas mais importantes da
realidade brasileira.**

**ESTRATÉGIA – POLÍTICA INTERNACIONAL – GEOPOLÍTICA –
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – ECONOMIA – ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS – HISTÓRIA – EDUCAÇÃO – SOCIOLOGIA**

A DEFESA NACIONAL

UMA TRADIÇÃO EM INFORMAÇÃO E CULTURA

PEDIDO DE ASSINATURA

☐ ASSINANTE
NOVO

☐ RENOVAÇÃO

☐ MUDANÇA DE
ENDEREÇO

Nome

Posto ou Graduação

Identidade

Profissão

Endereço

Bairro

CEP

Cidade

Estado

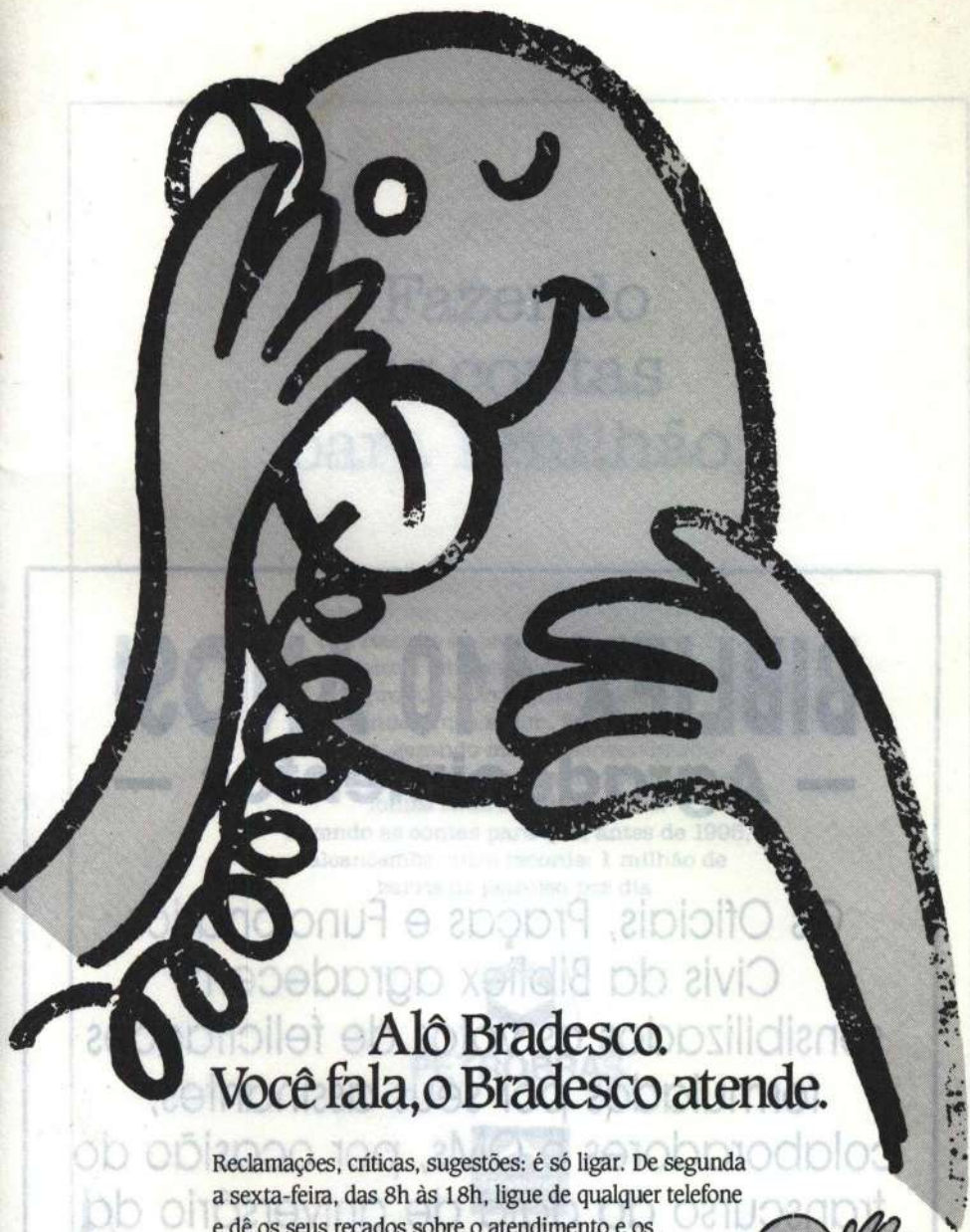
FORMA DE PAGAMENTO

☐ CHEQUE NOMINATIVO nº _____

Banco _____

☐ VALE POSTAL

a favor de A DEFESA NACIONAL pagável na
Agência 520641 QUARTEL GENERAL
Rio de Janeiro – RJ



Alô Bradesco. Você fala, o Bradesco atende.

Reclamações, críticas, sugestões: é só ligar. De segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ligue de qualquer telefone e dê os seus recados sobre o atendimento e os serviços do Bradesco. Em São Paulo (Capital) e localidades com DDD (011), ligue: 257-5844. Demais localidades, disque: (011) 800-1533 (Discagem Direta Gratuita). Alô Bradesco. Você fala, o Bradesco atende.



BRADESCO



REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E CÍVIS

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias

CEP 20455 Rio de Janeiro

BIBLIEX 110 ANOS!

— Agradecimentos —

Os Oficiais, Praças e Funcionários
Civis da Bibliex agradecem
sensibilizados os votos de felicitações
formulados por seus assinantes,
colaboradores e OMs, por ocasião do
transcurso da data de aniversário da
Biblioteca do Exército em 17 de
dezembro de 1991.

Fazendo as contas para 1 milhão.

A PETROBRÁS ultrapassou a marca dos 700 mil barris diários de petróleo. Um recorde da capacidade do homem brasileiro e da tecnologia mais avançada de produção em águas profundas.

Continuaremos assim. Economizando divisas, gerando mais desenvolvimento, tornando o Brasil menos dependente de fontes externas de petróleo.

Fazendo as contas para que, antes de 1995, alcancemos outro recorde: 1 milhão de barris de petróleo por dia.



PETROBRÁS





IPORANGA. UMA HIDRELÉTRICA QUE GERA ALUMÍNIO.

A produção de alumínio demanda um alto consumo de energia elétrica e a produção de energia elétrica, por parte da iniciativa privada, demanda uma alta capacidade de determinação. Com esta visão, a Companhia Brasileira de Alumínio desde os anos 50 vem investindo na construção de usinas hidrelétricas que possam suprir seu complexo industrial.

Hoje a Companhia Brasileira de Alumínio conta com 8 usinas hidrelétricas sendo: USINA DO FRANÇA, USINA FUMAÇA, USINA DA BARRA, USINA PORTO RASO, USINA ALECRIM, USINA SERRARIA, construídas ao longo do Rio Juquiá e a USINA SALTO DO IPORANGA, a sua mais nova realização construída ao longo do Rio Assungui, com capacidade anual de 270.000.000 Kwh. A mais nova, mas não a última. Em 1974, a Companhia Brasileira de Alumínio adquiriu da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA. a USINA ITUPARARANGA

no Rio Sorocaba, com potência de 55 MW e produção média de 150.000.000 Kwh/ano. Atualmente com as 8 usinas em operação, a capacidade total instalada de geração da CBA soma a 332,5 MW, possibilitando uma produção média de aproximadamente 1.800.000.000 kwh/ano.

Novas usinas estão projetadas e entrarão imediatamente em construção após aprovação governamental.

A meta é elevar a atual produção de alumínio de 215.000 para 350.000 toneladas/ano empregando, no mínimo, 50% de energia elétrica própria.



**COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ALUMÍNIO**